

B6 / ISOP

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS



FEV  
200  
PRETO

ANOMIA E DESORGANIZAÇÃO: ESTUDO PSICOLÓGICO  
EM CONTEXTO BRASILEIRO

ELIDA SIGELMANN

FGV/ISOP/CPGP  
PRAIA DE BOTAFOGO, 190 SALA 1108  
RIO DE JANEIRO - BRASIL

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ANOMIA E DESORGANIZAÇÃO: ESTUDO PSICOLÓGICO  
EM CONTEXTO BRASILEIRO

Por  
ELIDA SIGELMANN

Tese submetida como requisito parcial para  
obtenção do grau de  
DOUTOR EM PSICOLOGIA

RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1981

## AGRADECIMENTOS

- . À Professora Monique Rose Aimée Augras, que me concedeu espaço para o exercício da minha liberdade intelectual.
- . Ao Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP) que, pelo empenho em proporcionar oportunidades de crescimento intelectual e pessoal a seus colaboradores, me assistiu em todas as necessidades exigidas por este trabalho.
- . À Professora Lucia Monteiro Fernandes e ao Eng<sup>o</sup> Roberto Ferreira Silvestre pela realização dos programas de tratamento de dados.
- . À Professora Kilda Monteiro Motta pelo dedicado acompanhamento e valiosas sugestões estatísticas.
- . Ao Dr. Hugo Mauricio Sigelmann, que me ajudou a expressar claramente idéias obscuras e incompletas.
- . Ao Chefe Administrativo do ISOP, Mario Rocco Russo, pela aquiescência em reproduzir os originais.
- . À Maria Luiza Larquê, pela compreensiva assistência e cooperação.
- . Ao Antonio Carlos Salzano pela zelosa reprodução do texto.
- . A meus pais, pelos ingredientes intelectuais, morais e afetivos, que os tornam co-autores deste trabalho.

## R E S U M O

A ampla e difundida imagem de desorganização, atribuída à sociedade brasileira, inspirou a investigação empírica da incidência de dimensões psicossociais associadas àquela característica, num grupo de pessoas da nossa comunidade social. Para tanto, identificaram-se comportamentos especificamente culturais, com o propósito de distinguí-los daqueles gerados pela crise mundial de valores.

Foram utilizadas sete escalas de atitudes, extraídas de vários autores, o que possibilitou a descrição estimativa dos sentimentos dos indivíduos relativamente ao mecanismo social brasileiro.

A amostra foi constituída de um grupo de trezentas e noventa e nove pessoas, residentes em dez municípios do Estado do Rio de Janeiro. As escalas foram aplicadas por um grupo diversificado, composto de quarenta aplicadores, treinados para esta finalidade.

Apuradas as respostas, foram feitos, preliminarmente, estudos de fidedignidade, análise de itens, intercorrelações entre as escalas e calculadas as significâncias das correlações, com a finalidade de se comprovar a validade dos instrumentos usados no estudo. O teste "t" foi aplicado para a verificação das hipóteses.

Os resultados mostraram a presença de altos índices de anomia, alienação social, cinismo social, sentimento de vitimação, autoritarismo, intolerância à ambigüidade e, paradoxalmente, também de responsabilidade social, em grupo de brasileiros, quando comparados com estrangeiros.

Este estudo foi completado com uma análise da predominância, em pessoas, das dimensões citadas acima, segundo seu maior ou menor poder de atuação social, encontrando-se relação inversa entre os dados analisados.

Da análise dos resultados pode-se concluir que o comportamento dos brasileiros testados revelou-se ambíguo, demonstrando possivelmente uma necessidade de adaptação ao modelo social que lhe é proposto.

## S U M M A R Y

The widespread image of disorganization that has been attributed to the Brazilian society has inspired the empirical investigation of the incidence of psychosocial dimensions, associated to that characteristic, on a group of persons belonging to our social community. In order to reach this aim cultural behaviors have been identified so that they could be distinguished from those generated by the world values crisis.

Seven attitudes scales developed by several authors have been used to obtain an estimative description of subjects' feelings toward the Brazilian social mechanism.

The sample summed up three hundred and ninety nine subjects living in ten municipalities of Rio de Janeiro State. The scales were administered by a diversified group of forty students specially trained to this task. After obtaining the individuals scores, studies on scales reliability, items analysis, intercorrelations among the scales and the correlations significances have been developed to determine the validity of the instruments used in this study. The "t-test" was employed to test the hypothesis. The results showed high degrees concerning feelings of anomia, social alienation, social cynicism, victimization, authoritarianism, intolerance of ambiguity and, paradoxally, also of social responsibility among Brazilians when compared with foreigners.

This study was completed with an analysis of the predominance on the subjects of the dimensions referred above according to their

higher or lower social power. The results showed an inverse relationship among to studied data.

From the results obtained, we could conclude that the behavior of the considered Brazilian group is mainly characterized by attitudes of ambiguity, which may demonstrate a possible necessity of adaptation to the social model that is offered to those individuals.

## S·U·M·Á·R·I·O

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Summary .....	vi
Lista de Figuras .....	x
Lista de Tabelas .....	xi
Lista de Anexos .....	xv

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I. O PROBLEMA .....	21
1.1. Reflexões sobre Desordem como Característica Brasileira .....	22
1.2. Fatores Determinantes do Caráter da Comunida de Brasileira .....	30
1.3. Definição do Problema .....	39
1.4. Abrangência e Limitação do Estudo .....	42
1.5. Objetivos .....	44
CAPÍTULO II. REVISÃO DA LITERATURA .....	46
2.1. Fundamentação Teórica .....	46
- Conceito de Anomia .....	48
- Teoria da Anomia .....	51
. Émile Durkheim .....	51
. Robert K. Merton .....	54
- Desenvolvimento da Teoria a partir de Merton..	60
- O Conceito de Alienação: Perspectiva Históri ca .....	64
- Desenvolvimento do Conceito de Alienação .....	73
2.2. Estudos Teóricos e Empíricos .....	82
- Sobre Anomia .....	82
- Sobre Alienação .....	94

CAPÍTULO III. METODOLOGIA .....	100
3.1. Modelo Metodológico .....	100
3.2. Definições dos Termos .....	104
3.3. Hipóteses .....	105
3.4. Procedimentos e Sujeitos .....	108
3.5. Instrumentação .....	110
CAPÍTULO IV. RESULTADOS .....	119
4.1. Estudos de Fidedignidade .....	119
4.2. Análise de Ítems .....	122
4.3. Intercorrelações entre as Escalas .....	125
4.4. Comportamento das Escalas nos Subgrupos .....	133
4.5. Conclusões .....	163
CAPÍTULO V. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES .....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	187
ANEXO I. ....	202
ANEXO II. ....	227
ANEXO III. ....	233
ANEXO IV. ....	239

## LISTA DE FIGURAS

1. Sistema Organizacional - Modelo de Kast/Rosensweig .... 32
2. Projeção do Subsistema Gerencial ..... 33
3. Interação das Dimensões Psicológicas Vinculadas à  
Anomia e Desorganização Social ..... 103

## LISTA DE TABELAS

1. Dimensões de Personalidade Correlacionadas com Anomia segundo McClosky & Shaar .....	93
2. Distribuição dos Sujeitos Amostrais por Categorias...	110
3. Coeficientes de Correlação entre os Itens da Escala de Anomia (Miller e Butler) .....	113
4. Coeficientes de Correlação entre os Componentes da Escala de Alienação .....	114
5. Coeficientes de Correlação entre Anomia e Baixa Responsabilidade (McClosky) .....	115
6. Coeficientes de Fidedignidade ( $r_{tt}$ ) para Amostras Brasileiras e Americanas .....	121
7. Coeficientes de Correlação Ponto Bisserial ( $r_{pb}$ ) entre cada Item e o Escore Total das Escalas de Anomia, Alienação, Responsabilidade Social, Intolerância à Ambigüidade, Autoritarismo, Cinismo Social e Sentimento de Vitimação .....	124
8. Coeficientes de Correlação entre as Escalas de Anomia, Alienação, Responsabilidade Social, Intolerância à Ambigüidade, Autoritarismo, Cinismo Social e Sentimento de Vitimação .....	126
9. Coeficientes de Correlação entre Alienação e Autoritarismo em Amostras Brasileira e Americana .....	128
10. Ordenação dos Coeficientes de Correlação entre as Escalas de Anomia, Alienação, Responsabilidade Social, Intolerância à Ambigüidade, Autoritarismo, Cinismo Social e Sentimento de Vitimação .....	131

11. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto à Idade .....	134
12. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Nível Salarial .....	135
13. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Nível de Escolaridade .....	136
14. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Sexo .....	137
15. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto à Descendência .....	137
16. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto à Descendência .....	139
17. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto ao Sexo .....	140
18. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto à Idade .....	141
19. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto ao Nível de Escolaridade .....	143
20. Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto ao Nível Salarial .....	145
21. Valores t para Diferenças entre Médias de Responsabilidade Social quanto à Idade .....	147
22. Valores t para Diferenças entre Médias de Responsabilidade Social quanto ao Nível de Escolaridade .....	147

23. Valores t para Diferenças entre Médias de Respon <u>s</u> abilidade quanto ao Nível Salarial .....	148
24. Valores t para Diferenças entre Médias de Intole <u>r</u> ância à Ambigüidade quanto à Descendência.....	149
25. Valores t para Diferenças entre Médias de Intole <u>r</u> ância à Ambigüidade quanto ao Nível de Escolari <u>d</u> ade.....	150
26. Valores t para Diferenças entre Médias de Intole <u>r</u> ância à Ambigüidade quanto ao Nível Salarial .....	151
27. Valores t para Diferenças entre Médias de Autori <u>t</u> arismo quanto à Descendência .....	152
28. Valores t para Diferenças entre Médias de Autori <u>t</u> arismo quanto à Idade.....	152
29. Valores t para Diferenças entre Médias de Autori <u>t</u> arismo quanto ao Nível Educacional .....	154
30. Valores t para Diferenças entre Médias de Autori <u>t</u> arismo quanto ao Nível Salarial.....	154
31. Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto à Descendência .....	155
32. Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto à Idade .....	156
33. Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto ao Nível de Escolaridade .....	157
34. Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto ao Nível Salarial .....	157
35. Valores t para Diferenças entre Médias de Cinis <u>m</u> o Social quanto à Descendência .....	158

36. Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto à Idade .....	159
37. Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto ao Nível Educacional .....	160
38. Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto ao Nível Salarial .....	160
39. Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto à Descendência .....	161
40. Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto à Idade .....	161
41. Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto ao Nível de Escolaridade .....	162
42. Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto ao Nível Salarial .....	163

## A N E X O S

I.	Desenvolvimento das Escalas:	
1.	As Escalas .....	203
2.	Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão .....	217
3.	Distribuição das Notas obtidas pelos Sujeitos .....	218
4.	Distribuição das Respostas dos Sujeitos Amostrais por Item .....	218
II.	Análise de Itens	
1.	Coeficientes de Correlação Ponto Bisserial entre os Resultados de cada Item e o Escore Total das Respectivas Escalas .....	228
III.	Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão das Respostas dos Sujeitos Amostrais quanto à Descendência, Sexo, Idade, Nível Educacional e Nível salarial .....	234
IV.	Valores t para Diferenças entre Médias Alcançadas pelos Sujeitos Amostrais dos Diferentes Subgrupos nas Escalas em Estudo .....	240

## INTRODUÇÃO

Movemo-nos em nosso espaço social segundo padrões de conduta que, pelo hábito, jamais questionamos. Nada mais comum do que a idéia de que estes sejam os comportamentos certos e adequados às nossas relações com o sistema social, com as outras pessoas e até com cada um de nós mesmos. Como também nada mais comum do que atribuímos ao sistema a responsabilidade por nossas decepções sociais e pessoais. O sofrimento pouca dúvida suscita quanto à validade do padrão geral de nossos comportamentos típicos. Espera-se, ao contrário, que modificações introduzidas no campo social, como alguma medida governamental - a edição de novas leis, decreto ou portaria, por exemplo - possam melhorar a qualidade da rede dos comportamentos que nos une numa sociedade cívica.

Sabe-se, contudo, que toda organização forma uma cultura própria, tal como o indivíduo forma personalidade própria .

Sabe-se, também, que o jogo de forças externas e internas traz consigo restrições e facilitações que podem determinar ajustamentos nem sempre sadios como, por exemplo, a negação da individualidade. Este, embora não tão dramático como suicídio, violência, toxicomania, alcoolismo, e sob perspectiva do social não tão devastadora quanto guerras e revoluções, porta, igualmente, os germes transmissores da desorganização como parasitos corrosivos e debilitadores do corpo onde vivem.

A escassez bibliográfica sobre o tema-ordem social - não pode ser interpretada como falta de interesse pelo assunto. Ao contrário, a preocupação com a matéria ocupa o conhecimento desde sempre. Tudo que se fez e se faz em ciência, filosofia, religião, literatura e artes visa fundamentalmente a ordem. Talvez até se pudesse, à luz deste enfoque, reescrever toda a história do conhecimento humano. No entanto, a preocupação com a ordem nunca se fez sentir tão pressionante quanto no nosso século, em virtude mesmo de sua estreita vinculação com o Conhecimento.

Impõe-se um breve retrospecto filosófico sobre o tema, a título de elucidação de sua importância.

### Perspectiva Filosófica: A Ordem na Ciência

A proposição, segundo a qual a natureza física e as sociedades humanas baseiam-se na permanente subjugação ao princípio da ordem, foi aceita como axiomática, no pensamento filosófico ocidental desde tempos imemoriais.

Para ter certeza de que o pensamento não era conduzido em direções equivocadas, a inteligibilidade, em suas expressões axiomatizadas, erigiu-se no pilar de sustentação de todo o conhecimento. E isto é o corolário natural de algo mais importante - uma concepção do homem e, especialmente, sua relação com o mundo que o rodeia (Burt, 1960).

A crença na existência de um princípio de ordem, quer concebido em termos naturais, quer teológico, quer moral, foi o axioma fundamental do conhecimento. Qualquer que tenha sido a concepção acerca da origem ou da natureza da ordem, desde então todos os fenômenos terrestres ou celestes obedecem à mesma lei inexorável.

A ordem é absoluta e imutável. A natureza, o biológico e o social estão teleologicamente a ela subordinados.

Repudiava-se o mutável e o sensível, já que a mobilidade seria a antítese da ordem e, conseqüentemente, do conhecimento. A livre especulação sobre o conhecimento forneceu ao homem a suprema conquista do potencial criador do seu cérebro. Quando o mundo emergiu destas profundas reflexões, aceitou-se explicitamente o suposto de ser inteligível o mundo que o espírito humano busca compreender.

"O homem, em sua patética característica, se permitiu pensar sobre sua natureza com mais elevação do que devesse e facilmente aceitou uma idéia lisonjeira sobre sua própria importância na história do mundo, tendeu a imaginar que na estrutura das coisas havia algo que se parecia mais a ele que a meras partícu-

las materiais em relações cambiantes". (Burt, 1960, p.132)

A inteligibilidade ou, mais precisamente, a dedução lógica, torna-se então garantida por entidades externas à natureza humana, em termos teológicos, ou por verdades evidentes por si mesmas - os axiomas ou postulados, garantidos por sua vez pela divindade. O princípio da ordem participou simultaneamente dos dois sistemas de garantia.

O homem era o centro de tudo. Era ainda ele que, na busca das relações lógicas entre os fenômenos, ordenava a natureza física.

Assim como era perfeitamente natural para a filosofia medieval subordinar a natureza, propósitos e destinos humanos ao conhecimento, na filosofia moderna ocorre uma inversão. A natureza opera autônoma e independente, e na medida em que se considera o homem em suas relações com ela, torna-se natural considerar o destino do homem como dependente dela.

Outorgando a liderança ora ao homem ora à natureza, o fato é que concepção do homem e conhecimento da natureza interligam-se mais profundamente do que a simples observação poderia testemunhar. As idéias, atitudes e valores do homem acham-se direta ou indiretamente comprometidos com as aplicações que se fazem do conhecimento científico.

A modificação introduzida pelo pensamento moderno, com relação às concepções medievais, acarreta profunda mudança na idéia que o homem tinha de si, impondo a necessidade de reverter-

do o conhecimento anterior à luz das novas descobertas, como dra  
mática reformulação do homem.

Deve-se a Newton a mais notável das proezas científicas da época quando, ao conquistar os conceitos metafísicos de movimento, espaço e tempo, dando-lhes significados novos e matemáticos, os colocou ao alcance dos limites das capacidades intelectuais do homem moderno, inserindo-se no esquema da ordem cósmica e social. (Einstein, A. & Infeld, L., 1962).

A influência de Newton de tal modo se mostrou ampla e profunda que ainda em nossos dias vivemos sob a força de sua autoridade. Mas Newton é herdeiro de Bacon, Boyle, Harvey, Copérnico, Kepler, Galileu e Descartes. Destes aceitou, sem questionamento, a concepção geral do mundo físico e a posição que o homem nele ocupa. Sua interpretação matemática do mundo sensível, isto é, do tempo, espaço e movimento, é relativa a correspondentes absolutos e estes se definem, em última análise, como atributos de Deus. Deus é o criador e conservador da ordem no mundo. (Breyer, 1956).

Durante toda a modernidade, apesar das mudanças conceituais, das alterações no conhecimento e no homem em seu relacionamento com o mundo, jamais houve dúvidas quanto ao princípio de ordem, tal como fora axiomatizado quando o conhecimento se problematizou. Desde a Grécia Antiga até nossos dias verifica-se, na história da ciência, constante tentativa de reduzir a aparente complexidade dos fenômenos naturais a algumas idéias e relações fundamentais simples.

Buscava-se, na filosofia daquela época, as leis da natureza, relacionando-se entre si acontecimentos subseqüentes. Força e matéria foram os conceitos básicos de todos os esforços dispendidos no sentido de se compreender a natureza. As forças mais simples que os sábios de então conseguiram imaginar foram as de atração e repulsão, que passaram a constituir as bases da mecânica.

Tais forças não comprometiam a noção de ordem e ao mesmo tempo podiam explicar as mutações dos fenômenos. Newton em prestou-lhes a mais elegante expressão matemática e elas tornaram-se as bases das leis da inexorável mecânica que rege todo o universo. (Einstein, 1962)

Nos últimos anos, estas idéias da ciência converteram-se em objeto de vigoroso ataque e cerrada crítica por parte de um grupo de pensadores perspicazes, dando nascimento a uma transformação profunda e radical dos conceitos científicos. Por um lado, levantaram-se hipóteses físicas radicalmente novas, como as teorias de Einstein, as estatísticas de Boltzmann, e a teoria de Planck, e por outro lado, perseguiram-se tentativas de dar nova forma aos métodos e pontos de vista científicos, resumindo as contribuições de filósofos da ciência como Whitehead, Broad e Cassirer, entre outros, que obrigam a trazer à luz questões mais fundamentais do que as colocadas por gerações de pensadores. (Burt, 1962)

O século XIX e as primeiras décadas do nosso século presenciaram uma lacuna inexplicável no corpo da ciência. O segun-

do princípio da termodinâmica denuncia a irreversibilidade da transformação da energia calórica, o que corresponde a uma desordem molecular total e se manifesta no nível global pela homogeneização e o equilíbrio (Zemansky, 1957), impedindo a sustentação do princípio da ordem como axioma lógico. A ordem tal como era concebida em termos de inteligibilidade e eternidade, equilíbrio e repouso, contraria o princípio de vida. A desordem, que tanto horrorizou o pensamento racionalista, torna-se sinônimo de vida. A ordem, no pensamento científico contemporâneo, necessita ser explicada e tornou-se relativizada ao próprio conceito de desordem. Em suas origens, o Cosmos teria nascido do Caos originário. Tal é a descoberta da teoria atômica de Boltzmann, segundo a qual as moléculas não se movimentam obedecendo a leis dinâmicas, mas sim a leis estatísticas, a saber, leis de probabilidade (Planck, 1941). Ao que parece, não tem sentido falar em ordem sem ser em conjunto com sua antítese - a "desordem".

Aquela concepção de ordem racional transforma-se, na nova ciência contemporânea, em sinônimo de morte, já que não corresponde aos princípios da transformação física, biológica e moral. É necessário reformulá-la. A desordem torna-se objeto de estudo (Morin, 1977). Designada por Rudolf Clausius pelo nome de entropia, foi quantificada e mensurada por Boltzmann em termos probabilísticos. Mas é preciso notar que esta noção de desordem não será outra coisa senão o número de estados multiformes que um sistema pode adquirir em condições dadas, o que lhes empresta, por conseguinte, um valor absoluto. Portanto, o número de estados possíveis, nas condições dadas, é completamente definido e finito (Planck, 1941, p. 209), o que afasta o cabimento,

aí, da idéia de desorganização e desordem.

Em consequência, no pensamento científico atual, tanto a ordem como a desordem, em sua dinâmica interacional, ocupam o interesse do cientista, fundamentado na concepção de que a ordem se faz através de um sistema de reordenação permanente, baseada na aceitação da capacidade de regeneração, reconstrução e recriação das coisas (Koehler, 1969).

A quebra da ordem axiomatizada na lógica dos puristas e o ressurgimento da desordem representam um impacto sobre aqueles habituados a um arcabouço racional concebido a partir da certeza, do absoluto e, por uma lógica bipolar, levando a fantasias de fim de mundo. A reconstrução científica contemporânea, desde o nascedouro até agora, e do ponto de vista filosófico e moral, apenas contribuiu com a instalação do ceticismo, da dúvida e incerteza resultantes das leis probabilísticas mal compreendidas.

A supor-se estrita ligação entre homem e conhecimento, e admitindo ao mesmo tempo o fracasso da filosofia nas suas tentativas de explicação do princípio de causalidade, dado que, em face às novas descobertas da física teórica, afigura-se estar impossibilitada de sair da dificuldade criada pela intromissão da desordem no seu discurso, parece justificável recorrer à ciência, com o objetivo de verificar se ela oferece alguma solução para o problema.

O postulado universal da ordem nas ciências é o princípio da causalidade. Este sofreu profundo abalo quando as desco

bertas da teoria da relatividade e da teoria quântica encontraram explicações não mecânicas para os fenômenos de radiação do calor. Logo percebeu-se, em inúmeras outras experiências, que o descobrimento tinha aplicação universal, marcando assim o fim da idade mecânica da ciência e o aparecimento de uma nova era - a atômica.

Como resultado, alguns físicos e filósofos da ciência anunciaram a queda categórica da causalidade como axioma da investigação científica. Se já não é mais possível determinar a causa de um evento, mas sim apenas as probabilidades de ocorrência de diferentes causas, a imagem que se fez do universo é de total indeterminação.

Tal como formulado por Heisenberg, o princípio de indeterminação é um instrumento gnoseológico provisório para os fenômenos macrocósmicos, e útil no nível da investigação microscópica, onde a causalidade sempre foi problema (Murphy, 1941, p.33). A ciência havia suspenso qualquer formulação rigorosa da causalidade, por pura limitação temporária. Mesmo entre os cientistas, observou-se certa descrença no princípio e por algum tempo expandiu-se a voga desta conclusão precipitada: o mundo foi invadido pela desordem.

Na opinião de Murphy, esta crença deve-se, provavelmente, a duas coisas. Primeiro, à tendência do espírito do tempo de se ver livre de toda lei ditada pela autoridade da tradição. Segundo, à padronização da vida atual, com sua produção em massa, que deu lugar a um sistema de regras estatísticas aplicáveis ao conjunto, mas não ao individual. Todavia, colocar a causalidade

estatística como aposta à causalidade dinâmica é esquecer que as leis da probabilidade baseiam-se no princípio da causalidade estrita. (Planck, 1941)

Depreende-se daí que o homem leigo e alguns cientistas confundiram a expressão matemática da causalidade com o seu princípio, o que permanece universal, ainda que os cientistas não tenham conseguido formulá-lo matematicamente até o presente, e preferiram, por razões práticas, dele prescindir na determinação dos fenômenos naturais e em seu lugar usar o método estatístico.

Hoje se trava acirrada luta em torno da causalidade, dividindo as opiniões em duas correntes: aqueles que permanecem fiéis à causalidade estrita e aqueles que, influenciados pelas descobertas atômicas, rejeitam terminantemente tal princípio. Daí surge uma terceira posição; a daqueles que, reconhecendo verdades nas duas anteriores, procuram reelaborar o princípio, quer em termos probabilísticos quer em termos dinâmicos. Estes, apesar de opostos, não excluem o princípio, pois em caso contrário estariam negando a possibilidade de fazer ciência, dado que esta não pode prescindir da fé na ordem. (Planck, 1941)

É natural que ante o embaraço da desaxiomatização da ordem clássica, atribua-se à desordem o papel desempenhado pela ordem. Contudo, este raciocínio é falso e deletério. Reflete a tentativa de introduzir um hábito de pensar que se afeiçoe, com seu modelo lógico, a uma forma nova. Ordem e desordem são as raízes dinâmicas e dialéticas de toda organização (Morin, 1977)

Em momento algum a ordem foi erradicada. Seu concei-

to estendeu-se, ampliou-se e incluiu a desordem, que fora expurgada do pensamento ocidental como fator estranho aos fundamentos lógicos que o sustentam.

Enquanto a assimilação dessa interação não se constitui em novo hábito no pensamento do homem contemporâneo, tende-se a ter o mundo, através da experiência empírica, uma visão que o mostre como dominado pela desordem, em todos os seus planos de organização e formas de expressão.

Interessado, talvez, numa visão mais complexa do que o simples arrolamento de queixas ou o registro de situações críticas que representariam uma visão unilateral do processo, levando-nos, em última análise, a compor um anedotário ou a dramática epopéia do homem do século XX, esquecido de que paralelamente à desordem caminha a ordem (talvez não tão ligeira quanto o exige o sofrimento do homem), o pensamento contemporâneo põe em foco questões de mais significação para todos os problemas físicos e humanos. Penetra fundo nos axiomas, fazendo-os perder a rigidez. Assim ocorre em todos os ramos do saber e o surgimento da nova ordem leva, como consequência, à desorganização da anterior.

### A Ordem nas Sociedades

Se a discussão da ordem levou a filosofia a um beco sem saída, obrigando-a a colocar questões mais profundas, de caráter epistemológico e lógico, e as descobertas da ciência levaram-na a um estado de suspensão temporária, o problema torna-se dramático quando se trata da aplicação da causalidade ao homem e

às sociedades.

A variedade de tentativas de resolução do problema da ordem nas sociedades resume-se praticamente em dupla vertente. A linha descendente da raiz platônica fez depender o progresso social e político do progresso geral do saber. Já Aristóteles rompe essa ligação de dependência e trata separadamente esses dois conceitos, baseado na constatação de Platão, na "República", de que a conduta dos homens variava conforme o tipo de ordem política ao qual se encontravam ligados. (Burnet, 1957)

O dilema dos pensadores estava em vincular o comportamento do homem à lei universal da ordem, ou aceitar leis diversas e mutáveis, portanto arbitrárias. Ou há verdades primeiras e estas estão na natureza e o homem faz parte da natureza, ou aceitaram-se leis elaboradas pela diversidade da justiça humana.

Gerações de pensadores, desde a antiguidade grega, a partir de seus diferentes pontos de vista, buscaram solucionar o intrincado enigma de harmonização da independência da vontade humana com o fato de os homens pertencerem a um universo submetido às rígidas leis da natureza. (Breyer, 1956)

Hoje não se debate simplesmente a causalidade, como anteriormente, mas também idéias básicas a ela vinculadas como, por exemplo, - a significação do conceito de causalidade e questões epistemológicas que procuram determinar a que classe de objetos ela se aplica legitimamente. Todo este questionamento aumentou a confusão e trouxe novos problemas ao campo de debate.

Aqui nos deparamos com duas posições gerais. Uma delas, interessada no progresso do conhecimento, mantém o princípio de causalidade como postulado indispensável à investigação científica, e o homem não é excluído dele. A outra, embora aceitando o postulado como condição da investigação científica, acredita ser uma indignidade incluir o homem na subjugação à lei universal, reduzindo-o assim a um autômato destituído de vontade, livre arbítrio e responsabilidade. (Burt, 1960)

Na busca da ordem eterna das coisas, de uma lei universal da qual participam e dependem todos os objetos, reconheceram-se, como elementos fundamentais da ordem entre os homens em sociedade, ora a razão comum a todos, ora o senso comum, ora uma intenção compartilhada por todos. (Breyer, 1956)

Os fluxos e refluxos na busca do princípio de ordem marcaram períodos acentuados de total subordinação à ciência, ou de total rejeição e crítica ao racional, acentuando a moral de retorno à natureza.

Nos fins do século XVIII e começos do XIX, começaram a florescer pensamentos voltados para os problemas especificamente políticos e sociais, com Saint-Simon, Comte, Fourier e os sociólogos marxistas. Surge um pensar reflexivo, desejoso de terminar a seqüência alternada e cíclica de lideranças estéreis, que desde Platão e Aristóteles haviam encontrado defensores anti-téticos. (Breyer, 1956)

Propõem-se estes filósofos das sociedades a exterminar a contradição entre uma Ordem Perfeita reguladora de todo

fenômeno físico, orgânico e social, e a crença em uma sociedade onde reinava o caos, a desordem é o desarrazoado.

É um período no qual se encontra disseminado o pre-conceito hegeliano sobre a distinção entre aspectos naturais e aspectos sociais do homem, estes últimos representando as roupagens com que se vestem os primeiros, como se ambos pudessem ser captados independentemente de seu fluir dinâmico no real. (Breyer, 1956). Se na fase anterior, a reflexão e a análise foram as faculdades usadas, agora dá-se oportunidade a que apareçam o sentimento, a intuição, o instinto, a consciência. Neles persistem aspirações de que se encontre uma síntese universal, embora o dado a-priorístico seja agora a sociedade.

É neste ambiente que surge a filosofia social francesa, tentando adequar um pensamento reflexivo ao conhecimento vigente. Continuava latente o antigo desejo de resolver as contradições entre os planos metafísicos e físico.

Comte, como seus antecessores, tinha por objetivo a reorganização da sociedade, mas achava que Saint-Simon e Fourier haviam errado ao pensar que bastaria exercer uma ação prática direta sobre sua organização. (Breyer, 1956). Era necessário, segundo o criador do positivismo, dar à inteligência novos hábitos concordantes com o estado de progresso do espírito humano. Para Comte devia-se viver no estado positivo de crédito total ao diretamente observável. O progresso político e social depende do progresso geral do saber. O que era também a idéia comum a Platão e aos filósofos do século XVIII. O progresso do saber tanto se referia à ciência quanto à sociedade. Ciência e organização so

cial estão unidas num enlace necessário, sem contudo haver entre elas dependência hierárquica. A ciência sem a sociologia seria apenas revolucionária e anárquica, criando inovações que resultariam na destruição da organização social. Por seu turno, a sociologia sem a ciência seria incapaz de descobrir os conhecimentos sociais mais simples, ou de retirar dos fenômenos sociais qualquer característica de arbitrariedade. É assim que "Ordem e Progresso" torna-se o lema do pensamento positivista. O progresso se faz pela revolução e crise, porém o pensador francês não crê que estas possam abalar os poderes fundamentais que determinam uma estrutura social estática e imóvel através de seus componentes constitutivos: a família e a propriedade. O progresso social, para ele, significa aumento da solidez das instituições sociais e não apenas domínio do homem sobre a natureza.

Comte acreditava que as ciências, livres de sujeição a um fim externo, poderiam desenvolver-se melhor na busca da verdade e assim imediatamente aplicadas à vida social, cumprindo sua finalidade última. Em suas críticas incluía a tendência da ciência para buscar leis ou relações constantes que ignoravam, no entanto, a natureza íntima das realidades. Segundo seu pensamento, a legalidade consiste em admitir a multiplicidade, mas estabelece uma hierarquia que vem a ser a manutenção do espírito newtoniano que criticava. A única diferença é que substitui o aspecto metafísico e teológico da hipótese mecânica por leis objetivas experienciadas na realidade.

A palavra "ordem" em Comte significa fixidez da estrutura das coisas, enquanto "progresso" significa mudança nas crenças. Em síntese "ordem e progresso" significa, no positivis-

mo, mudança sem alteração. A inteligência humana não tem em si o princípio da ordem; sua organização é um reflexo da ordem externa. Mas o que, dá origem à ordem externa?

Apesar das críticas desfechadas sobre a física e metafísica de Newton, há em Comte a ambição de descobrir a lei geral de evolução da humanidade, a essência da sociedade e o princípio de autoridade que sustenta a ordem, substituindo o estado teológico da humanidade pelo positivo. Assim, separa homem e natureza, privilegiando esta última, que por sua vez depende de um princípio de autoridade.

Durkheim despreza a metafísica positivista e o fim a que se propõe é instituir uma sociologia realmente positiva, procurando, pela observação e indução, as leis que unem certos fenômenos sociais a outros, como por exemplo o suicídio e a divisão do trabalho com o aumento da população, sem preocupar-se com a elaboração de um sistema, que a experiência denunciava conduzir a becos sem saída. Contudo, Durkheim chega a colocar e resolver questões filosóficas, principalmente a transmutação de fenômenos filosóficos em sociológicos (Breyer, 1956). Sua preocupação no estudo da ordem social é com a "crise moral que sofria sua época", preocupação, aliás, observada entre todos os pensadores voltados para tais questões, desde a Grécia Antiga, como uma espécie de horror atávico à "desordem" que não espelha a Perfeição. Se naquelas épocas era impossível aceitar o movimento como princípio unificador de todas as coisas em sua multiplicidade, o que implicaria em dizer que todos os opostos eram a mesma coisa, hoje, na era da velocidade, presencia-se o drama de procurar conciliar movimento e fixidez das leis, de modo a obter-se um produ

to viável à vida em sociedade.

Criticado, Durkheim defende-se com a afirmação de não estar em busca nem da explicação nem da essência da moralidade (Breyer, 1956). Define a ação moral pela sanção que acompanha a violação de uma regra (e não metafísica), que é, segundo ele, um meio de reconhecê-la. A sociedade, com suas exigências racionais e morais de uma justiça impessoal e absoluta é o "a priori" de Durkheim, a qual, por volta de 1880, estava sendo acossada por uma onda de hostilidade entre ciência e consciência, o que parecia conduzir a uma moral utilitária e individualista. Se a sociedade permanece, apesar de toda a crise, não é por hábito ou hereditariedade, mas é este um sinal de sua verdade, diz ele. (Breyer, 1956)

A crise de que fala Durkheim vem se acentuando em nossos dias, vendo o homem ruir diante de seus olhos os últimos resquícios de fixidez estrutural das sociedades: a família, a propriedade, a igreja, a escola, a justiça, como consequência do desejo atual de banir toda lei ditada pela tradição. Observa-se hoje, profunda mudança nos sistemas básicos de crença, mas a dificuldade com a ordem ainda persiste, já que nada foi construído para substituir o modelo tradicional. Registra-se apenas um caminho errante e vazio, em direção a não se sabe o quê.

O plano social sempre foi o berço da "desordem", porque nele estão em maior evidência as leis do movimento e das transformações sem que haja possibilidade de determinações causais estritas, a não ser que se adote um ponto de vista simplista e reducionista.

O sentido comum e a experiência quotidiana mostram

que todas as coisas e eventos são produtos de outros. Observa-se, contudo, que os efeitos podem ser, por sua vez, a causa de eventos subseqüentes. Freqüentemente, múltiplas causas se apresentam como responsáveis por um ou vários eventos, e além disso há eventos para os quais não se pode encontrar qualquer causa que os explique. Todas estas observações parecem um contrasenso na perspectiva empirista e positivista. Levam à idéia de uma desordem. Todavia, há que distinguir entre a impossibilidade sensorial e a impossibilidade lógica, como é a idéia do círculo quadrado.

Argumenta-se que a validade da lei da causalidade para o mundo social e pessoal é uma questão que não se pode decidir com base em raciocínios abstratos, nem com base na experiência sensorial. Este dilema ocupou a filosofia escolástica, o racionalismo francês, o empirismo inglês, o idealismo alemão, o criticismo kantiano e o positivismo, em posições inconciliáveis.

Se, porém, admitir-se que a realidade é parte integrante de uma imensa esfera para a qual se pode dirigir o pensamento humano, mesmo aceitando que a ciência tenha como ponto de apoio a experiência empírica, o pensamento possui o dom de ir além desta. Em consequência, deduz-se que a causalidade não se aplica ao pensamento imaginativo, o que, porém, encontra na realidade suas barreiras e limites de objetividade. Real e abstrato devem complementar-se, e, portanto, todo saber que obtiver reconhecimento ilimitado, isto é, que seja geral e objetivo, deve participar da característica de universalidade.

Parece então legítimo aplicar às sociedades humanas a lei da causalidade, tal como foi expressa nas equações da dinâmica clássica, que permite dizer onde uma partícula ou um con-

junto de partículas em movimento se encontram num momento dado e onde se localizarão em outro momento futuro, sabendo-se sob que condições ocorre o movimento. A importante contribuição trazida por Einstein a este ponto de vista foi conseguir demonstrar, na teoria geral da relatividade, "que em qualquer espaço-tempo (unificados) tetradimensional existe uma medida: a distância entre dois pontos que se aproximam até o máximo possível. Este é o chamado Tensor que para todos os observadores e para todos os sistemas de referência tem o mesmo valor autônomo e, portanto, é de caráter transcendental completamente independente de qualquer ação arbitrária da vontade humana" (Planck, 1941, p. 157).

Os fundamentos da teoria da relatividade não repousam sobre a norma de que todas as dimensões tenham unicamente uma significação relativa determinada pelo sistema de referência do observador, diz Planck mais adiante. Não se compreende, então, porque os homens e as sociedades tomam a idéia da relatividade como justificativa para a moda da "desordem", do conflito e do caos. Mesmo as hipóteses quânticas, que desencadearam certa confusão, reconhecem leis estatísticas capazes de expressar com exatidão a probabilidade de que ocorram certos fatos, permitindo, sem dúvida, exceções nos casos particulares. No entanto, ainda nestes casos, nos denominados movimentos moleculares, aplica-se a lei, embora sob termos estimativos e cautelosamente denominados regra, em virtude das grandes dificuldades inerentes à investigação microscópica.

Conclui-se que o problema da desordem nas sociedades contemporâneas não encontra eco na física teórica. Trata-se, antes, de uma desordem específica e particular a cada organização

cultural, que pode ser estudada a partir de características estruturais históricas. E se há dificuldade no estabelecimento de leis sociais análogas às da física teórica, pelo menos regras existem.

## CAPÍTULO I - O PROBLEMA

Aceitando-se o suposto da ciência, segundo o qual o problema da ordem sustenta-se no princípio universal da causalidade, que passa por reformulações - inclusive de ordem matemática - para adequar-se às novas concepções não mecânicas da ciência, afasta-se, neste nível, a hipótese da desordem no mundo em que vivemos.

A aplicação destas conjecturas, filosóficas e científicas, ao plano do comportamento do homem, em sua condição social, encontra sérias objeções quando questões de livre arbítrio e responsabilidade entram em consideração. Contudo, se aquele princípio é condição necessária para haver ciência, parece lícito aceitar a causalidade como princípio regente dos fenômenos sociais, embora admitindo-se haver dificuldades empíricas na sua percepção. Sob a perspectiva contemporânea com respeito a esta problemática, que atribui probabilidades aos diversos fatores envolvidos com um fenômeno, admite-se que cada sociedade poderia apresentar manifestação organizacional específica e dentro de certos limites, além dos quais a noção de ordem fica comprometida.

Aqui surgem duas dificuldades. Uma no sentido de determinar os parâmetros das leis abstratas e impessoais comuns a todas as sociedades e capazes de definir uma determinada sociedade, ao invés de tomarmos os padrões de algumas como modelo para as demais; a segunda refere-se à noção de culturas, que se defronta com inúmeras definições, sem que até hoje tenha sido possível chegar a uma que se aceite como definitiva. A primeira dificuldade, tarefa para filósofos e sociólogos teóricos, encontra

na história inúmeras e variadas tentativas de soluções. Com respeito à segunda, alcançou-se nos nossos dias um estágio geral, no sentido de considerar uma "cultura" tão boa quanto outra qualquer, e a aceitação unânime de que cada uma encerra em si uma visão cósmica e uma imagem do homem que se origina no universo do conhecimento. Tomando-se provisoriamente a definição eclética de cultura que se resume no complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade como um conjunto de tradições, o Brasil congrega em uma unidade orgânica diversas "culturas" em interação, que têm por base fatores históricos, geográficos, econômicos e políticos, sociais e religiosos, como determinantes comuns de sua feição característica, ou de sua maneira específica de manifestar ordem.

Supõe-se que a investigação da maneira como estes fatos se organizaram historicamente pode fornecer indicadores válidos para a compreensão do caráter da vida brasileira e para a investigação da organização das relações dos homens entre si e com as estruturas formais da sociedade.

### 1.1. Reflexões sobre Desordem como Característica Brasileira

Da observação quotidiana, enriquecida com as abundantes interpretações antropológicas sobre a realidade brasileira, sobressai de modo acentuado a noção de um certo afrouxamento nas relações dos membros da sociedade com o arcabouço normativo e legal, que regula e controla os modos de interação sujeito-sistema. Este traço é freqüentemente referido como característico da

nossa cultura. De fato, a experiência de um cidadão em seus contactos com órgãos públicos e/ou particulares, logo o fará sentir-se esmagado e triturado pelo volume de exigências burocráticas meramente formais, pela desnorteante massa de desinformação, pelas soluções alternativas extra sistema, pela desconsideração e desrespeito, pelas constantes alterações legais e normativas. Todos estes fatores, refletindo cuidados do sistema contra o çida-dão e gerando neste a desconfiança no aparato legal, muito con-tribuem para que a interação desvirtue a seriedade da relação. Uma certa destreza lúdica acompanha os atos do homem, num perfeito jogo de crianças traquinas, a ver quem melhor desliza por baixo da mesa. Inovação e burla misturam-se num acordo celebrado com tanta intimidade que se chega a perguntar se a distinção não é apenas artificial.

Se esta duplicação de atributos conforma o traço fisionômico da nossa cultura e se apesar deles o país perfila-se entre os que mais progridem no mundo, poderia supor-se que: 1) a desorganização não se constituiria em problema que merecesse investigação, e 2) os membros da nossa sociedade não teriam qualquer sentimento negativo quanto à ordem social.

Uma sondagem prévia a este estudo, porém, revelou o contrário (Sigelmann 1981). Em amostra de quatrocentas pessoas, de ambos os sexos, com diferentes níveis educacionais, residentes no Estado do Rio de Janeiro, encontrou-se manifesto profundo sentimento de falta de ordem e de inutilidade das leis para a preservação do complexo dos comportamentos, das crenças, das instituições e de outros valores da coletividade. Comparados a amostras semelhantes, colhidas em outros países, estes resultados mostra-

ram-se acentuadamente mais elevados. Embora o fato nos parecesse paradoxal, pois supúnhamos que deveria haver identidade entre tipo de organização social, (tomada como produto do esforço coletivo) e caráter dos membros integrantes desta mesma sociedade, levou-nos a reflexões mais profundas sobre a discrepância encontrada. Teria fundamento a atribuição à nossa cultura do estereótipo da desorganização? Se assim fosse, qual a sua fonte geradora? A estrutura formal do arcabouço legal e normativo? O homem, mestiço, malandro, e preguiçoso?

A partir de um exame detido da literatura, numa primeira aproximação ficou claro que o tema da desorganização social tem ocupado o interesse dos sociólogos e filósofos, objetivando assim a generalidade do problema, embora a escassez bibliográfica denotasse a dificuldade no tratamento do tema. Mas apesar disso, pôde-se excluir, em plano teórico, a questão de ser a desorganização social um privilégio nosso. Aceita-se, contudo, ainda neste plano de cogitações, a tese de que há diferentes tipos de organização e de que há diferenciações em grau, freqüência e qualidade de atos comportamentais comprometedores da ordem, que denunciam, em termos de indicadores do nível de integração indivíduo-sociedade, o grau de organização alcançado por uma sociedade. Fatos desorganizadores acontecem em qualquer sistema social, independentemente da firmeza da organização de sua estrutura.

Assim, se tomarmos variantes culturais à guisa de exemplos de ordem social, definida em termos de integração entre estrutura formal e estrutura social, destaca-se a Alemanha como uma das culturas que mais exibem traços marcantes de disciplina, organização e respeito pelo cidadão e pelo conjunto de valo-

res que alicerçam atitudes e objetivos grupais e individuais. No entanto essa mesma cultura foi capaz de oferecer à História o hediondo crime contra a humanidade praticado durante a Segunda Guerra Mundial, embora este episódio dramático tenha em suas origens o desejo de restabelecer a ordem perdida, como uma das conseqüências do processo iniciado com a subjugação do país pelo Tratado de Versalhes e a formidável inflação que levou Hitler ao poder.

A moral puritana que molda o comportamento do povo norte-americano, levando a extremo rigor, por exemplo, a inviolabilidade da mala postal, desvia-se de seus padrões e escandaliza o mundo com o caso Watergate, sendo, porém, imediatamente corrigido pelo sistema.

No Brasil, onde somos capazes de atirar cartas ao lixo, subtrair sistematicamente trocos, pesos, mercadorias, desobedecer avisos de toda sorte, subornar e burlar quotidianamente, comparecemos maciçamente às urnas eleitorais de 1961, numa demonstração coletiva do grande desejo interno de ordem, que depositou em Jânio Quadros todas as esperanças de realização. À exclusão de quaisquer outras implicações estritamente políticas, administrativas e econômicas, é muito sintomático que seis milhões de brasileiros fossem unânimes naquela escolha. O fato denota o cansaço da farsa, que dramaticamente nela culminou numa solução cuja brasilidade é impossível negar. Mas estas considerações remetem-nos às mesmas indagações. De onde provêm estes comportamentos que nos presenteiam com uma imagem de "bagunça"? da estrutura formal? da psicossocial?

Uma segunda reflexão indica que, em suas linhas gerais, os comportamentos desviados, quando considerados por sua magnitude e gravidade, ocorrem em qualquer país do mundo.

Ninguém desconhece a situação americana dos famosos anos trinta, a imaturidade automobilística do americano de pós-guerra, a violência de Chicago e Nova York, a corrupção envolvendo a Holanda no caso Lockheed, a marginalização voluntária de grupos de jovens "beatniks" e "hippies" na Inglaterra e EE.UU., a proliferação do uso de tóxicos, a exacerbação do erotismo e vários outros problemas de desvio da conduta que se vêm apresentando em qualquer país atualmente. Tais desvios de conduta, que os sociólogos denominam anomia, são encontrados, com maior ou menor intensidade, em qualquer centro urbano, onde a industrialização tenha condições de sedimentação e desenvolvimento (Merton, 1967; Durkheim, 1893; Sorokin, 1928; e outros), tal como se dá no Brasil atualmente. Estes desvios não são, portanto, específicos de uma cultura.

Apesar desta posição teórica, constatada pela mera observação dos problemas das grandes metrópoles, não se pode excluir a hipótese de que a aceleração do crescimento, quando tem por finalidade a si próprio, contém componentes patológicos, caracterizando-se ele mesmo como causa e efeito de desorganização. Elton Mayo anteriormente já denunciara a posição dos sociólogos que defendiam a anomia (desorganização) como um dado inerente aos centros industrializados, relatando não ter encontrado o fenômeno em duas cidades industriais dos Estados Unidos, onde fatores motivacionais e participação efetiva do homem no trabalho criavam condições de organicidade funcional. Em igual linha de

pensamentos, vários outros autores não vinculam, em relação de necessidade, os fatores progresso e desorganização. Embora as exigências de reorganização, como conseqüência de mudanças básicas produzidas pela tecnologia, possam introduzir a desorganização temporariamente, por períodos mais ou menos longos, cuida-se de transformação que qualquer organismo em crescimento sofre, e não de um crescimento por degeneração. Enquanto alguns autores responsabilizam a estrutura formal pela criação de incompatibilidades com variáveis humanas: motivação, atitudes e valores, outros colocam nas dificuldades humanas de adaptação, de estabelecer limites nas suas ambições e expectativas, de avaliar com realidade suas capacidades, as origens da desorganização social.

Qualquer que seja a validade desta explicação, parece certo que os desvios comportamentais decorrentes das estruturas de poder, tomadas em sentido genérico, carecem de especificidade cultural e podem, em tese, sob certas condições, sofrer controle institucional e ser recuperados mediante alguma ação corretiva do sistema.

Há contudo outros desvios, mais corriqueiros, menos dramáticos, aqueles com os quais convivemos intimamente no dia a dia, e que parecem não decorrentes de acidentes naturais do progresso industrial e tecnológico, mas pertencentes à própria constituição moral e psicológica dos membros da sociedade, como modalidades específicas e peculiares a cada cultura, que se agregam àqueles e somativamente podem contribuir para a desorganização social. Estes são os que centralizam nossos interesses, na medida em que possam contribuir para a compreensão do fenômeno da desorganização no nosso meio, no sentido de explicitar os mo-

tivos do estereótipo a nós atribuído.

Ainda uma terceira reflexão induz-nos a considerar que a perfeita ordem social só encontra realização nas cogitações filosóficas. A sociedade real, fenomênica, empírica, perfeitamente organizada, trazendo a felicidade para todos, é uma utopia. Toda sociedade real, a despeito de ideologias, desenvolvimento técnico-científico-educacional-econômico-político, comporta em sua organização certo grau de desorganização (Bertalanffy, 1977; Katz & Kahn, 1966; e outros).

Alguns autores chegam a fazer da desorganização um elemento natural dentro do sistema, dotado de uma energia propulsora de progresso (Morin, 1977; Parsons, 1951; e outros). Estes dedicam-se ao estudo da dinâmica organização-desorganização, onde reconhecem uma certa patologia quando as forças associadas ao segundo elemento da relação revestem-se de maior predominância do que as forças associadas ao primeiro.

A mudança para um estado de ordem maior é o processo natural de toda organização. Todavia, a mudança contínua, sem períodos de estabilidade, o mudar por mudar como ocorre no nosso meio, exige dos membros da sociedade, além de grande poder de adaptação, uma profunda capacidade de autonomia com respeito às pressões grupais, que os proteja de toda e qualquer influência ambiental. Esta é uma utopia, fundamento das religiões apresentado como um modelo supraterrano, a ser alcançado como meta teleológica do ser humano, mas cujo processo constitui a realidade fenomênica das sociedades humanas.

Estas reflexões sintetizam, embora de modo superficial-

al, três argumentos para rejeitar a atribuição da desorganização como estereótipo da nossa cultura e se resumem na idéia de que a desorganização é universal, como parte da organização. Segue-se, como conseqüência complementar desta afirmação, que pelo menos em alguma parte do sistema há ordem, quando mais não seja como indicador de que o sistema está vivo e luta contra forças entrópicas. De uma perspectiva sistêmica, aventa-se a hipótese de que as forças organizadoras sobrepõem às desorganizadoras, pois do contrário não teríamos como explicar, por exemplo, a posição interna e externa do Brasil no mundo atual. É bem verdade que se pode contra-argumentar, alegando que um sistema é uma totalidade que funciona em bloco. Há interdependência e interação entre os diversos subsistemas, de modo que uma perturbação localizada em um deles afeta diretamente as demais partes, e faz emergir daí uma qualidade nova para todo o sistema. Entretanto, a própria emergência de qualidades resultantes das interações entre as partes e destas com o todo traz implícita a inibição de virtualidade.

Justifica-se deste modo a posição dos sociólogos, como Merton e Parsons, quando afirmam que altos índices de comportamentos desviados e anômicos em uma sociedade denunciam a presença de um teor de desorganização a merecer atenção especial.

A presença de sentimentos profundos de desorganização entre membros da nossa sociedade, conforme constatado em nosso estudo anterior já referido, leva-nos a cogitar, à exclusão de problemas nas estruturas formais do sistema, se o atributo pejorativo à nossa cultura não seria fruto de apercepção dos membros

da nossa sociedade em suas relações com as estruturas formais e grupais. Murray (1953) distingue entre percepção e apercepção, conceituando a última como o processo no qual se atribui significado a estímulo físico, e inclui entendimento, interpretação e classificação. Apercepção envolve interpretação avaliativa de situações e pessoas no mundo percebido. Neste sentido, a apercepção envolve relações entre estrutura do ego do sujeito e suas estimativas do mundo que o rodeia.

Neste prisma, a vertente psicossocial merece algumas considerações como dimensão que atinge e molda atitudes, valores, e sentimentos nas relações inter e intragrupais dos membros de uma sociedade.

## 1.2. Fatores Determinantes do Caráter da Comunidade Brasileira

A idéia de modelagem leva-nos remissivamente ao passado da nossa colonização e vários questionamentos se erguem quanto à influência direta das relações entre Brasil e Portugal, Brasil e Brasil, sobre a formação do caráter do nosso povo.

A maneira como hoje apercebemos nossa realidade não seria o reflexo de representações internas do próprio indivíduo brasileiro com relação a si mesmo, adquiridas ao longo da sua jornada de colonização e projetadas na sociedade? Não seria esta imagem de desorganização social produto de dimensões psicológicas que conduzem à autonegação, autodesvalorização, autodepreciação? Não haveria, do mesmo modo, relação entre estas dimensões psicológicas e aqueles comportamentos desviados, referidos acima como corriqueiros e instrumentos adaptativos na interação

homem-sistema brasileiros?

Narrativas históricas, interpretações sociológicas e antropológicas descreveram, com abundância, situações nas quais o drama pela sobrevivência do País e dos indivíduos obrigaram ao desenvolvimento de comportamentos de emergência, para que não fossem quebrados os elos normativos e funcionais da sociedade, enquanto simultâneas agressões à integridade grupal e individual minavam sub-repticiamente a moral, objetivos, valores humanos.

Talvez a raiz mais fecunda, para a formação do nosso caráter como povo, possa situar-se na distância que separava o Brasil de Portugal, sendo este último o centro gerencial responsável pelos objetivos, metas, valores, normas, controle e decisão, concentrando em si o aparato legal, legislativo, jurídico e normativo da sociedade brasileira.

Se retomarmos o ponto de vista sistêmico, lograríamos visualizar uma organização perfeitamente estruturada, onde há articulação entre todas as suas partes e destas com o ambiente, através de seu subsistema hierarquicamente superior - o sistema governamental, colocando este último em situação que possa alcançar e interpenetrar todos os subsistemas, enquanto tem funções de troca com o ambiente. (Fig. 1)

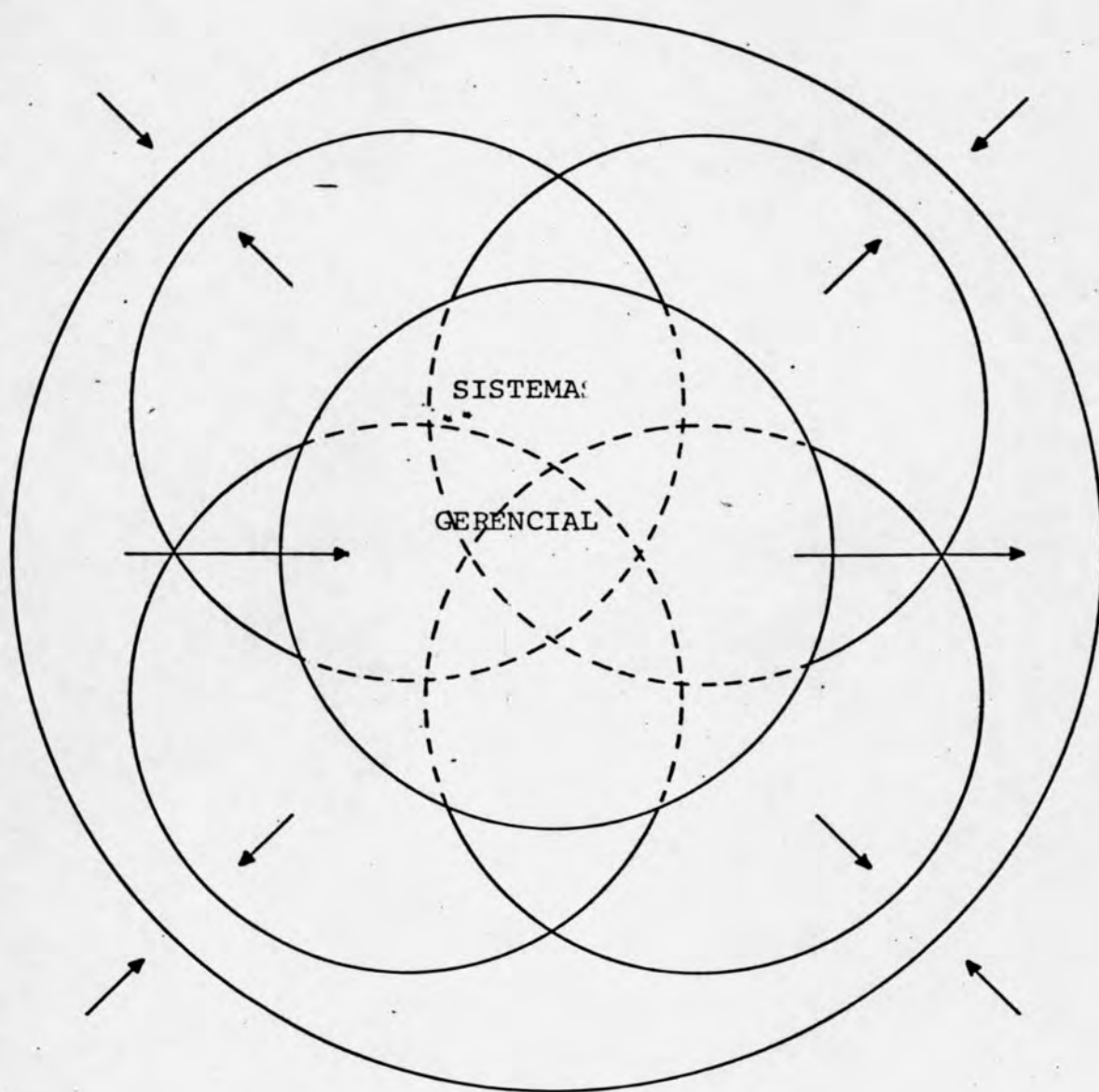
O que poderíamos esperar de um sistema onde este subsistema estivesse a léguas de distância, tal como ocorria entre Portugal e Brasil, e as grandes decisões dependessem da comunicação baseada em navegação à vela?

A História nos conta que, por razões muitas vezes legi

timas, os delegados da Metr pole tiveram que contornar situa es para conseguir resolver problemas jurídicos, criminais, comerciais, econômicos, políticos e etc., que demandavam certa urgência e solu es específicas para o ambiente social da Colônia.

Figura 1

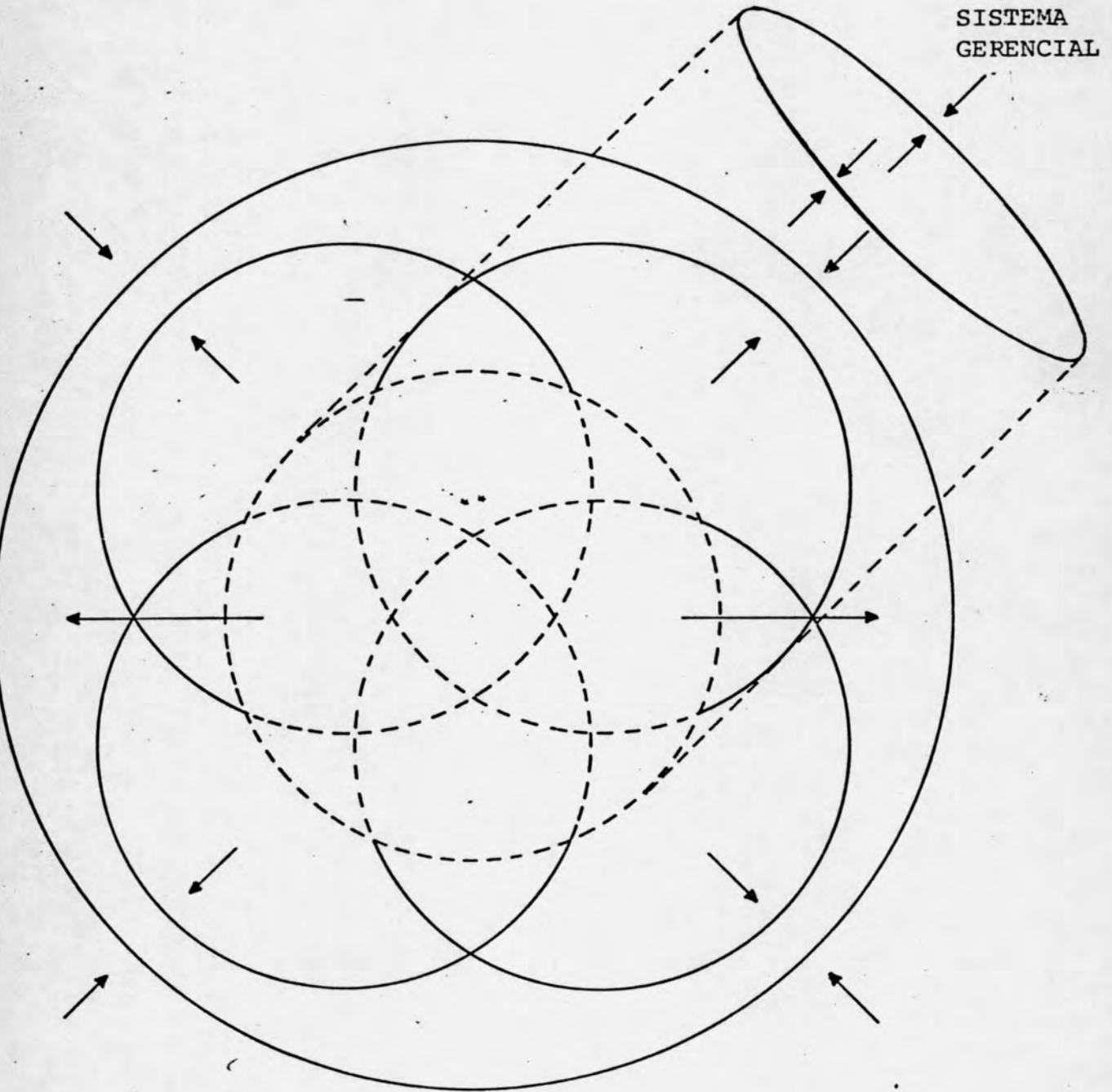
Sistema Organizacional



Modelo adaptado de Kast - Resenzweig modificado do esquema de Trist e Rice et alli (modelo Tavistock)

Figura 2

Projeção do Subsistema Gerencial para Outro Plano



Conforme estudos do jurista americano Keith S. Rosenn, relatados em resenha por E.L.Teixeira (1972), "o jeitinho ou a mentalidade que levou à cristalização cromática do jeito não podem ser compreendidos sem uma incursão histórica aos tempos do Brasil colônia". (Teixeira, 1972, p. 473). Diz Rosenn: "O domí - nio português era essencialmente autoritário, paternalista, particularista e *ad hoc*. O governo da Metrôpole queria regular os mais insignificantes e triviais aspectos da vida da colônia. A pletora de leis, ordens, regulamentos, alvarás, editos e instruções integrantes da chamada legislação extravagante, emperravam a vida administrativa e judiciária da colônia. As Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603, constituíam vasta e complexa compilação de toda a legislação de Portugal desde 1211, entremeada com usos e costumes locais (o grifo é nosso), regras herdadas do direito romano e visigótico. Obviamente a incipiente colônia brasileira não podia deglutir, respeitar e aplicar toda essa massa enorme de normas jurídicas tão divorciadas da sua realidade social". (o grifo é nosso). (op. cit. p. 473). "A assinatura em 1769 da Lei da Boa Razão, sob a égide do Marquês de Pombal, propiciando aos juizes e advogados brasileiros a necessária flexibilidade de interpretação da legislação", constituiu, na opinião de Rosenn, "a instalação do jeitinho, como costume brasileiro de reinterpretar à luz do bom-senso, não só as leis mas tudo relativo ao relacionamento entre pessoas e instituições" (op. cit. p. 474). E, continua Rosenn, "a imensa distância existente entre a Metrôpole e a Colônia, e a dimensão continental desta, facilitaram a desintegração social e o desrespeito às leis", valendo acrescentar, a nosso ver, que dificultaram a introjeção do espírito da lei, dan-

do abertura para a internalização do jeitinho como a norma.

O fator distância parece uma explicação plausível para o aparecimento do "jeitinho" como comportamento inovador, que ser via naquelas circunstâncias de descongestionador do sistema.

O "jeitinho", conforme salienta Roberto da Matta (1980, p. 140) constitui uma prática de "cordialidade", de união e de igualdade, mas a nosso ver hoje possui uma mensagem subjacente de desvalorização do indivíduo como pessoa, na medida em que patenteia sua impossibilidade de acesso natural aos direitos legítimos de cidadão. É um desvio que não aparece explícito a nível de discurso, mas esconde-se nos foros íntimos, de sentimentos, como prática ilegítima e desvalorizadora do homem. Quando alguém pratica o "jeitinho" rebaixa-se em sua condição de pessoa. Seu parceiro, aquele que presta o favor, embora em aparência tenha posição superior na relação, como aquele que pode ter contatos com pessoas importantes, no entanto, é o indivíduo que se vende, o comprado, o mediador entre duas estruturas sociais.

Lembramos, além disso, que desde o início da colonização brasileira dois grupos distintos de pessoas formaram a população que iria habitar nossas cidades: os fidalgos e os degredados. Desde o princípio se configurou uma estrutura social dupla, pois embora livres, os degredados trocaram suas penas, pelo desbravamento da natureza tropical.

Se os fidalgos, por causa da distância e do tempo que transcorria entre a ida e vinda de uma solução pedida à Metrôpole, "transgrediam" as leis, os degredados, na falta de um controle mais efetivo por parte das autoridades, encontraram campo fér

til para a evasão de tendências para a burla, a fraude, a corrupção e a exploração.

Assim, compunha-se um quadro interno da sociedade pintado com todos os matizes do vício e da ilegitimidade, estendendo a desconfiança e o pessimismo sobre todos os relacionamentos e indivíduos. Além disso, era uma sociedade de tal forma constituída que exigia a iniquidade de tratamento dispensados de um lado a quem era fidalgo e de outro a quem não o era. Para uns o amparo e os privilégios, para outros a espada e a lei.

Se a condição de fidalgo e degregado favorecia, naquela época, a formação de uma sociedade de hierarquias, o traço permanece, conforme nos relata Roberto da Matta (1978) na sua magnífica análise do "Você sabe com que está falando? Um ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil". Observa à página 169 "...no sistema brasileiro, é básica a distinção entre o indivíduo e a pessoa como duas formas de conceber o universo social e de nele agir". A pessoa é o ser social, "um universo formado de um pequeno número de pessoas, altamente hierarquizado, comandando a vida e o destino de uma multidão de indivíduos, esses que devem obedecer a lei". (p. 179). "O mundo", prossegue ele, "divide-se, então, numa camada de personalidades, de autoridades e homens bons que fazem a lei", e "outra camada, em grande número, dos indivíduos desgarrados, sem dignidade, que se esparrama como uma massa anônima e informe". O esforço para ascender ao nível de pessoa totaliza o ideal do indivíduo mediano. No processo de aproximação vários mecanismos são usados, como a obtenção de um grau de "doutor", candidatura a "medalhão", ser amigo ou parente de "figurão", ter "padrinho" ou "pistolão", exemplos que

reunem em si alguns dos ingredientes caracterológicos do brasileiro, a saber: o paternalismo e o autoritarismo, tendo sempre por base uma constante: a desvalorização do indivíduo, e o que é pior, a aceitação passiva por este indivíduo de sua condição desprezível.

Não é de admirar que, em tal quadro, o "jeitinho" viesse a se tornar uma instituição e assumisse predominantemente sua feição negativa. Reflete, além do mais, ausência de responsabilidade com a comunidade e falta de lealdade ao bem público.

Como bem percebeu Roberto da Matta, "o jeitinho é uma expressão de cordialidade entre os indivíduos", que preserva, na sua dinâmica, o jogo de interesses e a manipulação de indivíduos para a obtenção de um direito. E tudo se passa em nível de união entre os indivíduos, sem a lembrança de que eles próprios pertencem ao campo onde se desenrola a cena. Os mesmos indivíduos lesem sem escrúpulos, ou até mesmo acreditam que é assim que deve ser feito, manifestando um enorme sentimento de autocompensação por todas as suas frustrações. A visão é sempre vertical, e tudo indica que o Estado é o único responsável pela totalidade do sistema. Mas, na carência de uma horizontalidade, o indivíduo deixa de perceber que o grande lesado ainda é ele mesmo, ele é a sua grande vítima, ao optar pela não atuação na sociedade civil.

Rosenn evoca outros comportamentos da administração portuguesa, que muito vieram a contribuir para a transmissão das regras típicas da conduta do brasileiro. Lembra ele o fato de haver interesse dos portugueses em um lucro "gordo e fácil" que os tirasse das dificuldades econômicas e políticas em que se encon-

travam.

Tudo era válido desde que desse lucro. O "rouba mas faz" teria começado aí, na opinião do autor, determinando uma atitude de "tolerância com a corrupção". A condescendência com o delituoso desenvolveu-se numa atitude generalizada de projeção daquele que se encontra em situação menos feliz sob a lei. O desviante passa a ser o "coitadinho", quase que numa espécie de exoneração de culpas acumuladas pela desigualdade de aplicação da lei.

A concentração do poder na M<sup>é</sup>tropole, criando uma relação de dependência paternalista, transmutou-se hoje na dependência do Estado, que tudo deve prover. Nenhuma iniciativa era permitida à Colônia, como hoje nenhuma ação parte do cidadão, do empregado, do trabalhador, mas sim do Estado, do patrão.

De um ponto de vista psicológico, é inegável que as situações concretas da colonização muito contribuíram para a não formação de uma identidade do homem brasileiro. Um ponto que destacamos na concentração do poder fora da nossa esfera ambiental é que pode ter provocado um deslocamento do centro dos valores para fora, deixando o homem esvaziado de suas capacidades de crescimento interior. Significa colocar em um ponto fora de si tudo aquilo que representa virtude moral, intelectual. Tudo o que é bom está no outro. Todo valor, toda norma, toda idéia, todo julgamento, toda decisão são procurados fora. São coisas externas ao homem, que sabe que, o que ele é, é determinado pelo outro. Nenhuma qualidade se reconhece como existindo dentro dele, até pelo contrário.

A morosidade burocrática, o afrouxamento das tensões no relacionamento homem-aparato legal e normativo, a não responsabilidade, a descrença, a falsidade do discurso podem todos remontar à colonização:

### 1.3. Definição do Problema

A história da nossa colonização trouxe consigo os germens da alienação, quer pela cisão geográfica, quer pela cisão humana, quer pela introdução da autodesvalorização e autodepreciação, quer pela acomodação ou pelo excesso de formalismo. Ele, o homem, só existe pela aprovação do outro. O ambiente ao seu redor é pouco elogiável. Afigura-se natural que seja dominado pela depressão, torne-se roído por culpabilidade, ceda a mecanismos de autodepreciação, e se entregue a constantes autocriticas e pratique morbidamente a difamação sistemática de tudo que pode constituir sua identidade coletiva e seu próprio sistema de valores, e procure sua sobrevivência nas servidões e na negação. Não parece muita ousadia supor que estes legados caracterológicos dos colonizadores portugueses tenham persistido através dos tempos, excluídos, a bem dizer, estígmias de hipertrofia do sistema como um todo no seu processo de continuidade.

Se a alienação é um processo ligado à ação, à consciência e à situação concreta do indivíduo, que a escolhe como fuga pela compreensão de sua impotência para exercer qualquer modificação no mundo exterior, e se por esse processo consegue desligar-se das coisas, não pode, contudo, falsificar, com a mesma força, os sentimentos que se apresentam à sua consciência.

Os sentimentos de anomia relativamente à ordem social encontrados no estudo supra citado (Sigelmann, 1981) podem, então, ter como base explicativa a consciência da alienação. Mas isto leva a um círculo vicioso pois os sentimentos de anomia dependem das dimensões que levam à alienação e vice-versa.

Muito já foi escrito sobre o caráter do brasileiro e a estrutura social, onde se desenvolvem certos padrões culturais de conduta. Romancistas, antropólogos, sociólogos, jornalistas, professores, ensaístas documentaram e retrataram abundantemente a fisionomia do homem brasileiro pertencente às duas estruturas nitidamente delineadas no sistema psicosocial. Estudos trataram de interpretar os adágios da nossa linguagem quotidiana, expressões populares e conotações pejorativas de palavras, procurando analisar, através da Língua, o caráter típico da conduta do brasileiro. Sociólogos, historiadores, economistas e juristas preocuparam-se em detectar, através de fatos históricos, as fontes determinantes do modelo estrutural normativo, onde ajustamentos nem sempre sadios configuraram os aspectos desorganizadores da conduta, cristalizados até nossos dias. Pouco, contudo, foi realizado na área da psicologia social.

Nestes poucos parágrafos, em que resumidamente se procurou delinear algumas condições sociais que teriam levado à formação dos padrões comportamentais do brasileiro em termos culturais, tentou-se uma interpretação psicológica desses padrões.

Nesta interpretação há, contudo, certos paradoxos que merecem algumas considerações.

Se considerarmos a alienação como resposta adaptativa a situações desorganizadoras, que denunciam o desaparecimento de valores comuns pela substituição de valores que satisfaçam aos interesses particulares, percebem-se inconsistências tanto no que se refere à adaptação quanto aos valores comuns.

Como se poderia falar de valores comuns numa sociedade bimodulada, com valores diferentes correspondentes às duas camadas sociais? Como se poderia falar de quebra destes valores ditos comuns? Pareceria mais adequado falar de rejeição dos valores próprios de um grupo e adoção dos valores de outro. Em termos de sociedade global, o que parece haver é a busca da integração social, embora isso se faça em direção vertical ascendente e não horizontal (Matta, 1978), numa busca de igualdade e unidade sociais. E isso parece paradoxal, quando se toma a alienação como interpretação da desorganização social. A desorganização parece então advir da direção do processo de organização. Nesta identificação vertical cria-se, a nível individual, duplo padrão de comportamento como, por exemplo, o indivíduo que se intitula católico para fins sociais, mas na sua realidade subjetiva tem "cabeça feita" na umbanda ou no candomblé. A ação divide-se entre o que deve ser e o que é, evidenciando assim um código duplo em todos os níveis comportamentais: verbais e não-verbais. Assinale-se que nada é mais comum do que a idéia de que estes sejam os padrões de comportamento certos e adequados para nossas relações com o sistema social, com as pessoas e até mesmo com cada um de nós próprios. Mesmo o fato de um grande número de pessoas ao nosso redor - e cada um individualmente - sofrer de quando em vez a contrapartida do ambiente, pelo falseamento do discurso, pro-

duz pouca dúvida quanto ao padrão geral de nossos comportamentos típicos, que de certa forma podem constituir a normalidade da con du ta c u l t u r a l q u e, l e g í t i m a o n ã o, é p r e f e r e r i d a a o s i n s t i t u c i o n a l m e n t e c o n s a g r a d o s.

Em que sentido então devemos tomar a alienação? Qual o significado desta adaptação que visa a conformidade e a integração? Como se pode falar de adaptação desviada, levando à desorganização social, numa situação eminentemente organizadora? Em que contribui para a ordem social este tipo de conduta adaptativa? Em que sentido a caracterização do comportamento do homem brasileiro como alienado do ambiente social pode contribuir para a compreensão da desorganização social? Até que ponto pode-se falar legitimamente de desorganização social pela simples observação da existência de desvios comportamentais?

Assim a problemática básica deste estudo foi configurada do seguinte modo: Quais os efeitos, em termos desorganizados, de diferentes dimensões psicológicas associadas à alienação, sobre a organização social?

#### 1.4. Abrangência e Limitações do Estudo

Na tentativa de viabilizar uma investigação empírica a partir de um tema tão amplo, procurou-se, em primeiro lugar, encontrar um arcabouço teórico que partilhasse simultaneamente dos campos sociológico e psicológico, para fundamentar o estudo. Encontrou-se na teoria da anomia os requisitos desejados.

Entendida como "falta de normas", referida tanto à es-

estrutura social quanto à percepção que os indivíduos têm do mundo exterior e interior, a anomia substitui o conceito de desorganização social neste estudo, em virtude da equivalência conceitual entre ambos os construtos.

O conceito traz, também, a vantagem de permitir a observação controlada. Além disso, supondo-se que os campos sociológico e psicológico são isomórficos, tem-se a possibilidade de transferir os dados observados nas pessoas para a estrutura social na qual se inserem. Acrescente-se que o interesse que norteou o estudo coloca-se no comportamento do homem em relação ao social e não sobre a estrutura propriamente dita. As referências feitas a esta só têm a função de apresentar as condições nas quais ocorre o comportamento examinado.

Assim, o estudo limitou-se a pesquisar o grau de anomia sentido pelas pessoas da nossa sociedade, o qual determina as atitudes que estas têm em relação ao sistema. Quanto à avaliação de como este conjunto de atitudes influi sobre a desorganização social ou vice-versa, o estudo restringiu-se à comparação dos resultados obtidos com padrões culturais descritos na literatura, não incidindo, portanto, diretamente sobre a organização estrutural. Controlou-se apenas as atitudes, para o que foram levadas em consideração outras dimensões associadas direta ou inversamente à anomia, a saber: alienação, autoritarismo, intolerância à ambigüidade, cinismo social, sentimento de vitimação e responsabilidade social.

Escolhidas entre tantas outras vinculadas à anomia, elas apresentam definições correspondentes aos aspectos do problema es

pecífico deste estudo, embora possam representar uma limitação no que se refere à descrição profunda do caráter do brasileiro. Mesmo assim, elas servem de controle umas às outras e ao objetivo perseguido.

Tomou-se um grupo de estrangeiros, como termo de comparação, para a apreciação dos resultados, na suposição de que tragam consigo valores e tradições próprias, ainda que aculturados. Em princípio, não carregam em suas formações as tradições e costumes originários da Colonização.

Apesar das limitações decorrentes da vaguidade dos conceitos de anomia e alienação, e da dificuldade para a designação dos sujeitos amostrais aos grupos de brasileiros e estrangeiros; para comparar a incidência de anomia nos grupos, interpretada como fatores provavelmente responsáveis pelo modo específico de organização social brasileira, não deve deixar de ser considerada a diferença encontrada, uma vez que ambos pertencem à mesma coletividade, devendo ter, portanto, os mesmos interesses no alcance de objetivos sociais.

Quanto à validade externa, generalizações legítimas só poderão abranger a população de onde os grupos foram extraídos. No entanto, a semelhança com outros grupos não deve deixar de ser apreciada, considerando-se a ambiência unificada pela estrutura do sistema. Mesmo com tais limitações, o estudo justifica-se por seu caráter exploratório e descritivo.

### 1.5. Objetivos

O presente estudo teve como objetivos principais: 1) in

investigar a incidência de diferentes dimensões psicológicas associadas à anomia e alienação social, sobre indivíduos do nosso meio. Pretende-se alcançar, com esse objetivo, uma descrição do modo como os membros da sociedade brasileira encaram sua integração com o sistema, dimensionando-se os sentimentos que lhe votam e, simultaneamente, ao seu papel de membro integrante deste sistema; e 2) avaliar a influência destas dimensões sobre a efetividade da organização social, com vistas a reunir indicadores capazes de constituir para a compreensão dos nossos problemas de desorganização social.

Como objetivos secundários, procurou-se:

- investigar de que modo a anomia e a alienação, com seus vários componentes, afetam diferencialmente grupos de brasileiros e de estrangeiros residentes no Brasil;
- caracterizar a modalidade da manipulação de normas e regras sociais como integradores do homem ao sistema;
- apresentar a articulação da anomia e alienação em função de características sócio-econômicas, idade e sexo;
- verificar a relação existente entre anomia, alienação, autoritarismo, responsabilidade social, intolerância à ambigüidade, cinismo social e sentimento de vitimação;
- verificar a qualidade das escalas para a mensuração dos seus respectivos construtos.

## CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. Fundamentação Teórica

Uma incursão à literatura sobre desorganização social, na perspectiva psicológica, evidenciou o amplo vazio no qual se encontra o tema. Na sua quase totalidade, os estudos encontrados inserem-se na área psiquiátrica, e alguns raros discorrem sobre sociopatias vinculadas estreitamente a problemas de desordens mentais e delinqüência. Neles observou-se total ausência de referencial teórico capaz de organizar as informações acumuladas num corpo de conhecimento sistemático.

O tema é basicamente tratado na perspectiva sociológica e, ao que tudo indica, exprime preocupações com aspectos fundamentais da estrutura social. Quando o homem entra em cena, refere-se àquele concebido pelo sociólogo e não pelo psicólogo social. Há uma intenção preconcebida em desvincular os dois, como se fosse possível demarcar com precisão os limites de um e de outro. É possível, porém, assinalar o caráter psicológico, quando os trabalhos se orientam para fazer da motivação, do interesse, das atitudes, o êmulo que influencia diretamente a estrutura da organização.

Por este canal foi possível detectar duas abordagens teóricas, mesmo tratando-se de obras sociológicas, que se mostram básicas para alicerçar os fundamentos teóricos deste trabalho, criando assim uma linha de continuidade entre o social e o psicológico, necessária ao desenvolvimento do problema em questão, além de forjar o elo de ligação entre o macro e o micro sistemas.

São estas abordagens os estudos de Emile Durkheim e Robert K. Merton sobre anomia, conceito que etimologicamente significa ausência de leis, de normas ou de regras de organização, refletindo-se nos padrões de conduta dos membros de uma coletividade.

A questão da desorganização social tem sido colocada de modo parcial, sem levar em conta que a estrutura social e os modos de adaptação dos indivíduos sejam resultado de um processo de interação mútua. Para os estudiosos, ora o problema é colocado do lado da estrutura social, ora das tendências individuais, isoladamente. A versatilidade do conceito de anomia permite relacionar os dois planos de forma deliberadamente ampla e abrangente. A falta de normas é tanto do sistema quanto do sujeito do sistema, por quanto há entre ambos um círculo de interdependência.

Ainda outra vantagem da versatilidade do conceito anomia é permitir a construção de uma cadeia de conceitos afins, onde a alienação aparece em todas as suas acepções sociais, chegando mesmo, em alguns casos, a adquirir sentido sinônimo.

Assim, a revisão da literatura configurou-se como veículo elucidativo e operacional das dificuldades inerentes aos problemas apontados no capítulo anterior deste trabalho. Além de constituir-se no arcabouço teórico, engloba uma apresentação de estudos teóricos e empíricos sobre anomia e alienação, estendendo-se para um resumo do desenvolvimento dos conceitos, a partir de Marx e Merton.

## Conceito de Anomia

Conforme relato de Robert K. Merton no artigo "Anomie, Anomia e Integração Social" publicado em 1938 e reeditado por Marshal B. Clinard (1954), o desenvolvimento da teoria da anomia<sup>1</sup> foi lento. No depoimento de J. P. Robinson e P. R. Shaver (1973) o tema teve seu período áureo entre 1930 e 1960, caindo então no esquecimento dos teóricos e pesquisadores. Recentemente o tema retornou ao palco, agora para o convívio dos psicólogos e psiquiatras interessados no estudo da ligação entre "stress" e desordem mental com causas orgânicas desconhecidas (Barrett, 1979).

Históricamente, o conceito foi apresentado pela primeira vez, no século XVI, por William Lombarde, designando uma condição que traz "desordem, dúvida e incerteza sobre todos". Foi descrito pelos eclesiásticos do século XVII "como uma vida sem lei". Retomado no século XIX por Émile Durkheim (1893) quando em "La Division du Travail Social" e "Suicide" refere-se à anomia como propriedade de um sistema social e não ao estado de ânimo dos indivíduos dentro do sistema. O tema passou a integrar o corpo teórico das explicações sociológicas sobre desorganização social. Observou que condições sociais instáveis e desiguais levam a uma quebra dos padrões sociais de conduta, que conduzem, co

---

<sup>1</sup> A grafia francesa anomie costuma ser mantida na bibliografia para designar a anomia sociológica, enquanto a forma anomia designa o significado comportamental e psicológico, preferindo ainda alguns autores para este último a grafia inglesa anomy. Neste estudo utilizaremos a grafia portuguesa seguida do qualificativo correspondente ao caso.

mo consequência, à ilegitimidade das regras e à escassez da coesão social. As pessoas experimentam anomia quando sentem que os padrões reconhecidos como legítimos já não são mais compartilhados por todos, resultando no enfraquecimento das relações inter e intrapessoais. Durkheim foi acusado de ter deixado o conceito na ambigüidade e vagueza, pois aplicava-o a grande variedade de problemas sociais. Acrescente-se que não delimitou com clareza suficiente os campos do social e do psicológico.

O conceito perdeu força até ser retomado por R. K. Merton, cujo problema imediato era delimitá-lo através de uma interpretação sistemática em termos de variáveis sociais e culturais. Não lhe satisfazia considerar o alcoolismo, a toxicomania, o crime, o suicídio e a violência como respostas à anomia. Tampouco lhe satisfazia considerar a anomia como um estado dado das cidades industriais, ligado a certo grau de desorganização. Era preciso delinear de modo coerente as conexões já levantadas por seus antecessores, entre as metas culturais e os meios aceitáveis para alcançar os fins. (Merton, 1959)

Anomia, para Merton, refere-se à "queda dos padrões sociais que governam a conduta provocando como consequência a escassez da coesão social" (1959). Quando uma sociedade experimenta anomia, suas regras ficam privadas de legitimidade. Já não há um sentido unívoco das normas e regras, acerca do que é permitido ou proibido na interação social, de modo que deixam de ser compartilhadas pela maioria.

O grau de anomia em um sistema social é indicado pelo grau de falta de acordo em relação às normas julgadas legítimas

até então, gerando, em consequência, relações sociais inseguras.

Com Robert Mac Iver (1950, apud Clinard) opera-se a inserção do conceito no campo da psicologia. Mac Iver define anomia como sendo um estado de espírito de alguém que foi arrancado de suas raízes morais e já não segue quaisquer padrões, mas somente necessita de padrões avulsos sem qualquer sentido de continuidade, de grupo e de obrigação, reagindo apenas diante de si mesmo. Não há mais responsabilidade com o outro. A anomia é um estado de consciência no qual o senso de coesão social do indivíduo, o aspecto principal de sua moral está quebrado ou definitivamente debilitado (1950, p. 85).

No mesmo enfoque psicológico, D. Riesman, N. Glazer e P. Denney (1964) referem-se à anomia como um estado de espírito, não um estado da sociedade, embora o espírito possa refletir tensões sociais, no qual o indivíduo sente que todas as suas ações não valem senão pelo efeito que possam ter no outro.

Com Leo Srole (1956) o conceito é operacionalizado. Em um trabalho submetido à American Sociological Society, Srole apresenta uma escala em caráter provisório, com o objetivo de mensurar a anomia nos indivíduos. A anomia sofria uma dificuldade metodológica de mensuração por se tratar de uma propriedade do sistema social. Srole redefine o conceito, tomando-o como uma percepção individual da ordem social como faltando significado ou utilidade. É em parte a percepção do lugar que o próprio indivíduo ocupa dentro daquele ambiente, como resultado de conflito constante entre suas metas básicas e valores de vida, determinando assim seu afastamento psicológico da sociedade. Apesar da di-

mensão psicológica atribuída ao termo, sugere que a anomia é uma resposta generalizada a mudanças e/ou inconsistências na estrutura social.

A escala destina-se a identificar pessoas anômicas na medida em que experimentam sentimento de: 1) abandono por parte das autoridades públicas, 2) impotência ante uma sociedade imprevisível, 3) inutilidade dos valores institucionais como meios legítimos para alcançar fins, 4) isolamento social e falta de coesão social, e 5) falta de sentido teleológico da vida. Apesar da escala sofrer críticas por parte dos rigoristas, no que diz respeito à vagueza e imprecisão do conceito, foi dado um largo passo quando comparada aos estudos de seus predecessores.

## Teoria da Anomia

### Émile Durkheim

Durkheim e Merton ocupam papel central na sociologia contemporânea, com suas formulações sobre a teoria da anomia. A teoria procura explicar a desorganização social a partir de diferentes formas de condutas desviadas da ordem social.

A preocupação de Durkheim era explicar como uma sociedade mantinha a coesão social apesar da diferenciação social. A tese central da obra "La Division du Travail Social" é que a divisão do trabalho produz diferenciação social e esta acarreta, concordando com A.Comte, uma instabilidade social apenas mantida pelo poder do Estado.

Sustenta que a divisão do trabalho em si não é má, mas as formas anormais de divisão nas quais não é levada em conta a integração mútua trabalho-homem, alienando este último dos objetivos e finalidades do trabalho, qual sejam propiciar a auto-realização e obter reconhecimento, conduzem à anomia sociológica. Para Durkheim, a anomia descrevia uma divisão de trabalho que conduz à desorganicidade.

A anomia é vista como uma característica das sociedades industriais. A industrialização introduz nas sociedades humanas um nível crescente de complexidade nas estruturas organizacionais. À medida que a complexidade aumenta com a disseminação das oportunidades de trabalho e educação, há um aumento demográfico, assim torna-se necessário planejar a economia e introduzir medidas novas na esfera dos recursos humanos.

É no âmbito do humano onde se instalam os problemas graves, de difícil solução, quer por sua penetração psicológica, quer pelo desequilíbrio sub-reptício introduzido na constituição moral dos indivíduos, como consequência da competição, ambição material e frustração.

A anomia sociológica não é um problema inerente à essência da divisão do trabalho, cujas características de objetividade excluem por si mesmas fatores da subjetividade humana. A divisão do trabalho, em tese, cria solidariedade orgânica, se for cumprido o objetivo de produzir interdependência funcional de unidades sociais. A desfuncionalidade da organização pode gerar nos indivíduos sentimentos que os identifiquem a peças de máquinas, onde não são considerados com o direito de participar do sig

nificado da engrenagem total, ficando assim impedidos de desenvolverem suas potencialidades humanas. O homem então se aliena.

Segue-se que a anomia é uma conseqüência de condições especiais que determinam uma quebra repentina dos valores humanos.

Mais tarde, relacionou a anomia com os índices de suicídio nos países economicamente prósperos da Europa. Tomou como base explicativa os ciclos de elevação e depressão econômica. Ambas as direções produzem desequilíbrio e inadaptação do homem, provocando sentimentos de confusão e desorientação acerca de suas metas e dos seus valores sociais e morais relativamente à ordem grupal.

Em resumo, a teoria da anomia em Durkheim alicerça-se no pressuposto de que o crescimento econômico e demográfico faz emergir no homem aspirações muito além de toda possibilidade de cumprimento ou de manutenção do estágio alcançado, e exerce pressão sobre o homem que procurará por qualquer meio, legítimo ou ilegítimo, satisfazer suas expectativas sociais. A ordem assim desintegrada dá passagem para a instalação da anomia na sociedade.

Durkheim foi severamente criticado pela falta de clareza, imprecisão e amplitude com que tratou o conceito de anomia. Era um conceito que se aplicava a todos os males sociais, tendo a economia como fundamento.

Houve várias tentativas posteriores para delimitação do termo, todas, porém, fracassadas. Pitirin Sorokin (1928) e Talcott

Parsons (1949) submeteram o conceito a detalhado e extenso exame, mas não puderam isolá-lo na trama de condutas às quais se aplicava. Elton Mayo (1933) também vê na anomia o resultado de uma quebra repentina do equilíbrio social pelo incremento desordenado da industrialização, criando então desorganicidade funcional, que leva como consequência à reformulação moral da sociedade. Como Sorokin e Parsons, fracassou na tentativa de delimitar as fronteiras do conceito.

### Robert K. Merton

Coube ao eminente sociólogo contemporâneo desenvolver a teoria da anomia e sistematizar os tipos de respostas à anomia sociológica. A ênfase é posta, como aliás em todos os autores de sua época, nas estruturas normativas, mas este coloca-se numa perspectiva estritamente sociológica, rejeitando as variáveis biológicas, aceitas por Durkheim para explicar as condutas desviadas.

A anomia é induzida pela estrutura social (econômica e política) e por isso não aceita a anomia subjetiva.

Para Merton, a anomia é o resultado de uma disjunção entre metas culturalmente prescritas e meios socialmente institucionalizados para alcançar essas metas. Como não há constância entre estes fatores, a definição que Merton dá de anomia dirige-se ao desequilíbrio entre ambos. Portanto, a anomia está presente em qualquer sociedade industrial. Textualmente nos diz: "quaisquer que sejam os sentimentos do leitor no que se refere à dese-

jabilidade moral de coordenar as fases da estrutura social - metas e meios - é claro que a coordenação imperfeita das duas conduz à anomia". (1954, p. 148, tradução nossa).

Concebe a anomia como "a quebra da estrutura cultural que regula os fenômenos sociais, sobretudo quando existe discrepância aguda entre as normas e metas culturais e as capacidades dos membros componentes do grupo para agirem em concordância com elas". (apud Clinard, op. cit., p. 21)

Merton observa que situações nas quais as metas culturalmente prescritas (na América, a ênfase no sucesso) não são congruentes com os meios disponíveis para alcançá-las, a anomia será desenvolvida até o ponto em que procedimentos tecnicamente mais efetivos, culturalmente legítimos ou não, tornar-se-ão tipicamente mais preferidos que as condutas institucionalmente prescritas", (1954, p. 128).

A mola desencadeadora da anomia é a busca da prosperidade material, assentada no êxito monetário, no "status" social e profissional, para todas as classes sociais, à custa da quebra de valores morais. Se o êxito material é a meta valorizada como símbolo de realização pessoal, em um contexto ideológico de oportunidades iguais para todos, surge uma situação anômica, quando os meios legítimos para atingir esta meta são inalcançáveis para a maioria. Rejeitam-se então os meios legítimos. O que importa são os fins, e isto conduz a estados de desequilíbrio e inadaptação, resultando em confusão e desorientação acerca das metas. O êxito material como valor primordial perseguido faz com que as pessoas sintam mais que desejo, mas o dever de terem aspirações

mais elevadas que seus limites potenciais. Os comentários de Merton a este respeito são: "As vítimas desta contradição entre a ênfase cultural sobre ambição pecuniária e as barreiras sociais ao seu cumprimento nem sempre são conscientes das fontes estruturais de suas aspirações. Na verdade elas são tipicamente conscientes de uma discrepância entre mérito pessoal e prêmios sociais. Mas elas não sabem necessariamente como este processo se desenvolve". (1949, p.149)

Para Merton, a sociedade é a principal responsável por esta exacerbação das ambições, pois oferece à disputa pela competição oportunidades iguais para todos. A anomia se instala pelos índices dos frustrados sociais que viram fracassar seu empenho no alcance do êxito almejado. Os fins tornam-se preponderantes, e os caminhos para atingí-los debilitam-se em suas linhas demarcatórias entre legitimidade e ilegitimidade.

Se a sociedade é competitiva e estimula este traço, todas as pessoas, segundo Merton, são eventual e parcialmente passíveis de desvios situacionais, em função das respostas dos outros e do sistema. O caso crônico de anomia dá-se em casos marginais.

A disjunção entre meios e fins, numa sociedade urbana altamente competitiva, gera um clima difuso e generalizado de insegurança e desconfiança. Incrementa a apreensão e o medo, aumenta a violência, conduz ao isolamento e egoísmo, determinando o enfraquecimento da coesão social, deteriora a moral geral e aumenta a indulgência com os desviados, qualquer que seja a gravidade do desvio. A responsabilidade já não pertence às pessoas in

dividualmente mas ao conjunto abstrato dos fenômenos sociais. Incentiva, e isto parece incluir a grande maioria das pessoas, tendências a atribuir suas dificuldades a causas místicas e não sociais, aumentando o interesse pelas ciências ocultas.

A partir do suposto da disjunção, o estudo da anomia derivou-se para a investigação de comportamentos desviados, considerados simultaneamente causa e efeito da desorganização social.

Retomando as formulações de Durkheim sobre o suicídio e o alcoolismo, Merton considera inúmeras outras condutas como anômicas, e amplia a lista incluindo: o crime, a delinqüência, a toxicomania, a corrupção, a violência urbana, diferentes tipos de desordens mentais, o isolamento social das grandes cidades, como produtos de variáveis econômicas e processos sociológicos identificáveis. Mais tarde acrescenta a atuação política, o preconceito racial e religioso, a ortodoxia religiosa, a proliferação de seitas religiosas, a irresponsabilidade nas ocupações, a desmotivação de desempenho, o plágio e a originalidade científica, aborto e até a esquizofrenia.

Merton elaborou uma tipologia descritiva das formas de adaptação do homem à discrepância entre meios e metas. Classificou em cinco categorias as condutas adaptativas: conformismo, ritualismo, rebelião, inovação e retraimento. Considera apenas a primeira como normal, aquela sobre a qual se alicerçam as sociedades. As quatro seguintes são desviadas, ou por excesso ou por escassez de regulamentação das normas.

Admite que estas adaptações estão presentes em todas as

peçoas, tendo cada uma, no entanto, predominância de uma sobre outras. Admite também que são comuns a todas as classes sociais, mas acredita que os desvios variam com a classe social e "status" étnico e social.

A inovação surgirá quando as metas culturais foram internalizadas e os meios legítimos para alcançá-las não são acessíveis. Os meios ilegítimos poderão substituí-los, passando a ser adotados e incorporados aos padrões comportamentais como, por exemplo, as práticas comerciais ilegítimas.

Um segundo tipo de resposta, o ritualismo, se dá quando as normas morais foram fortemente internalizadas a ponto de não poderem ser violadas e bloqueiam o empenho na perseguição das metas. Estas pessoas refugiam-se na rotina, abandonam com desgosto suas aspirações, tornam-se os autômatos ritualistas burocratas da sociedade.

Outro tipo de reação, o retraimento, é aquele no qual os indivíduos se alienam totalmente da sociedade, rejeitando metas e meios passivamente. É uma característica individual e não coletiva como, por exemplo, o alcoolismo e a toxicomania.

E, finalmente, a rebelião dos que rejeitando metas e meios prescritos pela sociedade rebelam-se e desenvolvem novos padrões que passam a ser incorporados aos padrões comuns da sociedade. O conformismo é a adaptação mais comum. Não é considerada anômica.

Paralelamente a estas respostas de anomia de privação, Merton coloca outro tipo de resposta anômica que resulta da ob -

tenção brusca do êxito. Dois tipos de respostas desviadas podem se originar daí. As pessoas podem, em certas circunstâncias, entrar num estado de euforia e malbaratar seu ganho, como acontece com os chamados novos ricos e as súbitas promoções. Podem também reagir com profunda depressão, quando percebem, desiludidos, que ao alcançarem a meta, o almejado estado de repouso estável deslocou-se para outro degrau da infinita escada do sucesso.

Este segundo tipo de resposta anômica tornou-se tópico explorado pelos sociólogos ávidos de uma explicação para a estranha melancolia que domina habitantes de países que vivem na abundância e em regime sócio-político e econômico estável. O síndrome, frequentemente denominado "síndrome do êxito", já havia sido observado por Freud em pacientes que reagem com depressão e atitudes desorganizadas, quando alcançavam um objetivo longamente perseguido.

Se Merton simplificou em demasia a complexidade entre meios e fins e suas inter-relações com a sociedade, se considerou o desvio como resultado de adaptações individuais sem levar em conta processos grupais, se considerou a estrutura social como fonte variável de pressões e tensões cujas conseqüências se podem aquilatar pelas proporções e formas diferenciadas de desvios de conduta, as críticas levaram a um salutar desenvolvimento da teoria da anomia. O próprio Merton admitiu, mais tarde, que a anomia pode ter outras fontes: normas contraditórias, normas ambíguas, variedades de valores em um mesmo sistema, distanciamento acentuado das classes sociais, variabilidade étnica e racial.

Continuou, porém, fiel às suas premissas básicas: a

mã integração entre o que ele distinguiu como estrutura cultural e estrutura social, e a disfunção entre metas culturalmente aprovadas e disponibilidade de meios aceitáveis para alcançá-las.

#### Desenvolvimento da Teoria a partir de R. K. Merton

O desenvolvimento da teoria da anomia teve em Talcott Parsons um dos seus pilares. Iniciando com a publicação de "The Structure of Social Action" em 1937, onde procurou isolar o conceito de anomia, apoiou-se posteriormente em Merton. Já em 1950 a análise da anomia é feita predominantemente pelo estudo da relação entre desvio e conformismo. Inclui variáveis psicológicas, como, por exemplo, a frustração gerada pela falha em conciliar auto-expectativas com as que os outros têm dele. A orientação da atitude anômica do indivíduo poderá então ser: conformista ou alienada. As condutas nestas orientações poderão ser: ativa ou passiva. Uma orientação conformista ativa conduz à inovação, enquanto a passiva leva ao ritualismo. Uma orientação alienada ativa leva à rebelião e a passiva ao retraimento. A sua tipologia tem oito tipos de condutas desviadas, mas a concepção de desvio é mais neutra. Reconhece nele qualidades inovadoras.

Sebastian de Grazia (1948) vinculou o conceito ao estudo de fatores ideológicos que debilitam e destroem os laços de lealdade social, os quais constituem a comunidade política. Definiu anomia como "o estudo desintegrado de uma sociedade carente de um conjunto de valores comuns ou preceitos morais que governem de modo eficiente a conduta..." (1948, p. 35). Distingue entre anomia aguda e simples. Existe anomia simples quando os con-

flitos axiológicos provocam ansiedade. O conflito básico neste tipo de anomia está na contradição entre os valores relativos ao espírito de comunidade e os valores competitivos criados pela sociedade. Existe anomia aguda quando os padrões nos quais se acreditavam se desintegram completamente. Em uma posição religiosa acredita que uma maneira de evitar a anomia é fazer a competição ceder lugar ao espírito comunitário.

Robert Dubin(1959) apresenta o mesmo toque otimista de Parsons na sua aceção de desvio. A conduta desviada não é necessariamente disfuncional para uma sociedade. Pode ter caráter construtivo para a ordem global, se for seguida pelo êxito ou aprovação social. Distingue normas institucionais e conduta real. Amplia a tipologia de Merton para quatorze tipos, fazendo surgir características de conformismo nas categorias de desvio de Merton e, inversamente, características de desvio na categoria de conformismo, fugindo desse modo da posição funcionalista.

Richard Cloward e Lloyd Ohlin (1959) não apresentam tipologia. Aliviam a importância atribuída por Merton às noções de tensões e pressões sociais que levam à conduta desviada, ao estabelecerem diferenças no acesso aos meios ilegítimos, fazendo-os derivarem de aprendizagem ou da estrutura de oportunidades, conforme discrepâncias entre conduta real e normas institucionalizadas.

Albert Cohen (1959) tem posição crítica mais definida. Retira do paradigma estrutura social e anomia (SS&A) de Merton sua força explicativa da conduta desviada. É uma taxonomia útil, mas é importante considerar a interação social e a aceitação dos

valores dominantes nas diferentes classes. Para ele a anomia não é uma explicação plausível para a conduta desviada em classes baixas, particularmente o crime, porque os valores dominantes na sociedade são recusados como sendo seus e sim pertencentes à classe média. Diagnostica-se anomia quando as regras que governam a conduta em uma situação específica não são claras ou quando não existem regras para uma situação.

Já B.P. Dohrenwend (1959) concebe o conceito de anomia de forma mais radical. Para ele a anomia se caracteriza pela ausência total de normas ou de regulação, enquanto caracteriza as variações permissíveis das normas, como contraposição de conteúdos egoístas versus altruístas. O conteúdo das regras é individualista no egoísmo e coletivo no altruísmo. Ambos implicam regras que restringem a conduta aberta dos indivíduos, mas não significam anomia, muito menos desorganização.

A perspectiva econômica e sociológica recebeu severas críticas por parte daqueles que, insatisfeitos com estas limitações e simplismo, apontam fatores de grupo, fatores biopsicológicos implicados na anomia. Muitos destes críticos esboçam explicações mais abrangentes como: considerações sociais acerca dos efeitos das mudanças sociais sobre o comportamento humano, efeitos de transições do processo social sobre o homem, problemas relativos aos processos de adaptação do homem a mudanças, percepção de equilíbrio e estabilidade do sistema. É nesta linha crítica que o conceito passa a assumir feições psicológicas.

Robert M. Mac Iver (1950) distingue três tipos básicos de anomia, referindo-se ao estado de ânimo que afeta os indiví -

duos na sociedade e não aos problemas da sociedade. São eles: 1) os indivíduos sentem que suas vidas são desprovidas de propósito, por falta de valores, 2) os indivíduos se lançam na perseguição de meios tais como poder, dinheiro, por si mesmos, e 3) os indivíduos se sentem isolados de relações humanas significativas.

David Riesman, N. Glazer e R. Denney (1964) também dão ao termo conotação psicológica. Para esses autores a anomia é si nônimo de inadaptação. Há dois tipos de indivíduos anômicos: 1) aqueles que, dirigidos internamente por padrões e normas tradicionais, não se adaptam aos padrões das normas sociais predominantes e 2) aqueles que, embora dirigidos internamente por padrões tradicionais, se ajustam a normas de condutas diferentes criadas por eles mesmos, formando assim um grupo distinto. Há ainda os indivíduos autônomos que são aqueles capazes de acatar as normas de conduta de sua sociedade, mas são livres para decidirem quando as acatarão e quando não. Os anômicos vivem presos a outras pautas de valores, são os saudosistas, os tradicionalistas, solitários, individualistas, que vivem adaptados a valores do passado.

Gunars Reimanis (1967) toma o conceito no sentido percepção da ordem ou da regra como desprovida de significado ou utilidade, resultando em alienação da sociedade, a qual acompanha sentimentos de profunda impotência ante os constantes conflitos entre metas básicas e valores da vida. A anomia é considerada uma resposta generalizada a mudanças e/ou inconsistência na estrutura social, e correlaciona-se a múltiplas variáveis. A anomia surge do sentimento de incerteza que usualmente acompanha mudanças nos sistemas básicos de crenças. Considerou as contribuições de

Rotter (1966) no que diz respeito à debilitação do controle interno diante de situações caracterizadas pela incerteza. Afirmou relação positiva entre falha no desenvolvimento de confiança básica, em termos de Eric Erikson, e anomia. Acatou o conceito de homem marginal de Kurt Lewin, relacionando-o com o processo de agressões ao sistema básico de valores de uma pessoa pelas circunstâncias. Para ele os fatores que aceleram o processo de mudança social aumentam a incerteza e produzem anomia.

Muitos outros autores relacionaram a anomia, ainda, a diferentes conceitos de liberdade, criatividade, inovação, rebelião, alienação e autoritarismo, discutidos nas formulações de E. Fromm, A.H.Maslow, A.Adler, E.Erikson, T.W.Adorno, R.May, etc.

Recapitulando. A anomia poderá ser considerada como enfermidade mental, como resposta generalizada aos câmbios sociais, como estilo de vida, como discrepâncias entre metas e meios, entre normas e credos, entre legal e real, concluindo-se que as teorias são complexas e multiformes. Em todos os autores o conceito permanece vago, amplo e impreciso, aplicável a qualquer situação que desencadeie no homem sensação de falta de ordem social, ainda que isto seja mera apercepção.

#### Conceito de Alienação: Perspectiva Histórica

O conceito de alienação encontra-se em três acepções gerais. Desde o século XIV o conceito aparece com o significado jurídico de passar a outro uma propriedade, um direito; no sentido médico de privar-se do sentido, da razão, de ser outro

que não si próprio, e finalmente no de perder contato com o mundo dos outros, de não tomar conhecimento do mundo em redor.

A alienação tem dupla denotação semântica, tanto está vinculada a um gesto de transferência exterior de um direito para outrem, quanto a algo interior onde há apenas perda. O caráter patológico está presente apenas neste último caso mas não aparece na acepção geral do termo. A perda da normalidade determinou alguns usos diferentes de alienação como: aversão, hostilidade em relação a alguém, e no século XVI entra com o significado de enlevo e êxtase religioso.

O uso jurídico conduz às teorias do contrato social do século XVIII para justificar a existência das sociedades civis a partir da transferência do direito natural individual para o direito civil coletivo.

O uso médico passou para um sentido sócio-patológico em Schiller, Feuerbach, Hegel e Marx, no século XIX. Foi incorporado à teoria sociológica por volta de 1840, quando Marx concentrou sua interpretação do capitalismo sobre o conceito de alienação de si mesmo. Segundo L.Konder (1965) o conceito de alienação pode servir de base a uma aparelhagem conceitual notavelmente fecunda para resolução de alguns problemas centrais do nosso século. Aplica-se a inúmeros problemas sociais, econômicos, psicológicos, religiosos, políticos, legais, lingüísticos e científicos. A utilização do conceito requer um esclarecimento prévio quanto à acepção com que ele estará sendo utilizado. No entanto, é na acepção marxista que o conceito aparece mais freqüentemente na contemporaneidade.

Marx não foi o primeiro a usá-lo. Já Schiller e Fichte haviam observado que a alienação social se dá em decorrência de vários fatores sociais, políticos, econômicos e religiosos, (Breyer, 1956). Foi a própria cultura que infligiu esta chaga à humanidade moderna pela divisão do trabalho. Estando a satisfação separada do trabalho, os meios estão separados dos fins, e o esforço também o está da recompensa, acarretando ao homem a sensação de ser um fragmento do todo. Esta linha Schilleriana será tema de Hegel e Marx, vindo a caracterizar como alienação o modo de viver do indivíduo submetido a uma sociedade dividida pelo trabalho, cuja organização é mantida por um mecanismo de operação externa incompreensível.

A influência de Feuerbach em Hegel e Marx se faz sentir no ponto de vista religioso, (Breyer, 1956). Para Feuerbach, o êxtase e o arrebatamento religioso são as formas culminantes da alienação humana na medida em que o homem coloca Deus em um ponto situado fora do seu eu ou em objetos com os quais procura se identificar. Neste sentido de alienação é tomado por Hegel, na Fenomenologia do Espírito, onde a alienação é uma etapa da dialética em que o homem supera, quando se reintegra ao Espírito. Mais tarde, na dialética do Senhor e do Escravo, usa o conceito como o estado do indivíduo que em decorrência de condições exteriores (econômicas, políticas e religiosas), cessa de pertencer a si próprio e é tratado como uma coisa, torna-se escravo das coisas e as próprias conquistas da humanidade voltam-se contra ele, (Breyer, 1956). Segundo Hegel, a separação ou o alheamento está no centro de toda forma de realidade. A alienação é para ele uma fase do processo dialético do homem, que, experimentando-a e re-

voltando-se contra ela, cria o seu próprio eu e dessa forma realiza-se como homem. A alienação é para Hegel originária e intrínseca ao ser humano que se capta existindo em função do outro e que tem como problema básico a recuperação da identidade através do aniquilamento da alienação, (Breyer, 1956).

Marx materializa a dialética espiritual de Hegel. Rejeita a idéia de que o alheamento possa dar lugar à reconciliação e tranquilidade na vida real, na qual a humanidade possa por fim se encontrar após alcançar um estado de paz interior consigo própria. Marx via o conflito e a inquietação. Preocupava-se não com o alheamento ou alienação como um processo dentro de um sistema abstrato, mas com as condições reais e concretas da vida, que produzem a alienação. O conceito de alienação em Marx sofre uma evolução. Inicialmente tem uma conotação antropológica para revelar a contradição básica do mundo capitalista moderno, isto é, a transformação do trabalhador em mercadoria. Segundo Marx, no capitalismo o trabalhador perde suas características humanas, transforma-se em meio para sua existência. O trabalho é a mercadoria que produz mercadoria para outrem, e neste esquema o trabalhador torna-se escravo de seu objeto porque este não satisfaz uma necessidade real, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades estranhas ao produto. O homem se aliena ante o próprio homem, pois o trabalho deixa de cumprir sua função de enriquecedor da essência humana, passando a deteriorar esta mesma essência, (Pappenheim, 1967).

De origem econômica (relação produtor-produto) e social (relação produto-consumidor) a alienação é a aplicação da própria História. Em "O Capital", Marx abandona a interpretação

antropológica por uma explicação econômica, onde o homem deixa de ser produtor para transformar-se na própria mercadoria, (Basbaum, 1967).

Da perspectiva social o indivíduo é dito alienado quando representa o papel para ele preparado e sobre o qual não tem controle. O ajustado ou o conformista é para Marx um alienado. Do ponto de vista marxista, uma sociedade em que todos se ajustam de bom grado aos papéis do sistema político, onde todos cumprem as exigências do sistema, é uma sociedade caracterizada pela alienação. O conformismo de Merton é, dentro da posição marxista, uma alienação, pois o poder político é separado da tomada de decisões dos indivíduos e apoia-se no impessoal de um sistema objetivado. Via de regra a alienação em Marx é considerada sob três ângulos: a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho; a alienação do trabalhador em relação à sua atividade produtiva e a alienação do homem em relação a si mesmo como espécie. Em síntese, a alienação para Marx significa que o homem não se vivencia com poder para controlar eventos a ele relacionados, mas ao contrário, o mundo tem a chave diretriz de seu destino, (Fromm, 1976).

A partir de Marx a idéia de alienação tornou-se um veículo popular para análise de uma grande variedade de descontentamentos e influências desintegrantes. Tornou-se tema central da sociologia, da política e da psiquiatria.

Assumindo o aspecto econômico-social de Marx, E. Fromm (1976) exprime a alienação da seguinte forma: "O homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas o

mundo (a natureza, os outros e ele mesmo) permanece alheio ou estranho a ele. Aliernar-se é vivenciar o mundo e a si mesmo passivamente, receptivamente, como o sujeito separado do objeto" (1976, p. 99).

Fromm endossa o ponto de vista marxista, dizendo que o conceito de alienação baseia-se na distinção entre existência e essência, no fato de a existência do homem ficar alheada da sua essência, de na realidade ele não ser o que é, ou seja, de ele não ser o que deveria ser, e de ele dever ser aquilo que poderia ser em consequência dos sistemas econômicos e sociais que regem as sociedades. Seguindo a mesma linha de pensamento de Fromm, F. Pappenheim (1967) diz que a alienação é um conceito que reflete o medo em crescimento do homem ser ele mesmo, dentro de uma perspectiva existencialista, e que está destinado a permanecer um estranho no mundo em que vive. O mundo contemporâneo segue seu curso em direção à máquina, à mercadoria e ao dinheiro, e foge aceleradamente da direção do homem, confirmando a alienação do homem de sua própria realidade social e natural. Esse rumo que leva à desintegração moral, ameaça a comunidade em seus princípios essenciais, (Pappenheim, 1967).

Especificamente social é o enfoque da alienação como comportamento desviante. O indivíduo está alienado da sociedade na medida em que não consegue se identificar com ela e aceitar suas responsabilidades como membro dela. Este enfoque, embora contradiga a crítica marxista ao conformismo, reitera por outro lado a dignidade humana como membro participante da sua comunidade. Segundo Cohen (1959) a importância sociológica essencial do conceito de alienação torna-se clara quando colocada no contexto

do desempenho de papéis. O papel de cidadão exige uma participação mínima em política, religião, grupos formais e informais, e observação dos padrões de comportamento da sociedade a que pertence. Aqui os papéis não são impostos conforme observou Marx, mas representam um direito do homem. O cidadão alienado pode achar que sua participação não influenciará nos resultados dos eventos da sociedade, ou que não existe possibilidade de escolha real de ação em virtude de manobras externas incompreensíveis e inalcançáveis. Furta-se de seus direitos/deveres.

A teoria da anomia é o ponto de união entre alienação e comportamento desviante. Sentimentos de anomia relacionam-se a sentimentos de alienação. Se as pessoas sentem que não podem controlar seus destinos são descritas como anômicas, e se sentem que não têm qualquer poder, seria possível considerá-las alienadas. O comportamento desviante se refere à avaliação social sobre o descompasso entre a conduta do indivíduo, o desempenho dos seus papéis, e as expectativas sociais a seu respeito. A alienação, diversamente do comportamento desviante, não é reconhecida na linguagem cotidiana, pois não é a sociedade e sim o sociólogo ou o psiquiatra quem julga se o indivíduo está alienado ou não (Berry, 1976).

A alienação está presente quando os papéis são preparados e controlados pela sociedade, enquanto entidade objetiva. O comportamento desviado pode ser definido como conduta que não está de acordo com as normas sociais. É a sociedade que define o comportamento desviado da perspectiva daquela sociedade.

Ao contrário do comportamento individual, que pode ser

considerado desviado e/ou alienado, temos o comportamento dos grupos, dentro dos quais se fala de angústias coletivas (Mailhiot, 1973), retomando a posição jungiana. Essas angústias apresentam-se ao observador de grupos humanos como sinais sintomáticos de perturbações psíquicas semelhantes àquilo que os psiquiatras e psicanalistas descreveram como característica de neuroses e psicoses nos indivíduos. (Mailhiot, op.cit., p.57).

Para estes observadores, as angústias coletivas são assim desencadeadas por situações traumatizantes contínuas que levam ao "stress", e, de modo específico, quando os grupos apresentam níveis muito baixos de tolerância à frustração e à ambigüidade, revelando índices de vulnerabilidade muito grandes às situações de ansiedade (Barrett, 1979).

Quando os estados de angústia se prolongam, os grupos que os vivenciam apresentam, em função das circunstâncias e em diferentes graus, os seguintes sintomas: sentimentos de ameaça à sua integridade e autonomia; percepção cada vez mais seletiva, ambivalente e, em casos extremos, delirante, quanto à própria imagem e aos padrões que aplicam no julgamento de outros grupos (Mailhiot, 1973). Em consequência, perdem o sentido de objetividade e seus comportamentos e relações gradualmente perdem a funcionalidade. Tornam-se compulsivos e erráticos. Assumem cada vez mais padrões regressivos de comportamento. Por mais controlado que tenha sido o grupo pode ser observada maior tendência a se entregar ao pânico, à revolta, a expansões pulsionais e violência extrema irreprimível e sem objetivo (Mailhiot, 1973).

Paralelamente, mecanismos de defesa, como os descritos

pela psicanálise, acompanham estes comportamentos derivados da angústia coletiva. Para escapar à angústia, os grupos desenvolvem racionalizações autojustificadoras de seus comportamentos e atitudes desviados. Todavia, estas geram, em contrapartida, estados depressivos. Esmagados pela culpabilidade, entregam-se a auto-depreciação e autopunição. Os grupos procedem à constante auto-crítica e entregam-se doentamente à prática difamatória de tudo que se refere à sua própria identidade coletiva, inclusive o próprio sistema de valores. Se este estado se prolonga, e, tal como no indivíduo, o grupo começa a perceber a falta crescente de significado das situações que vive, então decide alienar-se, que é segundo Mailhiot uma forma de suicídio. Ainda segundo Mailhiot, se a angústia atinge o paroxismo e o leva ao desespero, um grupo pode decidir afundar-se, dissolver-se, desintegrar-se ou procurar sua sobrevivência nas servidões e nas negações. Se o homem está completamente envolvido pela rotina e fatos da vida, se não pode mais ver senão a aparência da vida, diz Fromm (1961), perde o contato com o mundo e consigo mesmo, alienando-se de suas potencialidades.

Psicológica, social, econômica, política, religiosa, científica ou filosófica, a alienação é hoje vista pelos autores como um fenômeno arraigado à condição humana e não como um período específico da história, conforme afirmavam Fichte e Marx. É um conceito que reflete a angústia básica do homem, marcado pelo conflito entre não poder ser e não ter coragem de ser a sua própria essência. É uma posição que tende a refutar a tendência a incriminar a máquina, a economia, o regime político, a sociedade como responsáveis únicos, tomados cada um de per si, da alienação do

homem em suas expressões específicas, colocando o problema numa esfera de teias mais amplas e complexas.

No uso corrente, a alienação, mesmo no sentido psiquiátrico e psicológico, tem raízes sócio-econômicas marxistas. Observa-se a predominância do pensamento que atribui ao trabalho e à educação os dois modos fundamentais de gerar a alienação. Com o trabalho o homem se aliena; com a educação o homem é alienado, (K<sup>o</sup>nder, 1965).

Em sentido psiquiátrico esta abordagem sócio-econômica da alienação é ainda uma doença do eu, embora atenuada, no sentido de que não impede o relacionamento dos homens entre si e deles com as coisas, porém, ocultando uma alienação real da consciência de si.

#### Desenvolvimento do Conceito de Alienação

A popularidade atual do conceito de alienação fez surgir no interesse de vários teóricos a necessidade de identificar as variáveis que se associam à alienação. Numerosas dimensões foram sistematicamente isoladas e determinadas suas correlações com a alienação, tais como: apatia<sup>1</sup>, autoritarismo<sup>2</sup>, conformidade<sup>3</sup>,

<sup>1</sup> Kenneth Keniston, Alienation and the Decline of Utopia. The American Scholar, 29, 1960.

<sup>2</sup> Theodor W. Adorno, et al. The Authoritarian Personality. New York: Harper and Brothers, 1950.

<sup>3</sup> Erich Fromm. Psicanálise da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.

cinismo<sup>4</sup>, apatia política<sup>5</sup>, psicose, regressão<sup>6</sup> e vários outros, implícitos nos desenvolvimentos de escalas destinadas a estudar empiricamente a alienação, citando-se entre outros: M. Seeman (1962), A. Davis (1955), D. Dean (1961), E. Streuning (1965), G. Nettler (1957).

Uma revisão analítica destes modelos demonstra que em qualquer deles, e particularmente no estabelecimento de relações entre eles, há enorme complexidade. Muitas vezes há referências à alienação de modo mais implícito que explícito, e frequentemente um mesmo autor admite várias nuances no significado de sua própria definição.

Enquanto Nettler admite apenas um componente da alienação, outros admitem vários, I. Hajda (1961) simplifica o modelo distinguindo dois tipos de alienação: rejeição da sociedade e rejeição pela sociedade. Alienação e integração, nos grandes centros urbanos, são fenômenos complementares que se originam de numerosas fontes, particularmente de forças do ego do indivíduo. Definé a alienação como "sentimentos de intranquilidade ou desconforto de um indivíduo que reflete sua exclusão ou auto-exclusão da participação social e cultural", (1961, p. 758). Este sentimento independe do nível de instrução do indivíduo, mas é o tipo de alienação mais comumente encontrado nos intelectuais.

<sup>4</sup> Robert Merton. Mass Persuasion. New York, Harper and Brothers, 1947.

<sup>5</sup> Morris Rosenberg. The Meaning of Politics in Mass Society. Public Opinion Quarterly, 15 (1951), p. 5-15.

<sup>6</sup> Sebastian de Grazia. The Political Community: A Study of Anomie. Chicago: University Press, 1948.

Encontra-se na discussão do conceito de alienação frequentes alusões à anomia, havendo para alguns autores identidade de significado, para outros superposição parcial, e para outros total distinção. Assim, Struening (1965) reúne, nos seus estudos sobre alienação, a anomia e o autoritarismo como conceitos correlacionados. Baseando-se em Fromm, Maslow, Adorno, Merton, Srole, Nettler, Davids e Dean, procura relação entre onze dimensões a fim de estimar a redundância entre elas. São como se segue: alienação via rejeição, autoritarismo, desconfiança e pessimismo, orientação familiar autoritária, ausência de propósito, convencionalismo, ortodoxia religiosa, autodeterminismo, distância emocional. Desenvolve nuances para cada uma destas dimensões, mas nas suas conclusões afirma ter encontrado um contínuo envolvendo a todos os traços. Segue-se que sua definição de alienação indica a presença de "sentimentos de incerteza e pessimismo, desconfiança quase suspeita, extremo pessimismo sobre o futuro, cinismo sobre os motivos dos outros e uma percepção geral da sociedade como marcada por mudanças muito rápidas, onde as pessoas estão isoladas e solitárias", (1965, p. 769).

Davids (1955) considera a alienação um síndrome motivacional e "pode ser definido sumariamente como um síndrome composto das seguintes disposições inter-relacionadas de personalidade: egocentrismo, desconfiança, pessimismo, ansiedade e ressentimento", (op. cit., p. 21).

Dean (1961) evita dar uma definição explícita de alienação, limitando-se a caracterizá-la através de três dimensões: impotência, falta de normas e isolamento social.

O primeiro elemento, impotência, deriva-se das formulações de Hegel e Marx acerca da ausência de controle do indivíduo sobre seu destino e da sua comunidade, ou separação do indivíduo nas decisões sociais, sentimentos de desamparo<sup>1</sup> por causa da percepção do indivíduo sobre sua falta de compreensão dos acontecimentos, levando-o à crença de que o universo é inerentemente ininteligível.

O segundo elemento, ausência de normas, derivado do conceito de anomia de Durkheim e Merton, tem na descrição de De Grazia, conforme citação de Dean, a seguinte característica: "As palavras e frases que Durkheim usou repetidamente (na descrição da anomia) - um estado perpétuo de descontentamento, tormentos, decepções repetidas, inutilidade, desorientação, inquietação dolorosa, mal-estar, esterilidade intolerável, desencantamento - ajudam-nos a criar um quadro da anomia tal como afeta ao indivíduo. Torna-se evidente que a anomia, como Durkheim a concebeu no sentido subjetivo, tinha três características: uma inquietude dolorosa ou ansiedade, um sentimento de separação dos padrões grupais, um sentimento de falta de metas". (op.cit. p. 754)

Podem ser diferenciados dois tipos deste fator: falta de propósito na vida, tal como foi descrito por Mac Iver ao definir anomia: "a ausência de valores que possam dar propósitos ou direção à vida, a perda de valores intrínsecos e socializados, a insegurança do desorientado sem esperança". (op. cit., p.756), e

---

<sup>1</sup> Desamparo é a tradução do conceito "helplessness" desenvolvido por M.E.P. Seligmann, 1977.

o segundo tipo pode ser caracterizado pelo conflito de normas , conforme descrição de De Grazia, entre diretrizes competitivas e cooperativas, ou segundo Horney (1961) entre padrões cristãos e sucesso material.

O terceiro elemento de Dean, isolamento social, vem novamente do conceito de anomia de Durkheim, quando salienta no seu estudo "um sentimento de separação do grupo ou de isolamento dos padrões do grupo", (1961, p. 755).

A este caos Seeman (1959) veio pôr ordem com sua classificação da alienação em cinco componentes: impotência, falta de significado, falta de normas, isolamento e auto-estranhamento. Resume nestas alternativas os vários significados que foram dados ao conceito ao longo da sua trajetória sociológica.

A idéia de alienação é uma categoria interpretativa para virtualmente toda espécie de problema social do homem.

Seeman abandona na sua abordagem a perspectiva política e econômica de seus antecessores, para tomá-la no ponto de vista sócio-psicológico, isto é, do ponto de vista da pessoa.

O primeiro uso do conceito, impotência, tem suas raízes na noção marxista de alienação. É talvez a interpretação mais freqüente e de domínio popular. É geralmente concebido como "a expectativa ou a probabilidade sustentada pelo indivíduo de que seu próprio comportamento não pode determinar a ocorrência dos fatos". (op. cit., p.784)

Este significado tem um aspecto positivo, na medida

em que determina o grau de realismo do indivíduo face a sua posição na sociedade de massa. Contudo, carrega duas outras conotações. A primeira é que esta versão não leva em conta a frustração que o indivíduo sente como consequência da discrepância entre o controle esperado e o desejado. A segunda estabelece uma íntima relação do significado da alienação como impotência, com a proposição de Rotter<sup>1</sup>, ao distinguir entre controle interno e externo, embora não sejam usados para compreender os mesmos fenômenos. Além disso, o conceito de impotência como discrepância entre o nível de controle do indivíduo e sua possibilidade de influir nos eventos políticos-sociais não deve reduzir-se a mero índice de ajustamento da personalidade. Com relação a esta tendência, Nettler (1957) chama a atenção para o fato de identificar erroneamente o conceito de alienação com o de anomia, onde a desorganização pessoal é definida como falta de meta interna, ou falta de coerência interna. Seeman acredita que a distinção entre alienação e estas outras acepções só pode realizar-se empiricamente, pois há diferença entre impotência para influir nos eventos políticos e impotência para fazer amigos.

O segundo uso da alienação pode ser resumido na idéia de falta de significado. Refere-se ao sentimento individual de querer compreender os eventos nos quais está envolvido. Diz-se que há alienação neste sentido quando "o indivíduo não tem suficiente clareza quanto ao que deve acreditar - quando não pode alcançar os padrões mínimos de clareza para tomada de decisão" (op.cit., p. 786).

<sup>1</sup> W.H. James & J.B. Rotter. Partial and One Hundred Percent Reinforcement under Chance and Skill Conditions. Journal of Experimental Psychology, 55, 1958, p. 397-403.

O indivíduo, vendo-se privado da sua capacidade de usar arcabouços racionais ou a inteligência, parte para simplificações como no caso do preconceito estudado por Adorno<sup>1</sup>. Carecendo de confiança nas suas próprias crenças, as ações do indivíduo caracterizam-se por "uma baixa expectativa quanto a poder fazer predições satisfatórias sobre os resultados de seu comportamento". (op. cit., p. 786). A alienação assim entendida baseia-se na incerteza da ação. A diferença com a impotência está na presença da racionalidade neste caso, tal como se dá no intelectual capaz de antever o andamento dos fatos sem contudo ter a capacidade de deter o fluxo dos acontecimentos, porque não tem controle sobre o desenvolvimento da História. A conexão existente entre estes dois usos da alienação é a observação do desenvolvimento interior de esperanças de que possa ocorrer algum controle externo. O terceiro componente da alienação para Seeman, falta de normas, deriva-se do conceito de anomia de Durkheim e Merton, como já foi abundantemente elucidado neste trabalho. Para Durkheim a anomia denota uma situação na qual as normas sociais que regulam a conduta do indivíduo quebraram-se ou já não há regras efetivas para o comportamento. Merton endossa esta aceção da anomia e comenta que a mesma sociedade que produz este sentimento de alienação e estranhamento nos indivíduos gera também um forte desejo de restabelecimento da ordem social, embora produza em consequência outras espécies de alienação como, por exemplo, crença em forças mágicas (destino, sorte, astros, etc.).

---

<sup>1</sup> No estudo sobre personalidade autoritária Adorno inclui o preconceito como um dos seus traços definidores.

Os teóricos que empregam a anomia como versão da alienação acentuam a predominância dos meios sobre os fins, implicando com isto em perda dos padrões comuns e conseqüente individualismo, ou o desenvolvimento de atitudes manipuladoras. É neste sentido empregado por Seeman, que o define como um estado no qual "há uma expectativa elevada de que comportamentos socialmente desaprovados são exigidos para o alcance das metas". (op.cit., p. 788).

Esta visão da anomia, embora limitando sua extensão significativa, pode ser útil na medida em que a relação meios versus fins expresse inúmeras facetas das demandas sociais de sucessos, segundo Merton, e o exacerbado interesse por bens materiais da posição marxista, e conflui com a posição de Erving Goffman no ensaio "Alienation from Interaction", onde mostra que o não envolvimento social traz consigo a desinformação, a não participação, o não entendimento da realidade dos fatos e conseqüentemente o sentimento de falta de ordem, e que resulta em comportamentos desviados.

Gera também a sensação de estranhamento descrita por Nettler, embora este autor tenha excluído a anomia das suas considerações sobre alienação. A anomia é para ele um estado da sociedade, e a alienação é um estado psicológico do indivíduo que se sente estranho à sua cultura e sociedade.

O quarto tipo de alienação, identificado por Seeman, refere-se à alienação como isolamento. Esta interpretação não se

refere a ajustamento social no sentido de calor humano, segurança, amizades, descritos em Riesman, Glazer e Denney, Merton, Srole e outros. Refere-se ao tipo de alienação apresentada por Nettler na sua descrição do desligamento dos intelectuais dos valores da cultura popular em geral. Seeman define alienação no sentido de isolamento como as atitudes "daquelas pessoas que, à semelhança dos intelectuais, atribuem pouco ou nenhum valor às metas e crenças tipicamente valorizadas na sociedade em que vivem".(op. cit., p. 789).

Identifica-se, na tipologia de adaptação de Merton, aos tipos inovador e rebelde. Até certo ponto difere do significado geral da alienação tomada em seus aspectos negativos, podendo até assumir caráter positivo, no sentido de representar criatividade e desenvolvimento social, tal como defendem Adler, Maslow, Adorno, May, Erikson, Parsons e outros.

O último significado distinguido por Seeman é o auto-estranhamento. Remonta a Marx, Fromm e Mils (1979), no sentido que o eu do indivíduo é trocado por mercadorias de consumo que, na verdade, pouca relação têm com as necessidades reais do homem. Já em Riesman (1964) é colocado no sentido de que o produto do homem (talento, caráter, aptidões, obras, etc.) não tem valor por si mesmo, mas vale apenas pelo efeito que pode causar nos outros. Neste sentido, Seeman define a alienação como "o grau de dependência de um comportamento dado sobre prêmios futuros".(op. cit., p. 790), tal como se encontra no trabalhador que trabalha apenas pelo salário, o estudante que estuda apenas para obter o diploma, a dona de casa que faz seu trabalho apenas para se livrar dele ou agradar ao marido.

Uma posição variante de Seeman é a de Russel Middleton (1963). Impotência, falta de significado e falta de normas têm o mesmo significado dado por Seeman. A novidade de Middleton está nos três outros componentes que atribui à alienação. Estranhamento cultural refere-se a isolamento de Seeman, apenas dá outro nome para evitar confundí-lo com solitário. Estranhamento social é outra dimensão da alienação e refere-se à perda do aspecto comunitário nas sociedades modernas. Refere-se também à distinção entre sociabilidade como propriedade da personalidade do indivíduo e sentimento de estar engajado numa estrutura social. Nem todas as pessoas isoladas sofrem de estranhamento social. E finalmente, estranhamento do trabalho que é uma variante do anterior.

## 2.2. Estudos Empíricos

### Estudos sobre Anomia

Verificou-se, na revisão bibliográfica sobre anomia, que houve um período de grande interesse pelo assunto, de 1930 a 1960. Após um lapso de quase completo desinteresse, o conceito volta a ocupar a preocupação dos estudiosos nos últimos cinco anos e desta vez na área da psiquiatria e psicologia.

Pode-se dizer que os objetivos dos autores dividem-se entre dar suporte empírico às formulações de Merton no que se refere especificamente ao paradigma estrutura social e anomia (SS & A), ou objetar às idéias de Merton.

O paradigma SS & A serviu de base para toda interpreta

ção relativa aos diversos tipos de comportamento humano, incluindo os desviados. Enfoca no êxito material (riqueza, "status" e reconhecimento) a origem da anomia. A ambição por bens materiais acentua-se em épocas de crise produzidas por transições sociais e econômicas, associada que está à idéia de progresso. Surgem ordens diferentes de respostas anômicas. Uma proveniente do desenvolvimento das aspirações favorecidas pela idéia de progresso, outra manifestada por uma resistência em abandonar padrões internalizados, acentuando-lhe a importância, e uma terceira, onde a incapacidade para acompanhar as mudanças provoca a apatia do retraimento e/ou ao contrário, uma rebelião não direcionada.

Merton (1969) faz proposições metodológicas para desenvolvimento de pesquisas e esboça alguns exemplos hipotéticos de delineamento de investigação empírica. Toma como índice de anomia de uma coletividade as medidas de anomia dos indivíduos dessa mesma coletividade em função de classe social ou de tipo de coletividade. O propósito é estudar a interação social entre indivíduos da mesma ou diferente índole anômica e não anômicos, determinando assim a taxa de anômicos, taxa de desviados sociais e taxa de conformistas, que determinem o grau de desordem social daquela comunidade. Todas as teorizações têm em comum a preocupação com os efeitos que situações de pressão social surtem sobre a estrutura normativa mesma.

H.H. Hyman (1953) relata ter encontrado diferenças significativas nas proporções de valores internalizados de êxito e no conhecimento dos meios para alcançá-lo, como função da idade e da classe social. Encontrou relação significativa entre es-

estrutura sócio-econômica e importância atribuída à educação como fator de integração social. Nas classes baixas há maior ênfase nos resultados econômicos e na segurança social, propiciada pela educação do que no progresso individual e coletivo, confirmando a proposição de Merton sobre a maior vulnerabilidade das pessoas de classes baixas à anomia.

Estudando um grupo de judeus na Polônia, C.S. Rosenthal (1954) relata ter encontrado acentuada tendência à desconformidade de nos elementos de classe baixa daquela comunidade, porque se encontravam mais expostos a não judeus e não tinham acesso à estrutura de oportunidades do seu próprio grupo, concluindo em favor da fórmulação de Merton, quanto à vinculação de índice de anomia tanto à falta de normas quanto à debilidade delas.

R.A. Cloward (1956) encontrou reforço para a teoria do desvio de Merton, estudando, num grupo de prisioneiros militares nos Estados Unidos, os efeitos da disjunção entre fins e meios.

R.L. Coser (1958), estudando as categorias de adaptação de Merton em um grupo de enfermeiros de um hospital nos Estados Unidos, relata que a disposição para inovar é resultado de uma estrutura de autoridade menos hierarquizada, enquanto o ritualismo relaciona-se com uma estrutura de autoridade rígida. O autor omitiu referências aos outros dois tipos de adaptação, alienação e rebelião, em relação ao autoritarismo.

D. Glaser e K. Rice (1959), baseados em estatísticas das cidades de Chicago, Cincinnati e Boston, encontraram relação direta entre crime e delinqüência com desocupação, mas falharam na

interpretação desse evento como função da idade, acreditando que o resultado só seria válido para adultos uma vez que os adolescentes ainda recebiam proteção paterna.

Em 1960, E.H. Mizruchi realiza, em um subúrbio de Nova York, estudo empírico para verificar a relação entre estrutura social e anomia. Encontra relação inversa entre identificação com uma classe e participação social e anomia. Mais tarde, em 1964, realiza outro estudo para investigar as relações da anomia com sucesso e oportunidade, no qual confirma as hipóteses de Merton. Diz haver encontrado relação inversa entre estrutura sócio-econômica e anomia em jovens de classe média e baixa. Há maior discrepância entre aspiração e desempenho na classe baixa que na média, por limitações no encontro de realização ocupacional e de oportunidade de integração na comunidade. Conclui que se observam nas classes baixas maior tendência à anomia, como resultado de acesso diferencial à estrutura de oportunidades assim como de inacessibilidade de meios para alcançar fins.

Em 1964, A.L. Stinchombe, na Califórnia, confirma esta conclusão e a relaciona com alienação. O mesmo resultado é encontrado por R.C. Hanson, T.D. Graves (1967) e R. Jessor (1967), com diferentes grupos étnicos residentes nos Estados Unidos. Confirmam a teoria SS & A, que relacionam anomia e acesso a meios ilegítimos com desvios de conduta.

A discrepância maior, encontrada entre aspiração e desempenho na classe baixa que na média, por limitações no encontro de realização ocupacional e de oportunidade de integração social, bem como o preconceito que atua como barreira na realiza-

ção de grupos étnicos com membros de sua comunidade, levaram Rhodes (1964) a desenvolver um estudo com o objetivo de solucionar a questão. Realizou um estudo experimental entre estudantes do Tennessee, no qual exercia controle sobre o nível de aspiração dos estudantes, concluindo que, diminuindo-se as aspirações, se resolviam os problemas de discrepância entre fins e meios e em consequência diminuía a anomia e as condutas desviadas.

Vários autores objetam a que o paradigma de Merton seja válido como explicação da anomia. R.M. Mac Iver (1950) vê na debilidade da estrutura de valores a fonte principal da anomia. D. Riesman, N. Glazer e R. Denney consideram a anomia como um fator expressivo da inadaptação dos indivíduos às pautas típicas de valores do momento vivido por uma sociedade, as quais são por natureza mutáveis.

R.H. Turner (1954) acredita que o paradigma de Merton seja artificial, porque, na prática, é difícil estabelecer distinções entre meios e fins. É um modelo útil, diz A.K. Cohen (1959), mas não uma teoria satisfatória. Afirma que as novas situações produzidas pelo progresso de uma sociedade nem sempre dispõem de regras aplicáveis a elas, ou são ambíguas e vagas, resultando em ambivalência no indivíduo quanto à legitimidade das expectativas institucionais.

S.H. Davol e G. Reimanis (1959) analisam o papel da anomia como fator psicológico em diversos autores, listando como acepções do conceito: enfermidade mental, respostas às mudanças sociais, estilo de vida, discrepância entre metas culturais e meios institucionais.

K. Horney (1961) e E. Fromm (1961) analisam o comportamento do homem como socialmente induzido. Há quase que um isomorfismo entre homem e sociedade. Afirmam que, para entender as contradições humanas, é preciso antes entender as contradições da sociedade, que se refletem na mente humana e esta retorna à sociedade, criando assim um círculo de dependência mútua. Os êxitos ilícitos individuais aumentam gradativamente o grau de anomia da sociedade e esta eleva as taxas e modalidades de condutas desviadas. Acreditam haver um fator psicológico de vulnerabilidade de tanto do sistema social quanto individual que, acrescentado às contradições do processo social, favorece o desenvolvimento da anomia.

Compartilhando desta perspectiva, A.K. Cohen (1969) concebe o processo social que conduz à anomia do seguinte modo: "os homens mais vulneráveis ao *stress* que resulta das contradições entre suas aspirações socialmente induzidas e o acesso limitado à estrutura de oportunidades são os primeiros a alienar-se". (op. cit. p. 178). Mais adiante continua "esses malfeitores exitosos (segundo a medida dos critérios que valem em seus grupos de referência) se convertem em protótipos para outros em seu meio, que, no começo menos alienados e vulneráveis, deixam agora de observar as regras que antes consideravam como legítimas". Assim anomia e conduta desviada reforçam-se mutuamente, enquanto não intervenham mecanismos de controle social, afirma Cohen.

Outros autores preferem estudar o aspecto positivo da anomia. A. Adler (1971) vê em toda conduta criativa um componente anômico. Há necessidade, segundo C. Bay (1958), de um certo grau de anomia (ambigüidade de normas e valores) para que haja

liberdade na sociedade e no indivíduo. Se as normas comprometem em excesso a estrutura, limitam a liberdade social e individual. Acredita que toda estrutura social e/ou individual está organizada de modo a tolerar um certo grau de anomia e de liberdade para que possa haver renovação.

Já na visão de H.Becker (1960), a existência de um certo grau de anomia nas sociedades é percebida como resultado de socialização imperfeita, conflitos internos e mudanças, que geram reações normativas à falta de normas, com o propósito de promover a reintegração. Considera natural existir certo grau de anomia em qualquer grupo social, ponto de vista objetado por Mc Huy (1962), para quem a anomia é a antítese da ordem social. F. B. Waisanen (1963), ao analisar a incompatibilidade entre objetivos individuais e sociais inclui no paradigma SS & A hipóteses da teoria da dissonância cognitiva.

O problema mais pressionante em torno da anomia é sua definição. Não se trata apenas de sua amplitude, mas também de conformação a critérios. Os problemas ao qual se aplica tanto podem ser sociológicos como psicológicos, gerando críticas severas por parte dos rigoristas da metodologia tradicional. Todavia, conforme observa B.P. Dohrenwend (1979), os resultados dos estudos, tomados em seu conjunto, oferecem a melhor evidência de que a existência do fenômeno está longe de ser raro nas populações dos nossos dias em geral.

A criação de um instrumento de medida do constructo estabeleceu a diferenciação do campo de aplicação do conceito. L. Srole (1956), preocupado com o aspecto psicológico, desenvolveu

uma escala capaz de avaliar atitudes anômicas consideradas como respostas generalizadas a mudanças e/ou inconsistência na estrutura social.

Estudos sobre a escala de Srole são poucos. Desde a sua criação em caráter exploratório, pouco ou nada se fez no sentido de desenvolver uma verdadeira escala de atitudes, segundo Robinson (op. cit., p. 225). Todos os estudos sobre anomia que usam a escala de Srole, mantem-na na forma original, de acordo com levantamento realizado por C. Bonjean et alii<sup>1</sup> até 1965 (apud J. P. Robinson, op. cit., 1976).

Não se identificaram outros estudos sobre a escala de Srole além dos analisados por Robinson, que passamos a relacionar.

C. Miller e E. Butler (1965) propuseram-se a realizar avaliação metodológica da escala de anomia de Srole, oferecendo como contribuição a distribuição dos escores de anomia em duas cidades americanas (Springfield e Los Angeles), num estudo que pretendia obter medidas de atitudes com relação a grupos minoritários. Embora a amostra se limitasse a brancos, cristãos e americanos de nascimento, com idade entre 16-69, os autores demonstraram a unidimensionalidade dos itens e a consistência interna da escala, anteriormente relatadas por E. Streuning e A. Richardson (1965). Os autores ainda relatam haver encontrado um coeficiente de correlação  $r = 0,43$  entre anomia e formação de atitudes negativas contra grupos minoritários, e que esta relação indepen

<sup>1</sup> Bonjean, C., Hill, R. & Mc Lemore, S. Sociological measurement. São Francisco: Chandler, 1967.

de de tendências de personalidade ao autoritarismo, medidas pela escala F de Adorno et alii.

W. Bell (1957) relata que a escala tem um coeficiente de reprodutividade de 0,90 e um coeficiente de estabilidade de 0.65, além de encontrar relação significativa entre a escala de anomia e isolamento social.

Embora não haja relatos de dados numéricos sobre fidedignidade e os autores recomendem estudos de validade da escala, há notícias de estudos de validade dos itens tomados isoladamente, como o relatado por Bell em relação à capacidade preditiva do item "Às vezes você não pode evitar de pensar se ainda existe alguma coisa que valha a pena neste mundo" e tendência ao suicídio. O pesquisador encontrou um coeficiente de correlação "fi" igual a 0.50 entre este item e o escore na escala total.

A. Rose (1962) encontrou, em seu estudo sobre alienação e participação na sociedade, relação inversa entre anomia e "status" sócio-econômico ( $r = -0,30$ ). A mesma relação inversa é descrita por R. Angell (1962), numa amostra em Detroit. Encontrou coeficientes de correlação negativa significantes entre anomia e "status" ocupacional ( $r = -0,25$ ), salário ( $r = -0,19$ ) e educação ( $r = -0,33$ ) enquanto a correlação foi positiva para pessoas mais idosas ( $r = 0,16$ ) e negros ( $r = 0,25$ ).

B. Lander (1954) estudou 8.164 delinquentes de Baltimore. Pela análise fatorial identificou dois grupos de variáveis

---

\* "You sometimes can't help wondering whether anything is worth while anymore".

relacionadas, porém, distintas, e denominou-as de sócio-econômicas e anômicas. Estas variáveis caracterizam-se respectivamente por: a) condições precárias de vida e moradia, aglomeração e escolaridade baixa: b) proporção de delinqüência, proporção de proprietários, proporção de não-brancos, falta de normas, quebra ou debilidade da estrutura reguladora da sociedade. A análise dos dados mostrou correlação entre delinqüência e anomia e não era função de características econômicas e nem se associava a elas ou com aspectos físicos das moradias. Em 1958, D.J. Bordua confirmou os resultados de B.Lander, estudando a delinqüência juvenil de Detroit.

Embora a relação entre delinqüência e anomia pareça independente de características econômicas, estudos posteriores mostraram que a anomia prevalece mais nos extremos baixos das sociedades. W. Bell (1957) descobriu que anomia é inversamente proporcional ao "status" econômico. Dá apoio aos resultados encontrados por Srole e descritos por Merton, segundo os quais a anomia é mais intensa entre os indivíduos que encontram maiores dificuldades de ascensão ao êxito econômico. Bell ainda relata que a anomia se relaciona com isolamento social e inversamente com participação em grupos formais e informais. Insistiu em que a escala de Srole media desespero e desalento. No entanto, R.L. Simpson e H.M. Miller (1963) não encontraram provas da relação anomia e "status", portanto concluem que a anomia não era suficiente na explicação de fracassos nas tentativas para alcançar êxito.

Nos estudos de E.H. Mizruchi (1960) e M.M. Tumin e R.C. Collins (1959) o "status" e a mobilidade ocupacional se vincularam a atitudes tendentes à desagregação. Usando a escala de

Srole encontraram que quanto mais elevado o "status", tanto mais baixa a anomia; quanto mais alta a anomia, tanto maior a tendência à desagregação.

Apesar da validade da escala de Srole, importante crítica foi levantada por G.Lenski e J. Leggett (1960). Segundo estes autores, a redação dos itens induz a respostas de concordância. (apud, Robinson, op. cit.). Com base nesta crítica, R.Christie (1960) propõe formas negativas dos itens como alternativas de respostas. Nenhum dado psicométrico foi realizado com base na alteração proposta, conforme comentário de Robinson e Shaver.

Outros esforços seguiram-se ao de Srole, originando a criação de outras escalas de anomia. H. Hyman, C. Wright e E.Hopkins publicam uma escala em 1962, como parte de estudos sobre mudanças de atitudes relativas a preconceito. O propósito da escala era descobrir se existiam na percepção das pessoas normas de condutas sociais, que ainda fossem reconhecidas e assumidas pela maioria. Nenhum dado psicométrico foi relatado.

H.Mc Closky e J.H. Shaar (1965) além de desenvolverem uma escala, oferecem forte argumento para a validade da escala. Relatam ter encontrado um conjunto de dimensões de personalidade que, reunidas, contribuem para o aparecimento de sentimento de anomia num indivíduo. Estas dimensões agrupadas em sete categorias, envolvendo trinta e quatro traços, apresentam correlações positivas com três níveis de anomia. A seguir, apresentamos o quadro destas dimensões em tradução nossa, excluídos os índices de correlação, que à guisa de informação são altamente significativos\*.

\* Para maiores informações, ver página 254, em Robinson e Shaver, op.cit.

Tabela 1

Dimensões de Personalidade Correlacionadas com Anomia segundo  
Mc Closky e Shaar

CATEGORIAS	VARIÁVEIS
Funcionamento Cognitivo	Baixa intelectualidade Baixo nível de consciência Misticismo elevado Elevada aquiescência
Inflexibilidade Psicológica	Elevada intolerância à ambigüidade Rigidez Obsessividade Inflexibilidade
Ansiedade	Elevada ansiedade manifesta Desorganização Desorientação
Força do Ego	Sentimento de culpa Falta de autoconfiança Necessidade de inviolabilidade Reduzida satisfação com a vida Alienação Frustração com "status" Pessimismo Futilidade política Dominância reduzida Responsabilidade social diminuída
Agressão	Hostilidade Paranoia Intolerância com a fraqueza humana Prazer na fraqueza
Crenças Extremadas	Totalitarismo Valores fascistas Posições esquerdistas Posições direitistas
Misanthropia	Tolerância reduzida Diminuída fé nas pessoas Calvinismo Elitismo Etnocentrismo

A escala apresentou um coeficiente de fidedignidade corrigido igual a 0,76, para uma amostra de 1.082 indivíduos. Este coeficiente aumentou para 0,80 e 0,83 quando o número de sujeitos aumentou para 3.020. Segundo os autores, fatores cognitivos, emocionais e crenças extremadas contribuem para deficiência no aprendizado social, dando origem à anomia.

De 1965 para cá, não se observou mais referências bibliográficas sobre o conceito de anomia. O assunto reaparece, em 1979, durante um congresso de psiquiatria realizado no Canadá, com vistas ao estudo da ligação entre "stress" e desordem mental. O enfoque predominantemente fenomenológico deu margem a elaborações em torno de conceitos "vagos e imprecisos" como os de anomia e alienação.

### Estudos sobre Alienação

Estudos sobre alienação encontram-se em todas as ciências sociais, distribuídos desde o pensamento sociológico histórico até investigações sobre relações humanas. Nos estudos contemporâneos, a idéia de alienação é um veículo que permite conduzir virtualmente a toda espécie de análise, desde a predição do comportamento eleitoral até explicações mais amplas da insanidade da sociedade contemporânea. A alienação aparece na literatura contemporânea, admitindo inúmeros sinônimos como, por exemplo, marginal, obsessivo, desligado, isolado, anormal, que se apresentam para testemunhar a amplitude da literatura.

O delineamento empírico da estrutura multidimensional

da alienação parece depender, em todos os estudos, da tarefa preliminar de construir instrumentos de medida e análise dos dados colhidos. O primeiro trabalho dos pesquisadores consiste em definir o conceito, empreendimento aceito pela maioria dos estudiosos do tema. Excetuam-se nesta linha aqueles que, como Lewis Feuer, Maurice Stein e Arthur Vidich (1963), preferem abandonar as cogitações sobre o conceito. Feuer manifesta dúvidas quanto à possibilidade de conceituar e mensurar alienação, por tratar-se de termo multivariado capaz de aplicação a todas as experiências humanas.

Em contrapartida, como vimos anteriormente, M. Seeman (1959) tomou posição distinta e empreendeu a difícil tarefa de esquadriñar o conceito desde sua origem, chegando a delinear diversos componentes da alienação, no magnífico trabalho que se tornou clássico.

O uso mais freqüente em estudos sobre alienação reporta-se ao sentimento de impotência social, caracterizado por Seeman, e encontra-se entre todos os autores descendentes do ponto de vista marxista.

Esta aceção necessita certo esclarecimento. Há diferenças profundas entre a relação do homem com sua esfera social de relacionamento e com a esfera social mais ampla. Neste ponto concorre Glazer (1947), comentando que a alienação tomada neste sentido não deve ser tão ampla a ponto de se tornar um distúrbio psicológico que venha a causar desajustamento, tendo como raiz única a organização da sociedade contemporânea. O controle dos acontecimentos varia com o campo onde se dá o comportamento do

indivíduo, pois é diferente o sentimento de impotência ante a deflagração de uma guerra e ante a possibilidade de fazer amizades, decidir sobre uma carreira profissional e conseguir emprego. A posição de Glazer confunde-se com a noção desenvolvida por Rotter, enquanto no caso da alienação, Seeman limita sua aplicabilidade às expectativas de influência sócio-política do indivíduo, conforme originalmente apresentado por Marx.

Nesta acepção estão pautados E.Fromm (1976), K. Horney (1961), H. Marcuse (1941), C.W. Mills (1961)<sup>1</sup>, E.Kris (1950), N.Leites (1950), B.Bettleheim (1943), F. Pappenheim (1967) entre outros, quando afirmam que, nas sociedades de massa do nosso século, os indivíduos estão cada vez mais envolvidos na vida pública, enquanto paradoxalmente sentem que cada vez menos podem compreender ou influenciar os eventos dos quais dependem suas vidas e felicidade. É ainda nesta acepção, na variante denominada desamparo que gira a grande maioria dos estudos psiquiátricos sobre esquizofrenia e, atualmente, sobre "stress".

Grande parte dos estudos aborda o tema como estados de sentimento de falta de significado da vida, representando mais uma variante da impotência social. Nesta vertente encontram-se estudos sobre exacerbação religiosa, proliferação de seitas religiosas, misticismo e, no aspecto sócio-político, estão os estudos sobre o fascismo, nazismo, preconceitos, autoritarismo, como por exemplo, os trabalhos de Adorno (1950), H. Cantrill (1941), E. Hoffer (1950).

---

<sup>1</sup> Mills, C.W. Images of Man. New York, Braziller, 1960.

Esta variante traz à tona outro paradoxo da vida contemporânea. Marcado como é, pelo aumento do uso da racionalidade na organização social contemporânea, o indivíduo se vê cada vez mais impossibilitado de usar sua inteligência individualmente nas situações sociais onde tudo já está previamente elaborado.

Na impossibilidade dos indivíduos visualizarem as interrelações dos eventos cada vez mais complexos, outros autores distinguem sentimentos de falta de normas como outra variante da alienação. E, neste sentido, encontra-se mesclado com estudos sobre anomia, estudando preferentemente desvios de conduta social, partindo da premissa que a idéia subjacente a estes comportamentos é de que, para ter êxito no mundo de hoje, as pessoas são quase forçadas a fazerem coisas nem sempre corretas. O comportamento manifesto da anomia parece combinar fatores de cinismo social e pessimismo (Middleton, 1963), ou desespero (Nettler, 1957); Meier e Bell (1959), ausência de valores orientadores ou ausência de propósito (Mac Iver, 1950), conflito de normas (De Grazia, 1948; K. Horney, 1961).

Sob as vertentes denominadas isolamento social e sentimentos de estranhamento encontram-se estudos sobre esquizofrenia e psiconeuroses quando relacionados à não participação social acompanhada de sentimentos de solidão (Josephson, 1962).

Na ausência de acordo acerca dos significados da maior parte das variáveis envolvidas, as pesquisas sobre alienação, tomadas coletivamente, não apresentam uma unidade donde se possa derivar de imediato contribuições para unificação teórica. Apesar desta dificuldade, as escalas de medida da alienação apresentam

resultados consideráveis.

Conforme se constata nesta revisão bibliográfica, não há precisão e univocidade nos conceitos de anomia e alienação. Trata-se de conceitos que comportam definições amplas e vagas. Observa-se também, entre alguns autores, uso indiscriminado dos dois conceitos, na explicação dos fenômenos de desordem social.

Autores menos rigoristas fazem não somente distinção entre os conceitos, mas visualizam a importante utilidade que têm para a compreensão destes eventos na sociedade. Acreditam que se a metodologia científica estrita ainda não dispõe de instrumental para maiores especificações dos conceitos, nada mais pertinente que um ataque de frente antes que abandoná-los baseados em justificativas metodológicas preconceituosas. Esta plethora de dificuldades faz-se sentir mais intensa, quando o objetivo é mensurar estas dimensões.

A maioria das escalas sofrem de falta de controle quanto à interferência de outros construtos, aos quais se relacionam intimamente. Sofrem também severas críticas por parte dos sociólogos, para quem a "anomia" se refere a uma propriedade do sistema social, portanto não pode ser diretamente medida pelas atitudes das pessoas.

Já o ponto de vista dos psicólogos sociais é inverso. Acreditam que as condições sociais dão origem a sentimentos correspondentes e específicos, transformando-se em comportamentos atuantes sobre a realidade. Pressupõem que as atitudes, sentimentos e comportamentos refletem, de alguma forma, a situação social,

ressalvadas influências provenientes da subjetividade.

Justifica-se, assim, a adoção de uma posição flexível quanto aos conceitos e instrumentos de medida, sem qualquer tentativa, no momento, de maiores precisões conceituais, preferindo-se antes aceitar os riscos que abandonar o problema.

## CAPÍTULO III - METODOLOGIA

### 3.1. Modelo Metodológico

Configurado como estudo que se propõe a observar características dos membros da nossa coletividade, no que se refere a sentimentos de anomia associados a sentimentos de alienação, segundo as perspectivas teóricas de Merton e Seeman, o esquema metodológico delineou-se dentro da abordagem de pesquisa descritiva.

A coleta dos dados teve como objetivo sondar a incidência das duas dimensões em indivíduos tomados da população geral, e aquilatar as contribuições relativas dos sintomas de anomia e alienação ao modo de relacionamento dos membros da comunidade entre si e com o sistema social, através das respostas dadas pelos sujeitos às escalas em estudo. As relações entre os resultados desse levantamento talvez possam trazer alguma contribuição empírica para a compreensão dos nossos problemas característicos de desorganização social, ou dito de outra forma, para os problemas resultantes do nosso modo típico de organização.

Dado que o interesse primordial visou relatar o grau de associação entre os sintomas encontrados na nossa amostra, não houve preocupação inicial em relacioná-los em termos de dependência causal. Tampouco se procurou estabelecer este mesmo tipo de vínculo entre os sintomas em estudo e desorganização social, ainda que a literatura reúna provas convincentes de intimidade causal desta com a intensidade existente de sentimentos de anomia e alienação. Deste modo não se tem propriamente variáveis em sentido estrito, mas dimensões, cujas relações de associação podem ser estabelecidas e, com base nelas, formar um quadro descritivo que

explícite, em linhas gerais, a fisionomia do comportamento social do brasileiro. Cabe, a este propósito, fazer uma observação. Sabe-se que, numa posição rigorosamente científica, os resultados na nossa amostra não podem ser legitimamente generalizados para toda a realidade brasileira. Para tanto seria necessário que a população de onde se extraísse a amostra, abrangesse todos os Estados do Território Nacional. Quando aqui nos referimos a brasileiros o fazemos, no entanto, em sentido genérico, por contraposição a não-brasileiros. Esta divisão tem por base a suposição da existência de vínculos a tradições diferentes, ainda que nos estrangeiros radicados no Brasil possa ter ocorrido o fenômeno de aculturação.

Neste estudo, embora não se possa falar propriamente em grupo de controle, o grupo de não-brasileiros entra apenas como termo de comparação, já que são secundariamente participam das influências que formaram a cultura brasileira.

Dentre as diversas dimensões relacionadas à anomia e alienação, fizeram parte da metodologia, para fins de controle dos resultados e interpretação, aquelas que nos pareceram poder melhor contribuir para a explicitação do problema em estudo. São elas:

- autoritarismo
- responsabilidade social
- intolerância à ambigüidade
- cinismo social
- sentimento de vitimação

A interação destas dimensões entre si, com a dupla a-

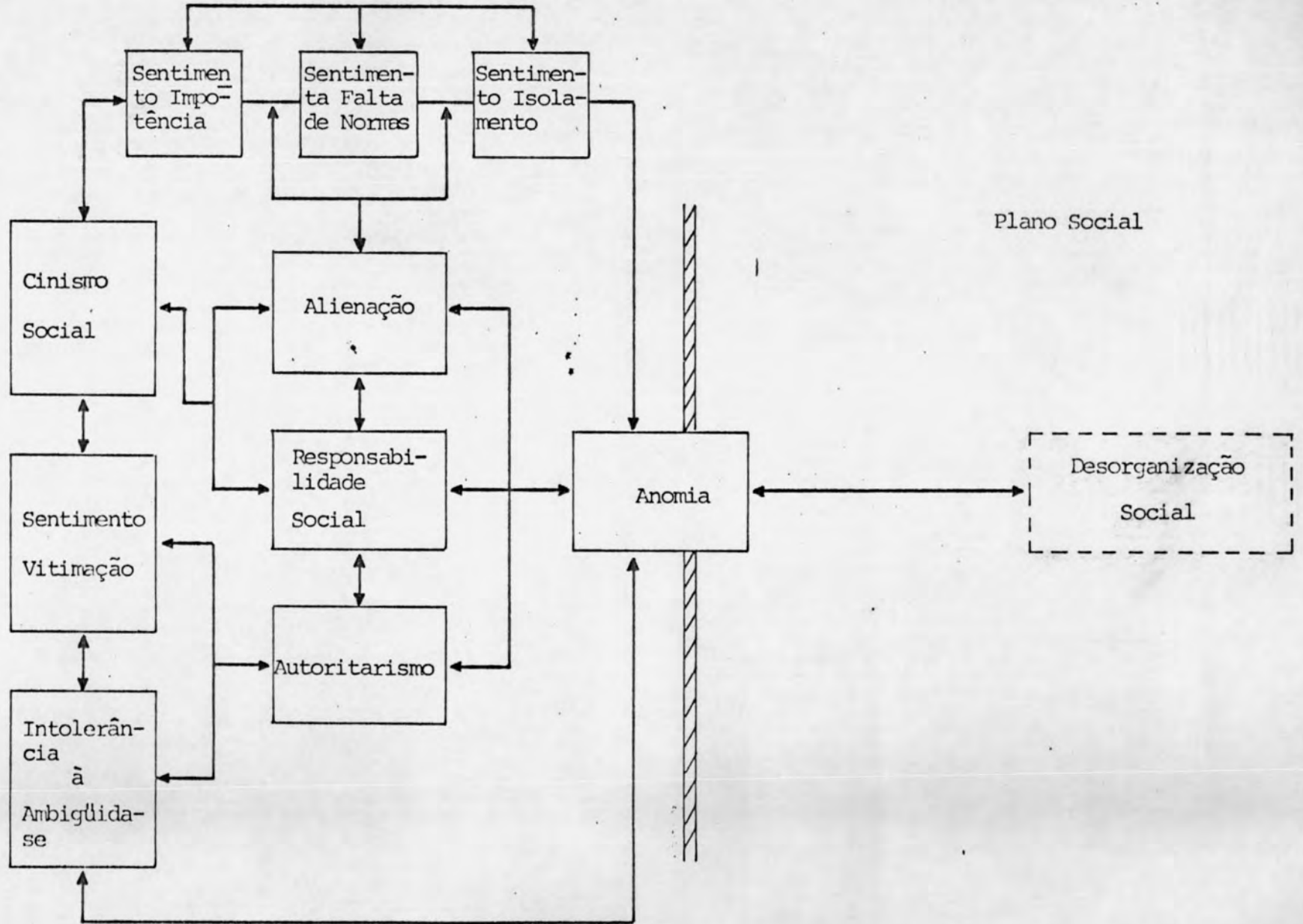
cepção de anomia (sociológica e psicológica), e a vinculação destas com desorganização social, encontra-se representada graficamente na Figura 3.

Para aprofundar a descrição das observações e trazer alguma luz para questões de organização interna do sistema social brasileiro, dividiu-se o grupo amostral em cinco estratos, a saber:

- sexo
- idade
- descendência
- nível de escolaridade
- nível salarial

Plano Psicológico

Plano Social



### 3.2. Definição dos Termos

As dimensões utilizadas neste trabalho foram empregadas nas seguintes acepções:

Anomia - Sentimento generalizado e difuso de má integração social com o sistema e com pessoas (Srole, 1956).

Alienação - Atitude de alheamento do indivíduo resultante de sentimentos difusos de inutilidade de sua participação influente sobre o processo social (Dean, 1961).

Autoritarismo - Atitude de incapacidade para aceitação de normas, valores e comportamentos desvinculados dos padrões ditados pela sociedade (Schuman, 1962).

Intolerância à Ambigüidade - Tendência para perceber e interpretar situações imprecisas como fonte de ameaça (Budner, 1962).

Responsabilidade Social - Orientação autônoma no cumprimento de atribuições de papéis sociais, destituídas de interesses em lucros pessoais (Berkowitz, 1968).

Cinismo Social - Atitude de oposição radical e ativa aos valores culturais vigentes (Webster, 1955).

Vitimação - Atitude que reflete sentimentos de ser objeto de sacrifícios aos interesses alheios (Webster, 1955).

Desorganização Social - Quebra da ordem dos eventos por violação das regras que criam a articulação entre as atividades do sistema (Cohen, 1959).

Organização Social - Conjunto ordenado de eventos conformes a um grupo de regras constitutivas, capazes de criarem condições de continuidade ou colaboração entre todas as atividades do sistema (Cohen, 1959).

Ordem - O complexo de normas, regras e princípios disciplinadores das relações dos indivíduos entre si e em relação à sociedade a que pertencem (Morin, 1977).

Desordem - Quebra da organização fixa das regras e normas que articulam a interação indivíduo e sociedade (Garfinkel, 1957).

### 3.3. Hipóteses

A partir dos objetivos e com base na exposição teórica, formulou-se a hipótese geral de que seriam encontrados altos níveis de sentimentos de anomia e de alienação na população estudada. Supôs-se também que estes variariam em função do sexo, idade, descendência, nível educacional e nível salarial, levando à segunda hipótese geral de que seriam encontrados níveis mais altos entre indivíduos com menor poder de atuação social, a saber: mulheres, jovens e idosos, pessoas com baixa escolaridade e baixo salário.

Ao contrário das colocações teóricas a respeito da marginalidade de grupos estrangeiros, supôs-se que estes, comparados aos brasileiros, apresentariam níveis menores de anomia e alienação.

Dado que as outras dimensões estudadas apresentam es -

treita intimidade teórica entre si, além de associação estatística com anomia e alienação, as mesmas hipóteses foram levantadas com respeito a elas.

No que diz respeito à responsabilidade social supõe-se encontrar oposição relativamente à anomia e alienação, bem como variação em função da maior ou menor possibilidade de participação social do indivíduo. Em função da situação problema, pressupõe-se que os brasileiros apresentariam menores níveis de responsabilidade social do que os estrangeiros.

Quanto às dimensões autoritarismo e intolerância à ambigüidade, formulou-se a hipótese de que se apresentariam em função direta dos níveis de anomia e alienação, mantendo-se também a suposição de se encontrarem níveis mais altos nos grupos com menor atuação social.

Em relação à cinismo social e sentimento de vitimação, levantaram-se as mesmas hipóteses. Supõe-se que brasileiros apresentariam maiores escores nestas escalas do que os estrangeiros.

Das hipóteses gerais que orientaram o trabalho de pesquisa pôde-se derivar as seguintes hipóteses operacionais, agrupadas em seis pressuposições:

Hip. 1: Há correlação positiva estatisticamente significativa entre anomia e alienação, autoritarismo, intolerância à ambigüidade, cinismo social e sentimento de vitimação, e entre cada uma das dimensões de per si em relação às demais.

Hip. 2: Há correlação inversa estatisticamente significativa en-

tre responsabilidade social e anomia, alienação, cinismo social, sentimento de vitimação, intolerância à ambigüidade e autoritarismo.

Hip. 3: As médias dos escores de anomia, alienação, autoritarismo, intolerância à ambigüidade, cinismo social e sentimento de vitimação são maiores no grupo de brasileiros do que no grupo de estrangeiros.

Hip. 4: A média dos escores de responsabilidade social é menor no grupo de brasileiros do que no grupo de estrangeiros.

Hip. 5: As médias dos escores de anomia, alienação, autoritarismo, intolerância à ambigüidade, cinismo social e sentimento de vitimação são maiores nos grupos com menor poder de atuação social (mulheres, jovens, pessoas idosas, pessoas com baixo nível educacional e salarial), do que nos grupos com maior poder de atuação social (homens, adultos, pessoas com elevados níveis educacional e salarial).

Hip. 6: As médias dos escores de responsabilidade social são menores nos grupos com menor poder de atuação social (mulheres, jovens, idosos, pessoas com baixo nível educacional e salarial), do que nos grupos com maior poder de atuação social (homens, adultos, pessoas com elevados níveis educacional e salarial).

### 3.4. Procedimentos e Sujeitos

De acordo com os objetivos e natureza do estudo, os sujeitos foram tomados da população geral do Estado do Rio de Janeiro. Na impossibilidade de utilizar processos de amostragem aleatória para a obtenção de uma amostra representativa, estipulou-se arbitrariamente aplicar 1 000 (mil) questionários a pessoas de ambos os sexos, brasileiros ou não, pertencentes a qualquer classe sócio-econômica e nível educacional, com idade superior a dezessete anos, radicados no Estado por um período mínimo de 10 (dez) anos.

Para obter uma diversificação, a maior possível, dentro das limitações do procedimento de escolha dos sujeitos amostrais, adotou-se a estratégia da diversificação dos aplicadores. Estes foram solicitados como voluntários, entre estudantes do último período de curso de psicologia de diversas Faculdades de Psicologia do Estado\*. Foram selecionados quarenta estudantes. Após treinamento, cada estudante recebeu vinte e cinco exemplares do instrumento, que reunia os itens das sete escalas escolhidas para a observação. Estes seriam aplicados a pessoas residentes em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, aos quais os estudantes tinham acesso. Os municípios foram os seguintes: Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Caxias, Campo Grande, São Gonçalo, Magé e Maricá.

---

\* Os estudantes cursavam o 10º período do curso de psicologia das seguintes Faculdades: Instituto de Psicologia da UFRJ, Instituto de Psicologia e Biologia Maria Thereza e Faculdade Pedro II. A participação na pesquisa contou como hora de estágio supervisionado em pesquisa.

A diversificação visou também diminuir efeitos de problemas de anomia das grandes cidades.

Houve perda de 41% dos instrumentos por falta de retorno e de atendimento ao requisito especificado na categoria estrangeiros. Na verificação das respostas, 191 sujeitos foram descartados por omissão ou marcação dupla. Os 399 sujeitos remanescentes foram classificados nas seguintes categorias:

- sexo
- descendência: a) brasileiros: descendentes de pais e avós nascidos e radicados no Brasil.
- b) estrangeiros: natos (ou brasileiros naturalizados) ou filhos de ambos os pais e avós estrangeiros, e radicados no Brasil por um período mínimo de dez anos.
- idade: a) 17 a 24 anos: faixa média em que o jovem, como estudante, vive às expensas do pai.
- b) 25 a 35 anos: faixa média entre a graduação escolar e o limite legal permitido ao indivíduo para candidatar-se a empregos, concursos públicos, ingresso em sociedades de classe, etc.
- c) acima de 36 anos: faixa de plenitude funcional marcada pela preocupação com perda ocupacional.
- nível de escolaridade: considerou-se neste trabalho, para melhor distribuição dos indivíduos, a seguinte divisão educacional:
  - a) primário (4 primeiras séries do 1º grau)
  - b) primeiro grau (4 últimas séries do 1º grau)

- c) segundo grau: ensino médio
- d) terceiro grau: universidade (graduação)
- e) pós-graduação: extensão, aperfeiçoamento mestrado e doutorado

- nível salarial:

- a) 1 salário mínimo
  - b) 2 a 5 salários mínimos
  - c) 6 a 10 salários mínimos
  - d) 11 a 20 salários mínimos
  - e) mais de 20 salários mínimos
- { domésticas e trabalhado-  
 res não qualificados  
 { trabalhadores qualifica-  
 dos e profissionais

A distribuição dos sujeitos nessas categorias foi a seguinte:

Tabela 2

Distribuição dos Sujeitos Amostrais por Categorias (n = 399)

Sexo	Descendência	Idade	Escolaridade	Salário
M = 162	Bras. = 244	17-24 = 182	Primário = 80	1 sal.min. = 67
F = 237	Estr. = 155	25-35 = 112	1º grau = 72	2-5 sal.min. = 122
		36 e + = 105	2º grau = 103	6-10 sal.min. = 84
			3º grau = 95	11-20 sal.min. = 71
			Pós-grad. = 49	+ de 20 sal.min. = 55
T = 399	T = 399	T = 399	T = 399	T = 399

### 3.5. Instrumentação

Reuniram-se em documento único as seguintes escalas

de atitude:

- Anomia, de L. Srole (1956)
- Alienação, de D.R. Dean (1961)
- Responsabilidade Social, de L.Berkowitz e K.Luther -  
man (1968)
- Intolerância à Ambigüidade, de S.Budner (1962)
- Escala F de Escolha Forçada, de H.Schuman e J. Har -  
ding (1962)
- Nova Escala F, de H. Webster, N. Samford e M. Fre -  
eman (1955)

Traduzidas das originais, as escalas foram submetidas a estudos de fidedignidade e análise de itens em pesquisas exploratórias, cujos resultados encontram-se no capítulo a seguir.

Das doze categorias de itens classificados por Webster et alii. na Nova Escala F, apenas duas foram utilizadas no presente estudo, a saber: cinismo social e sentimento de vitimação, após verificar-se haver superposição das demais categorias com as escalas em estudo. Apesar de englobar as observações em pauta neste trabalho, a escala de Webster et al. não foi escolhida por causa do seu tamanho (149 itens), o que iria onerar os custos operacionais e dificultar a coleta dos dados.

Para homogeneizar o instrumento todas as escalas foram transformadas em itens de escolha forçada (Anexo I). Apesar das críticas que se fazem a esse tipo de item, como, por exemplo, favorecer a reflexão consciente conforme objetam Robinson e Shaver, (1976, p.329) e empobrecer a análise, os estudos prévios, realizados para fins de sondagem da adequação dos seus itens aos pro-

pósitos deste trabalho, evidenciaram que 95% dos respondentes tendem a escolher alternativas neutras, mormente quando as questões apresentam teor político, econômico e sociológico. Por este motivo, o tipo de alternativa original da maioria das escalas foi abandonada, preferindo-se as desvantagens da escolha forçada.

Segue-se uma breve descrição das escalas originais, incluindo resultados de fidedignidade e validade apresentados pelos autores por ocasião do desenvolvimento das mesmas.

#### Escala de Anomia

Desenvolvida por Leo Srole, a escala consta de cinco itens que pretendem identificar pessoas anômicas, isto é, se elas experimentam sentimentos de que: 1) as autoridades sociais são indiferentes frente às necessidades dos indivíduos da comunidade; 2) impotência para realização ante uma ordem social imprevisível; 3) as metas da vida são alcançadas individualmente e afastadas da ordem social geral; 4) ausência de cooperação social, e 5) futilidade do significado da vida. Apresentada sob forma de opiniões, com duas opções de resposta (concordo x discordo), é atribuído um ponto a cada resposta concordo. A unidimensionalidade da escala foi comprovada pela análise de estrutura latente e análise fatorial (Streuning e Richardson, 1965; Miller e Butler, 1966) e foi encontrado um coeficiente de fidedignidade igual a 0,76 com um  $n = 401$  sujeitos tomados da população geral nos EE.UU. pelo método das duas metades (itens pares x itens ímpares) e corrigido pela fórmula de Spearman-Brown.

As intercorrelações entre os itens encontrados por Miller e Butler são os seguintes:

Tabela 3

Coeficientes de Correlação entre os Itens da Escala de Anomia  
(n = 401)

Itens	1	2	3	4	5
1	-				
2	0,21	-			
3	0,25	0,28	-		
4	0,20	0,28	0,40	-	
5	0,30	0,29	0,46	0,36	-

Observação: Tabela reproduzida de Robinson & Shaver  
(1976, p. 256)

O construto anomia foi definido por Srole como um sentimento individual vago e generalizado de má integração social.

### Escala de Alienação

A escala de Dwight G. Dean desenvolvida em 1961 resultou da tentativa de determinar relações empíricas entre os vários componentes atribuídos à alienação, a saber: sentimento de impotência, sentimento de falta de normas e sentimento de isolamento. Para cada componente a escala contém 9, 6 e 9 itens respectivamente, apresentados em escala de tipo Likert. Os coefici-

entes de fidedignidade obtidos pelo método das duas metades e corrigidos pela fórmula de Spearman-Brown são: impotência: 0,78 (n = 384); falta de normas: 0,73 (n = 384) e isolamento: 0,84 (n = 384). Para a escala total o coeficiente foi 0,78.

As intercorrelações entre os três componentes da escala mostraram-se significantes muito acima do nível 0,01 sugerindo a possibilidade de considerar as subescalas como pertencentes ao mesmo conceito geral, apesar de ser constatado certo grau de independência das variáveis, conforme quadro abaixo:

Tabela 4

Coeficientes de Correlação entre os Componentes da Escala de Alienação (n = 384)

Componentes	Falta de Normas	Isolamento Social	Escala Total
Impotência	0,67	0,54	0,90
Falta de Normas	-	0,41	0,80
Isolamento Social	-	-	0,75

Observação: Tabela adaptada dos resultados apresentados por Dean (1961, p. 756)

Para o presente estudo foram excluídos os itens "Nada há que eu possa fazer para impedir a eclosão de uma guerra" da escala de impotência, e o item "Sempre foi fácil encontrar amigos verdadeiros" da escala de isolamento, por haver superposição com outras escalas.

Os itens relativos à impotência social pretendem iden-

tificar pessoas com sentimentos de falta de controle sobre seus destinos econômico, político e social, dentro de uma linha Hege-  
liana e Marxista.

Os itens, considerados como expressivos de sentimentos de falta de normas, derivam-se do conceito de anomia de Durkheim. Ainda do conceito de anomia concebido como sentimento de separação do grupo ou afastamento dos padrões de grupo, derivam-se os itens do componente isolamento social.

### Escala de Responsabilidade Social

Elaborada por L. Berkowitz e K. Lutterman e publicada em 1968, a escala destina-se a avaliar a responsabilidade social de uma pessoa, no sentido da cooperação. A responsabilidade social é concebida como oposta à alienação uma vez que seus itens refletem atitudes de participação ativa na sociedade e certo compromisso com os valores tradicionais de classe e da comunidade.

Os itens originais apresentam-se com cinco opções do tipo Likert e estudos de fidedignidade relatam um coeficiente satisfatório, embora não se tenha encontrado qualquer dado numérico. Mc Closky (1965) encontrou os seguintes coeficientes entre anomia e baixa responsabilidade social:

Tabela 5

Correlação entre Anomia e Baixa Responsabilidade

	Alta	Média	Baixa
Baixa responsabilidade social	0,59	0,30	0,11

Observação: Tabela adaptada de Robinson & Shaver (1976, p. 254)

### Escala de Intolerância à Ambigüidade

Desenvolvida por S. Budner em 1962, a variável é definida como a "tendência para perceber situações ambíguas como fontes de ameaça". A ambigüidade tem lugar quando as situações caracterizam-se pela necessidade, complexidade ou insolubilidade. As pessoas reagem a tais situações com respostas que Budner classifica como: repressão e negação, ansiedade e desconforto, com comportamento destrutivo e afastamento. A escala original contém 8 itens positivos e 8 negativos e em dezessete estudos de fidedignidade apresentou coeficientes de fidedignidade que oscilaram entre 0,39 e 0,62. O autor aceitou a fidedignidade da escala embora acredite ser multidimensional.

### Escala de Autoritarismo

Como variante da escala F de Adorno, a escala de escolha forçada de H. Schuman e J. Harding, desenvolvida em 1962, teve como propósito eliminar traços de aquiescência freqüente na escala F-California. A escala é apresentada com 10 itens em pares alternativos, selecionados da escala F-California, referindo-se a cada um dos diferentes aspectos de autoritarismo: convencionalismo, submissão à autoridade, agressão à autoridade, rejeição da subjetividade, destrutividade e cinismo, poder e preconceito e outros.

Estudos de fidedignidade relatam coeficientes iguais a 0,67; 0,48 e 0,39 em três amostras diferentes. O autor interpreta estes resultados como indicadores de multidimensionalidade

da escala e possivelmente como produto da abordagem metodológica relativa ao tipo de resposta.

### Escala de Cinismo Social e Sentimento de Vitimação

Estas escalas são subescalas da escala de autoritarismo desenvolvida por H. Webster, N. Sanford e M. Freeman, em 1955. Esta escala é composta de 123 itens do tipo falso x verdadeiro, subdivididos em categorias: moralidade punitiva, submissão à autoridade, convencionalismo, religiosidade rígida, anti-subjetividade, alienação do ego, falta de autoconfiança, projetividade, cinismo, romantismo, agressividade e sentimento de vitimação.

Estudos de fidedignidade, realizados em uma amostra de 441 estudantes universitários, relatam ter sido encontrado um coeficiente igual a 0,88 para a escala total. Nenhuma especificação é feita às subescalas, apenas informam que todos os itens incluídos na escala apresentaram correlações com a escala de Adorno, significantes ao nível de 0,01 e 0,05.

O instrumento de observação para este estudo, organizado com as escalas acima descritas, excluiu:

- da escala de Dean, o item "Nada há que eu possa fazer para impedir a eclosão de uma guerra", da escala de impotência social, e o item "Sempre foi fácil manter amigos verdadeiros", da escala de isolamento social. O motivo da exclusão foi diminuir a extensão da escala, depois de se verificar o baixo teor discriminatório destes itens.

- da escala de Berkowitz, o item "De nada vale preocupar - se com os problemas do governo, pois não se pode fazer coisa alguma com respeito a eles" e "Na escola me ofereço frequentemente para participar de projetos especiais", a exclusão do primeiro diz respeito à sua semelhança com os itens de anomia, e do segundo, por inadequação à nossa realidade.
  
- da escala de Webster, o item "Sempre haverá guerras enquanto o homem existir", da escala de cinismo social foi retirado por falta de valor discriminante.

Ao final das escalas acrescentaram-se algumas questões para obtenção de informações pessoais, quanto ao: sexo, idade, descedência, nível de escolaridade e faixa salarial.

## CAPÍTULO IV - RESULTADOS

As descrições dos resultados da análise estatística apresentam-se em quatro conjuntos distintos. O primeiro refere-se ao estudo de fidedignidade das escalas empregadas neste trabalho. O segundo mostra o comportamento dos itens de cada escala em relação ao escore total alcançado pelos sujeitos naquela escala. O terceiro conjunto diz respeito às intercorrelações entre as escalas; e finalmente o quarto relata o comportamento dos respondentes às escalas, nos subgrupos quanto à: idade, sexo, descendência, nível educacional e nível salarial.

As tabelas referentes a estes quatro conjuntos de dados são apresentadas nos Anexos I, II, III e IV.

### 4.1. Estudos de Fidedignidade

Previamente ao desenvolvimento deste trabalho, realizaram-se réplicas dos estudos americanos, para verificar a fidedignidade das escalas no nosso meio.

O procedimento para estes estudos, portanto, seguiu as mesmas linhas metodológicas descritas pelos autores por ocasião do desenvolvimento de suas respectivas escalas.

A nossa amostra contou com 399 sujeitos tomados da população em geral, de ambos os sexos, com idade entre 17 e 65 anos, pertencentes aos diferentes níveis sócio-econômico e educacional. As amostras americanas são descritas com as mesmas características, para um tamanho que oscila entre 433 e 135 sujeitos.

O método empregado para a análise estatística da fide dignidade das sete escalas foi o da divisão dos itens em pares e ímpares. Os coeficientes de correlação encontrados sofreram cor reção pela aplicação da fórmula de Spearman-Brown:

$$r_{tt} = \frac{nr}{(n-1)r+1}$$

onde:  $n = 2$ ,  $r =$  coeficiente de correlação\* de Pearson.

Os coeficientes encontrados estão relacionados na Tab la 6, na página seguinte, onde, a título de comparação, estão indi cados os coeficientes obtidos nos estudos americanos.

---

\* Garrett, H. A Estatística na Psicologia e na Educação. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1958, vol. II, p. 187.

Tabela 6

Coeficientes de Fidedignidade ( $r_{tt}$ ) para Amostras Brasileira e Americanas

E S C A L A S	AMOSTRA BRASILEIRA	AMOSTRAS AMERICANAS
	(n = 399)	
1. Alienação		
- Sentimento de Impotência Social	0,70	0,78 (n=433)
- Sentimento de Falta de Normas	0,63	0,73 (n=433)
- Sentimento de Isolamento Social	0,65	0,84 (n=433)
- Escala Total	0,71	0,78 (n=433)
2. Anomia	0,75	0,76 (n=401)
3. Responsabilidade Social	0,52	§
4. Intolerância à Ambigüidade	0,62	0,85 (n=152)
5. Autoritarismo	0,64	0,67 (n=135)
6. Cinismo Social	0,68	§§
7. Sentimento de Vitimação	0,66	§§

Observação: § não foram encontrados relatos de estudo de fidedignidade.

§§ para estas escalas encontrou-se um coeficiente i igual à 0,88 relatado para a escala total de Berkowitz.

Da inspeção da tabela observa-se que alguns dos coeficientes encontrados na amostra brasileira são sensivelmente inferiores aos dos estudos americanos. Mesmo assim, ao se proceder à verificação de sua significância estatística, todos os coeficientes por nós encontrados revelaram-se significantes no nível de 0,05 e 0,01. Atribui-se a diferença encontrada na nossa amostra a dois fatos: um, o teor político e sociológico da maioria das escalas e, dois, não ter havido adaptação das escalas às características culturais do nosso meio, apesar de terem sido eliminados na tradução, termos, expressões e comportamentos flagrantemente típicos da cultura americana.

Conclui-se destes coeficientes que as escalas oferecem suficiente segurança para as conclusões que se extraíram dos resultados desta pesquisa.

#### 4.2. Análise de Itens

As dificuldades metodológicas inerentes a escalas de atitudes, de um modo geral, recomendam que seu uso seja precedido de estudos de seus itens, de modo a oferecer uma base estatística confiável para a interpretação dos dados empíricos.

Com o propósito de avaliar a contribuição de cada item para os escores alcançados pelos indivíduos da nossa amostra nas escalas, procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação bisserial de pontos de cada item com o escore total da escala a que pertence, pela fórmula:

$$r_{pb} = \frac{M_p - M_q}{\delta} \sqrt{p q}$$

na qual  $M_p$  e  $M_q$  são as médias das categorias concordo-discordo,  $p$  é a porção da amostra que respondeu concordo no item,  $q$  a porção que respondeu discordo e  $\delta$  é o desvio padrão da amostra\*.

Os coeficientes de correlação ponto bisserial estão relatados na Tabela 7.

A inspeção da referida tabela mostra que os coeficientes variam de 0,155 para o item 8 da escala Sentimento de Isolamento Social, a 0,733 para o item 5 da escala de Anomia. De um modo geral os coeficientes giram em torno de 0,50. Apenas as escalas de Cinismo Social e Sentimento de Vitimação apresentaram coeficientes iguais a 0,239 e 0,263 para os itens 1 e 9 respectivamente. Estes valores, no entanto, são significantes no nível 0,01. Para 397 graus de liberdade na tabela de significância de coeficientes de correlação o  $r^*$  deverá ser igual a 0,098 para ser significativa ao nível de 0,05 e 0,128 para o ser ao nível de 0,01 (Garrett, 1958, vol.II, p.246). Nota-se que todos os coeficientes relatados excedem substancialmente a estes valores, mesmo os menores valores mencionados acima. Isto indica a boa qualidade dos itens para a mensuração dos respectivos conceitos, o que recomenda, com grande margem de segurança, a utilização das escalas no nosso meio.

Outro dado importante que se observa na tabela é a homogeneidade dos valores dos coeficientes. Isto ocorre dentro de cada escala tomada isoladamente, como também entre as escalas observa-se que todos os coeficientes, sem exceção, são significantes ao nível de 0,01.

---

\* GARRET, H. op. cit., vol. II, p. 243.

Coeficientes de Correlação Ponto Bisserial ( $r_{pb}$ ) entre os Resultados de Cada Item e o Escore Total das Sete Escalas

E S C A L A S	I T E M S												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alienação: Sentimento de Impotência	0,561	0,489	0,550	0,545	0,500	0,607	0,580	0,589	-	-	-	-	-
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	0,464	0,641	0,408	0,572	0,653	0,544	-	-	-	-	-	-	-
Alienação: Sentimento de Isolamento Social	0,548	0,453	0,472	0,438	0,455	0,391	0,553	0,155	-	-	-	-	-
Responsabilidade Social	0,436	0,479	0,479	0,502	0,498	0,502	-	-	-	-	-	-	-
Intolerância a Ambigüidade	0,505	0,467	0,556	0,587	0,536	0,428	0,623	-	-	-	-	-	-
Autoritarismo	0,579	0,678	0,556	0,613	0,529	0,302	0,627	0,676	0,634	0,341	-	-	-
Anomia	0,591	0,719	0,656	0,581	0,733	-	-	-	-	-	-	-	-
Cinismo Social	0,239	0,576	0,313	0,582	0,532	0,481	0,537	0,414	0,416	0,548	0,506	0,271	0,39
Sentimento de Vitimação	0,443	0,365	0,515	0,340	0,555	0,383	0,571	0,471	0,263	-	-	-	-

Obs.: todos os coeficientes são significantes ao nível de 0,01.

### 4.3. Intercorrelação entre as Escalas

O estudo das correlações entre as escalas procurou evidenciar o grau de associação entre as mesmas, e assim aumentar, juntamente com o estudo de fidedignidade e análise de itens, a segurança da interpretação dos resultados.

Os cálculos dos coeficientes de correlação de Pearson foram feitos com base em uma amostra de 150 sujeitos, extraídos por sorteio pela tabela de números aleatórios do grupo amostral que serviu de observação para o presente trabalho.

A Tabela 8 apresenta o resumo dos coeficientes de correlação encontrados entre as escalas tomadas duas a duas, além das médias, variâncias e desvios-padrão de cada escala.

Para verificar a significância das correlações foram calculados valores  $t$  pela fórmula:

$$t = \frac{r \sqrt{n - 2}}{\sqrt{1 - r^2}}$$

onde  $r$  é o coeficiente de correlação e  $n$  o tamanho da amostra\*.

Da observação da tabela constata-se que quase todos os coeficientes são significantes ao nível de 0,01, exceto a correlação entre as escalas Sentimento de Isolamento Social e Autoritarismo que apresentaram significância ao nível de 0,05. Estas rela

---

\* HAYS, W. & WINKLER, R.L. Statistics, New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1970, vol.II, p.13.

Tabela 8

Coeficientes de Correlação entre as Escalas (n = 150)

	Sentimento de Impotência	Sentimento de Falta de Normas	Sentimento de Isolamento	Responsabilidade Social	Intolerância à Ambigüidade	Autoritarismo	Anomia	Cinismo Social	Sentimento de Vitimação	
Sentimento de Impotência	-	0,58**	0,31**	-0,12	0,41**	0,30**	0,52**	0,50**	0,45**	X = 4,83 V = 4,43 DP = 2,10
Sentimento de Falta de Normas		-	0,32**	-0,28**	0,48**	0,27**	0,73**	0,57**	0,52**	X = 3,33 V = 2,68 DP = 1,63
Sentimento de Isolamento			-	-0,13	0,23**	0,18*	0,30**	0,34**	0,50**	X = 4,53 V = 2,59 DP = 1,60
Responsabilidade Social				-	-0,08	-0,04	-0,20*	-0,08	-0,07	X = 4,53 V = 1,33 DP = 1,14
Intolerância à Ambigüidade					-	0,58**	0,36**	0,45**	0,32**	X = 4,14 V = 3,01 DP = 1,73
Autoritarismo						-	0,35**	0,32**	0,29**	X = 6,09 V = 7,50 DP = 2,73
Anomia							-	0,61**	0,52**	X = 2,83 V = 2,50 DP = 1,60
Cinismo Social								-	0,66**	X = 6,16 V = 7,80 DP = 2,79
Sentimento de Vitimação									-	X = 4,13 V = 3,23 DP = 1,73

OBS: \* Significante ao nível de 0,05  
 \*\* Significante ao nível de 0,01

ções confirmam os resultados encontrados na literatura acerca da intimidade conceitual das escalas, que fez levantar, entre alguns autores, a hipótese de um síndrome comportando diversos fatores distintos.

Somente a escala, Responsabilidade Social, deixou de apresentar correlações significantes com as demais, exceto com a escala Anomia e sua similar Sentimentos de Falta de Normas, que apresentou significância ao nível de 0,05, embora tenha mantido correlações negativas com todas as escalas, conforme previsto teoricamente. Tais resultados confirmam aqueles encontrados por McClosky, Berkowitz e Lutterman, segundo os quais existe correlação inversa entre Responsabilidade Social e Anomia e Alienação. A hipótese desses autores sustenta que, quanto mais altos os escores nestas duas últimas escalas, menor a correlação com Responsabilidade Social e a relação é sempre inversa. No presente estudo esta hipótese foi observada apenas em termos de tendência, já que os coeficientes são considerados muito baixos para predizer o grau de responsabilidade social a partir desta escala, relacionada com os escores nas escalas de Alienação e Anomia.

Berkowitz e Lutterman também relatam ter encontrado diferenças marcantes no comportamento das pessoas com escores altos na escala Responsabilidade Social em função da classe social. Nas camadas sociais altas verifica-se mais tendência para independência nas decisões em problemas sociais, enquanto nas camadas sociais mais baixas os indivíduos tendem a se mostrar mais dependentes das autoridades e a atribuir importância à ideia de poder.

A significância das correlações dessa escala com a de Anomia ( $r = -0,20$ ,  $p < 0,05$ ) e Sentimento de Falta de Normas ( $r = -0,28$ ,  $p < 0,01$ ) parece indicar tendência para manter valores tradicionais da sociedade, que foi também anunciada por Merton. Supõe-se, no entanto, no nosso caso, que estes valores apresentam-se muito mais em termos de desejo do que de realidade, mas não se pode afirmar por falta de controle desta disposição. No nosso estudo um dado contraditório apareceu no tocante aos resultados de Responsabilidade Social em relação aos de Anomia e Alienação. Se a teoria anuncia relação inversa entre os construtos era de se esperar que os escores médios na escala Responsabilidade Social fossem baixos quando os de Anomia e Alienação fossem altos. Tal não ocorreu. O dado é tanto mais surpreendente quanto a realidade empírica mostra o contrário. Talvez, a nível de desejo, seja verdadeiro que o grupo se mostre responsável consigo mesmo, com seu trabalho e com a comunidade. Tal discrepância parece antes de tudo refletir o estado de anomia do grupo, entendido este como estado de disjunção entre normas sociais e comportamento real.

As correlações entre os componentes da escala de Alienação com Autoritarismo encontradas na nossa amostra confirmam a tendência dos resultados encontrados por Dean. A comparação entre os dois conjuntos de resultados é dada na tabela a seguir.

Tabela 9

Coeficientes de Correlação entre Alienação e Autoritarismo em Amostra Americana e Brasileira

ESCALAS	AMOSTRA AMERICANA	AMOSTRA BRASILEIRA
Sentimento de Impotência x Autoritarismo	0,37	0,30
Sentimento de Falta de Normas x Autoritarismo	0,33	0,27
Sentimento de Isolamento Social x Autoritarismo	0,23	0,18

A inferioridade dos coeficientes encontrados na nossa amostra é atribuída a diversos fatores. Primeiro, trata-se de uma tradução de escala desenvolvida em outro país. O segundo, em parte derivado do primeiro, refere-se ao conteúdo dos itens, cujo teor, predominantemente político, econômico e sociológico, pode ter trazido bloqueios aos nossos respondentes. E finalmente, o terceiro fator pode ser derivado do fato de o construto da escala referir-se a problemas situacionais e não a traços de personalidade, segundo conjecturas do próprio Dean.

As correlações dos componentes da Alienação com as escalas Cinismo Social, Sentimentos de Vitimação foram altamente significantes ao nível de 0,01.

A correlação mais alta da escala de Sentimento de Impotência Social apareceu com a escala Sentimento de Falta de Normas. Esta apresentou correlações muito altas com Anomia, Cinismo Social e Sentimento de Vitimação. A mais alta correlação da escala Sentimento de Isolamento Social observou-se em relação à escala Sentimento de Vitimação. As correlações entre Intolerância à Ambigüidade e as demais escalas foram todas significantes ao nível de 0,01, exceto com Responsabilidade Social com a qual não se correlacionou. O coeficiente mais alto foi encontrado com a escala Autoritarismo, reproduzindo correlações anteriormente encontradas com a escala F de Adorno, e, em seguida, com a Escala Sentimento de Falta de Normas.

Resumindo, os coeficientes de correlação mais altos entre as escalas foram os seguintes:

E S C A L A S	r	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
- Sentimento de Impotência x Sentimento de Falta de Normas	0,58	p < 0,01
- Sentimento de Falta de Normas x Anomia	0,73	p < 0,01
- Sentimento de Isolamento Social x Sentimento de Vitimação	0,50	p < 0,01
- Responsabilidade Social x Autoritarismo	-0,04	n.s.
- Intolerância à Ambigüidade x Autoritarismo	0,58	p < 0,01
- Cinismo Social x Sentimento de Vitimação	0,66	p < 0,01

Para melhor visualizar a trama que relaciona cada dimensão com as demais, o quadro a seguir oferece uma listagem comparativa, em ordem decrescente, das correlações obtidas entre as dimensões tomadas duas a duas. Para facilitar a observação as dimensões receberam números, conforme se segue:

- Sentimento de Impotência Social = 1
- Sentimento de Falta de Normas = 2
- Sentimento de Isolamento Social = 3
- Responsabilidade Social = 4
- Intolerância à Ambigüidade = 5
- Autoritarismo = 6

- Anomia = 7
- Cinismo Social = 8
- Sentimento de Vitimação = 9

Tabela 10

Ordenação Decrescente dos Coeficientes de Correlação entre as Escalas

1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	7	9	6	6	5	2	9	8
7	1	8	9	2	7	8	7	2
8	8	2	8	8	8	1	2	7
9	9	1	5	1	6	9	1	3
5	5	7	1	7	9	5	5	1
3	3	5	3	9	2	6	3	5
6	6	6	7	3	3	3	6	6
4	4	4	2	4	4	4	4	4

É curioso notar a constância de certos pares como por exemplo: Anomia (7) e Sentimento de Falta de Normas (2) da escala de Alienação, Intolerância à Ambigüidade (5) e Autoritarismo (6), Cinismo Social (8) e Sentimento de Vitimação (9), Autoritarismo (6) e Responsabilidade Social (4), etc. Também há constância em tríades, como por exemplo: Anomia (7), Sentimento de Falta de Normas (2) e Sentimento de Impotência (1); Autoritaris

mo (6), Responsabilidade Social (4) e Sentimento de Isolamento Social (3). Do mesmo modo, se observarmos as ordenações totais de cada escala, nota-se grande coincidência quando comparadas àquelas que mais se assemelham, como por exemplo: Sentimento de Impotência Social, Sentimento de Falta de Normas e Anomia; Cinismo Social e Sentimento de Vitimação. Note-se também que as posições das escalas de Anomia, Falta de Normas, Responsabilidade Social e Autoritarismo apresentam-se constantes em todas as escalas. Enfim, o quadro mostra a existência de núcleos, que, se tomados ao acaso como ponto de partida para entender a engrenagem de relações, todos terminam na falta de responsabilidade e menosprezo da autoridade.

O estudo das correlações mostrou também que as afirmações teóricas com respeito à vinculação mútua das dimensões encontram reforço na nossa amostra. Assim observa-se que:

- Responsabilidade Social correlaciona-se inversamente não apenas com Anomia e Alienação, mas também com todas as dimensões estudadas;
- Anomia e Alienação apresentam correlação altamente significativa;
- Cinismo Social apresenta alta correlação com Anomia e Alienação;
- Autoritarismo e Intolerância à Ambigüidade, Cinismo Social e Sentimento de Vitimação estão fortemente relacionados;
- Isolamento Social apresenta grande associação com Sentimento de Vitimação.

Podendo parecer prematura, a análise das ordenações das correlações oferece um esboço do relacionamento que caracteriza o comportamento brasileiro. Encabeçado pela anomia e alienação, deixa claro o lugar atribuído para a responsabilidade social e autoritarismo, tendo de permeio o cinismo social e vitimação.

Embora dispondo destas indicações, maiores aprofundamentos são mostrados no conjunto de dados a seguir.

#### 4.4. Comportamento das Escalas nos Subgrupos

Nos comentários de Dean acerca do valor preditivo de sua escala para comportamentos políticos e sociais, idade e nível sócio-econômico destacam-se como fatores que apresentam maior força preditiva que a alienação.

A observação das médias alcançadas pelos sujeitos quando subdivididos por idade sugere a validade da afirmação de Dean. Os grupos de idade mais avançada e os mais jovens apresentaram valores médios na escala de Alienação, mais elevados que os adultos. A diferença entre as médias foi estatisticamente significativa entre jovens e adultos e entre jovens e idosos, porém, não se verificou significância entre adultos e idosos.

Tabela 11

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto à Idade

ESCALA	IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
		I	II	III		
Alienação: Total		13,923	12,196	-	3,770	p < 0,01
		13,923	-	12,571	2,704	p < 0,01
		-	12,196	12,571	0,674	n.s.

Obs.: I - Idade entre 17 e 24 anos

II - Idade entre 25 e 35 anos

III - Idade acima de 35 anos

Esta falha talvez se deva ao critério de indicação dos sujeitos aos grupos, que tomou, como ponto de corte para o grupo idoso, a idade fixada como limite para o cidadão poder candidatar-se a empregos e concursos. Mesmo assim leva-se em conta a tendência para a elevação da média, constatada no grupo com mais idade. Com base nesses resultados, insinua-se a interpretação a respeito da marginalização a que são submetidas, na nossa sociedade, as pessoas que não representam a força de trabalho, levando-as à maior alienação do que aqueles que se encontram na faixa considerada útil.

A observação das médias dos indivíduos, classificados quanto ao salário, mostra que quanto mais baixa a renda mais intenso parece ser o sentimento de alienação. As médias encontradas nos grupos tomados a partir do menor salário oscilaram entre 15,597 e 11,792. Isto confirma a formulação de Dean acerca da

importância social do indivíduo em função da renda. Os valores t para as diferenças entre as médias dos grupos de menor salário, constituídos por domésticas e trabalhadores não qualificados, comparados com os demais grupos, foram todos significantes no nível de 0,01.

Tabela 12

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Nível Salárial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Alienação: Total	15,597	13,557	-	-	-	3,598	p < 0,01
	15,597	-	12,762	-	-	4,773	p < 0,01
	15,597	-	-	11,282	-	6,608	p < 0,01
	15,597	-	-	-	11,782	7,091	p < 0,01
	-	13,557	12,762	-	-	1,523	n.s.
	-	13,557	-	11,282	-	3,984	p < 0,01
	-	13,557	-	-	11,782	2,760	p < 0,01
	-	-	12,762	11,282	-	2,438	p < 0,05
	-	-	12,762	-	11,782	1,439	n.s.
	-	-	-	11,282	11,782	0,668	n.s.

Obs: I - Grupo de pessoas que recebem 1 salário mínimo

II - Grupo de pessoas que recebem entre 2 e 5 s.mínimos

III - Grupo de pessoas que recebem entre 6 e 10 s.mínimos

IV - Grupo de pessoas que recebem entre 11 e 20 s.mínimos

V - Grupo de pessoas que recebem mais de 20 s. mínimos

A escolaridade apresentou a mesma tendência inversa.

Quanto menor a escolaridade maiores os escores na escala de alienação. Partindo-se da menor escolaridade as médias oscilaram entre 15,333 e 11,053. Os valores de t entre as médias dos grupos menos escolarizados (primário e primeiro grau) e mais escolarizados foram todos altamente significantes ao nível de 0,01.

Tabela 13

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Nível de Escolaridade

NÍVEL ESCOLARIDADE ESCALA	MÉDIAS					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Alienação: Total	15,333	15,403	-	-	-	-0,117	n.s.
	15,333	-	13,571	-	-	2,888	p < 0,01
	15,333	-	-	11,692	-	6,718	p < 0,01
	15,333	-	-	-	11,053	4,787	p < 0,01
	-	15,403	13,571	-	-	2,779	p < 0,01
	-	15,403	-	11,692	-	6,686	p < 0,01
	-	15,403	-	-	11,053	4,187	p < 0,01
	-	-	13,571	11,692	-	3,448	p < 0,01
	-	-	13,571	-	11,053	2,396	p < 0,05
	-	-	-	11,692	11,053	0,671	p < n.s.

- Obs.: I - Grupo de pessoas com primário  
 II - Grupo de pessoas com 1º grau  
 III - Grupo de pessoas com 2º grau  
 IV - Grupo de pessoas com 3º grau  
 V - Grupo de pessoas com pós-graduação

Quanto ao sexo o grupo feminino apresentou média mais

elevada do que o grupo masculino, cuja diferença foi significativa ao nível de 0,01.

Estes resultados confirmam as formulações teóricas de Seeman e Dean com respeito a maior incidência de alienação verificar-se entre grupos menos valorizados socialmente. A esse respeito vale assinalar que contrariamente ao dito nos estudos acerca do comportamento de estrangeiros convivendo com cultura diferente das suas, os escores de alienação encontrados na nossa amostra de estrangeiros foi sensivelmente inferior à observada entre os sujeitos brasileiros.

Tabela 14

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto ao Sexo

SEXO ESCALA	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	M	F		
Alienação: Total	12,395	13,553	-3,080	p < 0,01

Tabela 15

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	BRAS.	ESTRANG.		
Alienação: Total	13,426	12,542	2,183	p < 0,05

Isto parece trazer subsídios para a idéia sustentada

neste estudo a respeito da atitude negativa do brasileiro a tudo que se refere a ele próprio e a seu produto, embora tal interpretação necessite maiores aprofundamentos metodológicos, para permitir uma afirmação mais segura. Mesmo assim, respaldada na qualidade da escala, a observação parece significativa.

Os componentes da escala de alienação, tomadas separadamente, apresentaram valores diferenciais nos subgrupos conforme nossas hipóteses. Assim, na escala Sentimentos de Falta de Normas, os brasileiros obtiveram média mais alta que os estrangeiros, cuja diferença foi significativa ao nível de 0,01. Do mesmo modo, na escala de Anomia os brasileiros alcançaram maior média que os estrangeiros com uma diferença significativa ao nível de 0,01. Esse dado junta-se ao encontrado na escala de alienação para reforçar a hipótese levantada neste estudo acerca das atitudes de menosprezo do brasileiro com relação a si próprio. Não foram encontradas diferenças significativas para esse subgrupo nas escalas Sentimento de Impotência e Sentimento de Isolamento, embora os valores médios obtidos pelos brasileiros tenham se registrado mais elevados. Assim sendo, parece haver maior vulnerabilidade do brasileiro para alienação que os estrangeiros, ainda que se tome alienação como síndrome situacional e não como característica de personalidade, o que aumenta ainda mais a certeza de que o processo teve suas origens na colonização.

Tabela 16

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes)  
quanto a Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	BRAS.	ESTRANG.		
- Sentimento de Falta de Normas	3,590	3,142	2,835	p < 0,01
- Sentimento de Impotência Social	5,197	4,897	1,435	n.s.
- Sentimento de Isolamento Social	4,639	4,503	0,889	n.s.

Quanto ao sexo a escala Sentimento de Falta de Normas não ofereceu diferença significativa entre homens e mulheres, registrando-se média mais elevada para estas. Já na escala Sentimento de Impotência as mulheres alcançaram média bem mais elevada que os homens, cuja diferença foi significativa ao nível de 0,01. O mesmo se observa para a escala Sentimento de Isolamento. O sexo feminino registrou média mais alta que o masculino, com diferença significativa ao nível de 0,01.

Tabela 17

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes)  
quanto ao Sexo

ESCALA	SEXO	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
		M	F		
- Sentimento de Falta de Normas		3,383	3,439	-0,350	n.s.
- Sentimento de Impotência Social		4,722	5,325	-2,899	p < 0,01
- Sentimento de Isolamento Social		4,290	4,789	-3,305	p < 0,01

Quanto à idade a média dos jovens e das pessoas com mais idade foram mais elevadas que a dos adultos na escala Sentimento de Impotência, sendo a diferença significativa estatisticamente entre o grupo jovem com relação aos dois outros. Na escala Sentimento de Falta de Normas como na Escala Sentimento de Isolamento observou-se a mesma tendência dos grupos extremos em relação aos adultos.

Tabela 18

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes) quanto à Idade

ESCALA DE ALIENAÇÃO	IDADE	M É D I A S			t	NÍVEL DE SIGNIFI - CÂNCIA
		I	II	III		
- Sentimento de Impo - tência Social		5,456	4,589	-	3,753	p < 0,01
		5,456	-	4,952	1,990	p < 0,05
		-	4,589	4,952	1,250	n.s.
- Sentimento de Falta de Normas		3,599	3,232	-	1,980	p < 0,05
		3,599	-	3,295	1,590	n.s.
		-	3,232	3,295	1,304	n.s.
- Sentimento de Isola- mento Social		4,868	4,375	-	2,680	p < 0,05
		4,868	-	4,324	0,182	n.s.
		-	4,375	4,324	0,244	n.s.

O comportamento dos efeitos da escolaridade nos escores de Sentimento de Impotência mostrou-se mais acentuado no primário e primeiro grau que nos grupos com maior escolaridade. Todas as diferenças entre médias do primário com o universitário e pós-graduação, do primeiro grau com universitário e pós-graduação do segundo grau com pós-graduação, foram significantes aos níveis de 0,01 e 0,05.

Em relação à Sentimento de Falta de Normas o comportamento dos grupos foi o mesmo. As médias do primário e do primeiro grau diferiram significativamente ao nível de 0,05 da média

do segundo grau. Com o universitário e pós-graduação o primário apresentou diferença significativa ao nível de 0,01. O segundo grau diferiu do universitário mas não do pós-graduação.

A escala Sentimento de Isolamento apresentou resultados distintos das previsões de Seeman acerca do relacionamento entre isolamento e intelectualidade. No presente estudo o sintoma apresentou certa homogeneidade nos cinco grupos, tendo-se constatado média mais elevada nos sujeitos do primeiro grau.

Tabela 19

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes)  
quanto ao Nível de Escolaridade

ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Sentimento de Im potência Social	6,383	6,097	-	-	-	0,989	n.s.
	6,383	-	5,540	-	-	0,925	n.s.
	6,383	-	-	4,329	-	2,529	p < 0,05
	6,383	-	-	-	3,842	3,149	p < 0,01
	-	6,097	5,540	-	-	0,771	n.s.
	-	6,097	-	4,329	-	4,568	p < 0,01
	-	6,097	-	-	3,842	4,519	p < 0,01
	-	-	5,540	4,329	-	1,491	n.s.
	-	-	5,540	-	3,842	1,948	p < 0,05
	-	-	-	4,329	3,842	0,957	n.s.
Sentimento de Fal ta de Normas	4,133	4,290	-	-	-	0,563	n.s.
	4,133	-	3,556	-	-	2,228	p < 0,05
	4,133	-	-	2,928	-	5,452	p < 0,01
	4,133	-	-	-	2,842	3,489	p < 0,01
	-	4,290	3,556	-	-	2,514	p < 0,05
	-	4,290	-	2,928	-	5,871	p < 0,01
	-	4,290	-	-	2,842	3,155	p < 0,01
	-	-	3,556	2,928	-	2,867	p < 0,01
	-	-	3,556	-	2,842	1,716	n.s.
	-	-	-	2,928	2,842	0,228	n.s.
Sentimento de Iso lamento Social	4,817	5,016	-	-	-	-0,745	n.s.
	4,817	-	4,476	-	-	1,223	n.s.
	4,817	-	-	4,436	-	1,656	n.s.
	4,817	-	-	-	4,368	1,160	n.s.
	-	5,016	4,476	-	-	2,038	p < 0,05
	-	5,016	-	4,436	-	2,601	p < 0,01
	-	5,016	-	-	4,368	1,737	n.s.
	-	-	4,476	4,436	-	0,183	n.s.
	-	-	4,476	-	4,368	0,273	n.s.
	-	-	-	4,436	4,368	0,183	n.s.

Em relação ao nível salarial encontrou-se certa vinculação de dependência de Sentimento de Impotência e condições de salário. Assim grupos de menor renda obtiveram a média mais alta, apresentando diferenças significantes com todos os outros grupos. Também o grupo que percebe entre 2 e 5 salários apresentou diferenças significantes com os outros grupos de maior renda.

As médias alcançadas na escala Sentimento de Falta de Normas foram todas estatisticamente diferentes ao nível de 0,01 para todos os grupos, quando comparados com o grupo de renda mais baixa. Sentimento de Isolamento relativamente a salário revelou maiores médias para os grupos de menor salário.

O exame destes resultados leva a concluir sobre a confirmação das hipóteses levantadas no estudo.

Tabela 20

Valores t para Diferenças entre Médias de Alienação (Componentes)  
quanto ao Nível Salarial

ESCALA DE ALIENAÇÃO	NÍVEL SALARIAL	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNI FICÂNCIA
		I	II	III	IV	V		
Sentimento de Im- potência Social	6,075	5,492	-	-	-	2,017	p < 0,05	
	6,075	-	4,774	-	-	4,015	p < 0,01	
	6,075	-	-	4,310	-	4,958	p < 0,01	
	6,075	-	-	-	4,418	4,403	p < 0,01	
	-	5,492	4,774	-	-	2,649	p < 0,01	
	-	5,492	-	4,310	-	3,979	p < 0,01	
	-	5,492	-	-	4,418	3,377	p < 0,01	
	-	-	4,774	4,310	-	1,381	n.s.	
	-	-	4,774	-	4,418	0,997	n.s.	
-	-	-	4,310	4,418	-0,275	n.s.		
Sentimento de Fal- ta de Normas	4,239	3,492	-	-	-	3,206	p < 0,01	
	4,239	-	3,286	-	-	3,767	p < 0,01	
	4,239	-	-	2,901	-	5,247	p < 0,01	
	4,239	-	-	-	3,109	3,466	p < 0,01	
	-	3,492	3,286	-	-	0,916	n.s.	
	-	3,492	-	2,901	-	2,547	p < 0,05	
	-	3,492	-	-	3,109	1,508	n.s.	
	-	-	3,286	2,901	-	1,516	n.s.	
	-	-	3,286	-	3,109	0,646	n.s.	
-	-	-	2,901	3,109	-0,754	n.s.		
Sentimento de Iso- mento Social	5,284	4,574	-	-	-	3,156	p < 0,01	
	5,284	-	4,702	-	-	2,466	p < 0,05	
	5,284	-	-	4,070	-	5,058	p < 0,01	
	5,284	-	-	-	4,255	3,942	p < 0,01	
	-	4,574	4,702	-	-	-0,590	n.s.	
	-	4,574	-	4,070	-	2,230	p < 0,05	
	-	4,574	-	-	4,255	1,271	n.s.	
	-	-	4,702	4,070	-	2,634	p < 0,01	
	-	-	4,702	-	4,255	1,693	n.s.	
-	-	-	4,070	4,255	-0,688	n.s.		

## Escala de Responsabilidade Social

Os resultados obtidos nesta escala foram surpreendentes e não confirmaram as hipóteses levantadas. Era esperado que a escala se comportasse inversamente às escalas de alienação e anomia, porém, tal não ocorreu. Quando se toma os grupos quanto à descendência, observa-se que não houve diferença significativa entre os grupos de brasileiros ( $\bar{X} = 4,561$ ) e estrangeiros ( $\bar{X} = 4,703$ ), embora ligeiramente mais baixa para os primeiros. Quando se constata que estes apresentaram maiores incidências de anomia e alienação comparados aos estrangeiros, esperava-se que sua média fosse sensivelmente inferior.

O resultado não pode ser considerado independentemente dos encontrados nestas duas escalas, e nas escalas de cinismo social, sentimento de vitimação, que foram consideravelmente mais acentuados no grupo brasileiro. Estas considerações justificam a anomia encontrada no grupo referido, bem como seu nível de alienação.

Em relação ao sexo tampouco encontrou-se diferença estatisticamente significativa entre as médias alcançadas pelos homens ( $\bar{X} = 4,56$ ) e pelas mulheres ( $\bar{X} = 4,65$ ).

Observou-se relação direta entre as médias de Responsabilidade Social e a idade. Porém a diferença só foi significativa entre as médias dos jovens e a dos adultos; os mais velhos situando-se como marginais, de quem já nada mais se espera.

Tabela 21

Valores de t para Diferenças entre Médias de Responsabilidade Social quanto à Idade

ESCALA \ IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III		
Responsabilidade Social	4,516	4,670	-	-3,430	p < 0,01
	4,516	-	4,733	-1,560	n.s.
	-	4,670	4,733	-0,396	n.s.

Quanto ao nível de escolaridade houve também relação direta. O grupo de universitários apresentou a média mais alta e o grupo de primeiro grau teve a média mais baixa. As diferenças entre médias foram todas estatisticamente significantes.

Tabela 22

Valores de t para Diferenças entre Médias de Responsabilidade Social quanto ao Nível de Escolaridade

ESCOLA \ ESCOLARIDADE	MÉDIAS					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Responsabilidade Social	4,383	4,065	-	-	-	1,719	n.s.
	4,383	-	4,683	-	-	-1,523	n.s.
	4,383	-	-	4,872	-	-2,982	p < 0,01
	4,383	-	-	-	4,316	0,259	n.s.
	-	4,065	4,683	-	-	2,929	p < 0,01
	-	4,065	-	4,872	-	-4,803	p < 0,01
	-	4,065	-	-	4,316	0,820	n.s.
	-	-	4,683	4,872	-	-1,125	n.s.
	-	-	4,683	-	4,316	1,126	n.s.
	-	-	-	4,872	4,316	1,610	n.s.

Também em relação a nível salarial observou-se a tendência para maiores médias para os grupos mais valorizados soci-

almente, apesar de não se ter encontrado diferenças significan -  
tes entre os grupos, excetuando-se o grupo com um salário que  
apresentou significância de 0,05 com o terceiro e quarto grupos.

Tabela 23

Valores t para Diferenças entre Médias de Responsabilidade So -  
cial quanto ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL  ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Responsabilidade Social	4,388	4,557	-	-	-	-0,949	n.s.
	4,388	-	4,798	-	-	-2,216	p < 0,05
	4,388	-	-	4,789	-	-2,291	p < 0,05
	4,388	-	-	-	4,527	-0,965	n.s.
	-	4,557	4,798	-	-	-1,362	n.s.
	-	4,557	-	4,789	-	-1,296	n.s.
	-	4,557	-	-	4,527	0,149	n.s.
	-	-	4,798	4,789	-	0,048	n.s.
	-	-	4,798	-	4,527	1,290	n.s.
	-	-	-	4,789	4,527	1,297	n.s.

Nota-se tanto neste subgrupo como no educacional, que  
os grupos extremos parecem não envolvidos no processo social, en-  
quanto o campo de tensões parece recair sobre os grupos direta -  
mente engajados no processo, embora não necessariamente nas deci -  
sões.

### Escala de Intolerância à Ambigüidade

A comparação das médias obtidas pelo grupo dividido quanto à descendência mostrou significância ao nível de 0,01 com os brasileiros apresentando maior incidência do sintoma. Em relação ao sexo não foi encontrada diferença significativa entre homens ( $\bar{X} = 4,16$ ) e mulheres ( $\bar{X} = 3,97$ ) apesar do grupo masculino apresentar média ligeiramente mais elevada. Tampouco registrou-se diferença estatisticamente significativa entre as médias dos sujeitos quando classificados por grupos de idade. Assinale-se, para informação, que o grupo de mais idade apresentou a maior média.

Tabela 24

Valores t para Diferenças entre Médias de Intolerância à Ambigüidade quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	BRAS.	ESTRANG.		
Intolerância à Ambigüidade	4,221	3,768	2,634	p < 0,01

Relativamente ao nível de instrução os resultados parecem confirmar as hipóteses de Budner acerca da dependência deste sintoma com o grau de instrução. Diz Budner: quanto mais baixa a escolaridade maiores os escores na escala de Intolerância à Ambigüidade. Assim, o primário obteve média igual a 5,47 observando-se decréscimo progressivo neste valor com o aumento de escolaridade, até o pós-graduação que registrou o valor não importante de 2,84. As diferenças entre as médias dos grupos foram pratica-

mente todas significantes ao nível de 0,01. Universitários e pós-graduados não registraram diferenças significantes.

Tabela 25

Valores t para Diferenças entre Médias de Intolerância à Ambigüidade quanto ao Nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Intolerância à Ambigüidade	5,467	4,710	-	-	-	3,181	p < 0,01
	5,467	-	4,143	-	-	4,940	p < 0,01
	5,467	-	-	3,482	-	7,582	p < 0,01
	5,467	-	-	-	2,842	6.800	p < 0,01
	-	4,710	4,143	-	-	2,140	p < 0,05
	-	4,710	-	3,482	-	5,434	p < 0,01
	-	4,710	-	-	2,842	4,741	p < 0,01
	-	-	4,143	3,482	-	2,861	p < 0,01
	-	-	4,143	-	2,842	2,904	p < 0,01
	-	-	-	3,482	2,842	1,604	n.s.

O mesmo comportamento observou-se nos resultados da escala em função do nível salarial. Os grupos, percebendo menores salários, obtiveram médias mais altas que os grupos com rendimentos mais altos. As médias oscilaram entre  $\bar{X} = 6,91$  para o grupo que declarou receber um salário mínimo e  $\bar{X} = 5,56$  para o grupo que declarou receber mais de vinte salários.

Tabela 26

Valores t para Diferenças entre Médias de Intolerância à Ambigüidade quanto ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Intolerância à Ambigüidade	4,731	4,369	-	-	-	1,478	n.s.
	4,731	-	3,619	-	-	4,134	p < 0,01
	4,731	-	-	3,803	-	3,279	p < 0,01
	4,731	-	-	-	3,455	5,696	p < 0,01
	-	4,369	3,619	-	-	3,191	p < 0,01
	-	4,369	-	3,803	-	2,273	p < 0,05
	-	4,369	-	-	3,455	3,348	p < 0,01
	-	-	3,619	3,803	-	-0,665	n.s.
	-	-	3,619	-	3,455	0,545	n.s.
-	-	-	3,803	3,455	1,098	n.s.	

O exame destes resultados permitiu mais uma vez localizar uma situação de inferioridade entre aqueles grupos que demonstraram escores elevados nas escalas de alienação e anomia. Trata-se de uma representação de adaptação pela rigidez e convencionalismo quando faltam recursos cognitivos e emocionais para um funcionamento autônomo. Servem estes dados para corroborar os resultados até agora apresentados.

#### Escala de Autoritarismo

Os resultados nesta escala apresentaram comportamentos

inversos aos que se vinha observando nos subgrupos descendência e idade. Aqui os escores mais altos registraram-se entre estrangeiros quando comparados aos brasileiros, com uma diferença significativa ao nível de 0,05. Ao se observar esta discrepância tem-se comprovação da independência dos construtos autoritarismo e intolerância à ambigüidade. Na medida em que houve discrepância, pode-se também supor que autoritarismo tem significado diferente para os dois grupos. É possível que o conceito tenha uma carga emocional dolorosa para os brasileiros, bloqueando a percepção do papel ordenador da autoridade num sistema. São suposições levantadas para investigação posterior. No momento certa confirmação para isto é dada pelos resultados da escala em função da idade. O grupo mais velho obteve maior média que os jovens e os adultos, cujas diferenças foram significantes ao nível de 0,01.

Não se observou diferença entre os sexos.

Tabela 27

Valores t para Diferenças entre Médias de Autoritarismo quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA	BRAS.	ESTRANG.	t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	$\bar{X}$	$\bar{X}$		
ESCALA				
Autoritarismo	5,824	6,348	1,948	p < 0,05

Tabela 28

Valores t para Diferenças entre Médias de Autoritarismo quanto à idade

IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III		
ESCALA					
Autoritarismo	5,137	6,009	-	-2,800	p < 0,01
	5,137	-	7,590	-7,029	p < 0,01
	-	6,009	7,590	-4,910	p < 0,01

Esta linha de pensamento não encontra sustentação total em relação à educação e rendimento. Ao se observar as flutuações das médias dos sujeitos, verifica-se que as mais altas encontram-se entre os grupos das camadas mais baixas. Em relação à educação as médias decresceram progressivamente do primário para a pós-graduação, com diferenças significantes ao nível de 0,01 e 0,05 para o primário e segundo grau. Em relação ao salário o grupo com um salário obteve média igual à 6,91 e o grupo com mais de vinte salários alcançou a média 5,56. Embora as diferenças não tenham sido grandes, houve significância no nível de 0,01 do primeiro grupo em relação aos demais. É preciso notar que persiste ainda a suposição de haver diversidade entre os grupos sobre a maneira de perceber autoridade, e que é possível haver maior liberdade para os grupos que alcançam prestígio social. Mesmo que estes dados venham de encontro às nossas elaborações com respeito à alienação, são necessários estudos comprobatórios posteriores.

Tabela 29

Valores t para Diferenças entre Médias de Autoritarismo quanto  
ao Nível Educacional

NÍVEL EDUCACIONAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Autoritarismo	7,783	7,032	-	-	-	1,936	n.s.
	7,783	-	6,746	-	-	2,463	p < 0,05
	7,783	-	-	5,082	-	7,491	p < 0,01
	7,783	-	-	-	4,526	5,549	p < 0,01
	-	7,032	6,746	-	-	0,646	n.s.
	-	7,032	-	5,082	-	5,329	p < 0,01
	-	7,032	-	-	4,526	4,296	p < 0,01
	-	-	6,746	5,082	-	6,232	p < 0,01
	-	-	-	-	4,526	3,507	p < 0,01
	-	-	-	5,082	4,526	1,393	n.s.

Tabela 30

Valores t para Diferenças entre Médias de Autoritarismo quanto  
ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Autoritarismo	6,910	6,074	-	-	-	2,075	p < 0,05
	6,910	-	5,631	-	-	2,995	p < 0,01
	6,910	-	-	5,944	-	1,979	p < 0,05
	6,910	-	-	-	5,564	3,901	p < 0,01
	-	6,074	5,631	-	-	1,204	n.s.
	-	6,074	-	5,944	-	0,313	n.s.
	-	6,074	-	-	5,564	1,217	n.s.
	-	-	5,631	5,944	-	-0,699	n.s.
	-	-	5,631	-	5,564	0,154	n.s.
	-	-	-	5,944	5,564	0,757	n.s.

## Escala de Anomia

O estudo exploratório (Sigelmann, 1981) que precedeu ao desenvolvimento deste trabalho, visando a investigação da hipótese teórica de Merton sobre a existência de relação inversa entre anomia e "status" sócio-econômico-educacional, derrubou nossa suposição de que haveria um estado geral de satisfação da população com o modo de organização funcional da nossa sociedade, elaborada com base na observação da disseminação dos desvios comportamentais nas relações homem-sistema. Os resultados agora apresentados repetem aqueles. Tanto quanto possível outros fatores foram escolhidos para produzir maior segurança à interpretação da complexidade do problema.

Neste trabalho o nível de anomia encontrado no grupo brasileiro foi mais acentuado que o dos estrangeiros, que diferiram ao nível de 0,01. Esse resultado tanto quanto o de alienação oferecem subsídios para sustentação da hipótese deste trabalho.

Tabela 31

Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	MÉDIAS		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	BRASIL.	ESTRANG.		
Anomia	3,107	2,381	4,808	p < 0,01

A observação da flutuação das médias nos grupos classificados por idade mostra, conforme hipotetizado, que a anomia va

ria inversamente com a idade. O grupo jovem apresentou a média mais alta, diferindo da média dos adultos ao nível de 0,05 e da média dos mais velhos ao nível de 0,01.

Tabela 32

Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto à Idade

ESCALA	IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFICAÇÃO
		I	II	III		
Anomia		3,082	2,732	-	1,970	p < 0,05
		3,082	-	2,476	3,241	p < 0,01
		--	2,732	2,476	1,185	n.s.

Quanto ao nível escolaridade registrou-se a mesma relação com o grupo do primário apresentando a maior média, seguida pelo primeiro grau, decrescendo a valor muito pequeno no grupo com pós-graduação. As diferenças foram todas significativas ao nível de 0,01, excetuando-se universitários e pós-graduação entre os quais não houve diferença estatística.

O comportamento dos grupos em função do salário assemelhou-se ao educacional. O grupo de menor salário apresentou a maior média e o grupo com maior salário apresentou a menor média. Todas as diferenças significantes aos níveis de 0,01 e 0,05.

Tabela 33

Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto ao Nível de Escolaridade

ESCOLARIDADE ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Anomia	3,600	3,592	-	-	-	0,036	n.s.
	3,600	-	2,921	-	-	2,716	p < 0,01
	3,600	-	-	2,415	-	5,512	p < 0,01
	3,600	-	-	-	1,737	5,189	p < 0,01
	-	3,592	2,921	-	-	2,739	p < 0,01
	-	3,592	-	2,415	-	5,578	p < 0,01
	-	3,592	-	-	1,737	5,110	p < 0,01
	-	-	2,921	2,415	-	2,353	p < 0,05
	-	-	2,921	-	1,737	2,888	p < 0,01
	-	-	-	2,415	1,737	1,832	n.s.

Tabela 34

Valores t para Diferenças entre Médias de Anomia quanto ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Anomia	3,478	3,066	-	-	-	1,916	n.s.
	3,478	-	2,631	-	-	3,559	p < 0,01
	3,478	-	-	2,324	-	4,974	p < 0,01
	3,478	-	-	-	2,436	5,455	p < 0,01
	-	3,066	2,631	-	-	2,014	p < 0,05
	-	3,066	-	2,324	-	3,388	p < 0,01
	-	3,066	-	-	2,436	2,551	p < 0,05
	-	-	2,631	2,324	-	1,253	n.s.
	-	-	2,631	-	2,436	0,709	n.s.
	-	-	-	2,324	2,436	-0,412	n.s.

Ao se observar esses resultados, verifica-se que as hipóteses deste trabalho foram confirmadas, excetuando-se para a variável sexo, já que se esperava encontrar índice mais elevado para as mulheres.

### Escala de Cinismo Social

Os resultados obtidos por brasileiros nesta escala foram diferentes ao nível de 0,01 dos resultados obtidos pelos estrangeiros. Este resultado oferece subsídios para a interpretação da discrepância encontrada nos escores dos brasileiros na escala Responsabilidade Social. É preciso fazer uma ressalva no sentido de não se interpretar com severidade o grupo brasileiro, imputando só a ele a dimensão, já que o escore dos estrangeiros também é considerado alto.

A interpretação deve recair sobre a relação e a intensidade.

Em relação ao sexo, embora encontrando-se médias altas, em torno de seis para os dois grupos, e observando-se ligeira elevação para o grupo feminino ( $\bar{X} = 6,42$ ), não se registrou diferença significativa.

Tabela 35

Valores t para Diferenças de Médias de Cinismo Social quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	M É D I A S		t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	BRAS.	ESTRANG.		
Cinismo Social	6,811	5,432	5,223	p < 0,01

Para a idade observou-se que os grupos extremos apresentaram médias mais elevadas. Só houve diferença estatisticamente significativa entre a média dos jovens e a dos adultos, ao nível de 0,05.

Tabela 36

Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto à Idade

ESCALA	IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
		I	II	III		
Cinismo Social		6,593	5,920	-	2,160	p < 0,05
		6,593	-	6,105	1,456	n.s.
		-	5,920	6,105	-0,480	n.s.

Quanto à educação não foram identificadas diferenças entre os grupos com menos escolaridade, a saber primário e primeiro grau, mas sim entre estes e os demais ao nível de 0,01. O mesmo comportamento observou-se quanto ao salário. A média mais alta foi obtida pelo grupo de menor salário e a mais baixa pelo grupo de maior salário. As diferenças foram todas estatisticamente significantes.

Tabela 37

Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto  
ao Nível Educacional

NÍVEL EDUCACIONAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Cinismo Social	7,650	7,387	-	-	-	0,547	n.s.
	7,650	-	6,286	-	-	2,739	p < 0,01
	7,650	-	-	5,621	-	5,469	p < 0,01
	7,650	-	-	-	5,000	4,089	p < 0,01
	-	7,387	6,286	-	-	2,202	p < 0,05
	-	7,387	-	5,621	-	4,773	p < 0,01
	-	7,387	-	-	5,000	3,464	p < 0,01
	-	-	6,286	5,621	-	1,807	n.s.
	-	-	6,286	-	5,000	1,781	n.s.
	-	-	-	5,621	5,000	1,047	n.s.

Tabela 38

Valores t para Diferenças entre Médias de Cinismo Social quanto  
ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Cinismo Social	7,284	6,869	-	-	-	1,025	n.s.
	7,284	-	5,940	-	-	2,866	p < 0,01
	7,284	-	-	5,225	-	4,834	p < 0,01
	7,284	-	-	-	5,600	4,744	p < 0,01
	-	6,839	5,940	-	-	2,491	p < 0,05
	-	6,869	-	5,225	-	4,711	p < 0,01
	-	6,869	-	-	5,600	3,204	p < 0,01
	-	-	5,940	5,225	-	1,792	n.s.
	-	-	5,940	-	5,600	0,751	n.s.
	-	-	-	5,225	5,600	-0,976	n.s.

Escala de Sentimento de Vitimação

Verificou-se nesta escala que o grupo de brasileiros a apresentou média mais elevada que os estrangeiros e a diferença en tre elas foi altamente significativa ao nível de 0,01. Não se ob- servou diferença significativa entre os grupos por sexo.

Tabela 39

Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitima -  
ção quanto à Descendência

DESCENDÊNCIA ESCALA	M É D I A S		t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	BRAS.	ESTRANG.		
Sentimento de Vitimação	4,381	3,335	6,417	p < 0,01

Com relação à idade, a média mais alta coube ao grupo jovem e os mais idosos apresentaram a média menor. A diferença en tre os grupos foi significativa ao nível de 0,01.

Quanto ao nível educacional observou-se o contrário do que vem acontecendo com as outras escalas. Foi o grupo universi- tário que apresentou a média mais alta e muito distante dos ou- tros grupos, cujas médias foram sensivelmente inferiores.

Tabela 40

Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto  
à Idade

ESCALA IDADE	MÉDIAS			t	NÍVEL DE SIGNIFI- CÂNCIA
	I	II	III		
Sentimento de Vitimação	4,467	3,634	-	4,186	p < 0,01
	4,467	-	3,486	4,809	p < 0,01
	-	3,634	3,486	0,682	n.s.

Tabela 41

Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto ao Nível de Escolaridade

Escala	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Sentimento de Vitimação	4,400	4,839	-	-	-	-1,503	n.s.
	4,400	-	3,968	-	-	1,510	n.s.
	4,400	-	-	8,687	-	2,934	p < 0,01
	4,400	-	-	-	2,789	4,414	p < 0,01
	-	4,839	3,968	-	-	2,894	p < 0,01
	-	4,839	-	8,687	-	4,664	p < 0,01
	-	4,839	-	-	2,789	4,848	p < 0,01
	-	-	3,968	8,687	-	1,181	n.s.
	-	-	3,968	-	2,789	2,897	p < 0,01
	-	-	-	8,687	2,789	2,262	p < 0,05

Esses resultados escaparam ao pensamento desenvolvido neste trabalho, supondo-se estarem refletindo uma problemática da atualidade, quando de fato trata-se do grupo com mais privilégio social. Mas a interpretação é prematura desde que não se dispõe de elementos de controle que garantam sua confiabilidade.

No que diz respeito ao nível salarial a tendência voltou a registrar-se, as médias mais altas entre os grupos de menor salário e as mais baixas entre os grupos de maior salário, oferecendo diferenças significativas aos níveis de 0,05 e 0,01.

Tabela 42

Valores t para Diferenças entre Médias de Sentimento de Vitimação quanto ao Nível Salarial

NÍVEL SALARIAL ESCALA	M É D I A S					t	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
	I	II	III	IV	V		
Sentimento de Vi- timação	4,522	4,377	-	-	-	0,558	n.s.
	4,522	-	3,929	-	-	2,118	p < 0,05
	4,522	-	-	3,394	-	4,355	p < 0,01
	4,522	-	-	-	3,236	-3,336	p < 0,01
	-	4,377	3,929	-	-	1,814	n.s.
	-	4,377	-	3,394	-	4,079	p < 0,01
	-	4,377	-	-	3,236	4,179	p < 0,01
	-	-	3,929	3,394	-	2,082	p < 0,05
	-	-	3,929	-	3,236	2,389	p < 0,05
	-	-	-	3,394	3,236	0,603	n.s.

#### 4.5. Conclusões

Resumindo os dados apresentados neste capítulo, pode-se concluir que, em sua maioria, as hipóteses foram confirmadas. Assim:

- encontraram-se níveis elevados de anomia e alienação, e entre os brasileiros estes foram superiores aos dos estrangeiros;
- os níveis de anomia e alienação variaram em função da idade, des

cendência, educação e salário, mas não se encontraram diferenças significantes quanto ao sexo;

- foi confirmada a hipótese da superioridade dos escores nestas dimensões nos grupos com menor possibilidade de atuação na sociedade, a saber: jovens, idosos, baixa escolaridade e baixa renda, mas não em relação às mulheres;
- as mesmas hipóteses foram confirmadas para autoritarismo, intolerância à ambigüidade, cinismo social e sentimento de vitimação;
- apesar da direção inversa apontada na escala de responsabilidade social com as demais, estudadas em termos de correlação, a relação não foi significativa, excetuando-se anomia e sentimento de falta de normas da escala de alienação;
- ao contrário do esperado, o grupo de brasileiros manifestou alto índice de responsabilidade social;
- esta discrepância encontra justificativa nos altos níveis de cinismo social e sentimento de vitimação, tomando-se por base para esta relação os dados encontrados nos estudos de fidedignidade e análise dos itens das escalas, bem como o estudo das correlações entre as escalas;
- a inferioridade dos escores de autoritarismo encontrado no grupo de brasileiros em relação aos estrangeiros pode corroborar a justificativa apontada para os altos níveis de responsabilidade social e cinismo social;
- nível de intolerância à ambigüidade, encontrado entre brasilei-

ros, pode justificar a dificuldade para agir com autonomia que exigem as situações ambíguas;

- os sentimentos de vitimação pode ser interpretado como um refúgio na autocomiseração para uma situação de impotência social, bem como justificativa para desvios de conduta, cuja responsabilidade é atribuída ao sistema como tal;
- supõe-se que tanto a anomia quanto a alienação são dimensões que entraram na formação dos traços culturais do brasileiro;
- a suposição acima reforça a hipótese de Merton acerca da dependência da anomia psicológica com relação à anomia da estrutura social, como também a hipótese Marxista da alienação tomada em seu aspecto humanista;
- apesar dos resultados terem apresentado suficiente confirmação para as teorias e hipóteses deste trabalho, conclusões mais precisas necessitam o desenvolvimento de estudos que exerçam maior controle e permitam a manipulação das variáveis.

## CAPÍTULO V - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A análise precedente permitiu se insinuasse a interpretação de que a anomia existe entre nós, desde longa data, tanto na organização social quanto no espírito das pessoas. Pôde-se também constatar que os conceitos de anomia, apresentados na revisão da literatura, encontram sustentação empírica, em toda sua variedade. Saliente-se que para proferir esta afirmação abraçou-se uma perspectiva metodológica mais ampla do que aquela dos modelos que buscam equiparar-se ao da ciência física. A adoção deste ponto de vista permitiu um mergulho na teorização, reunindo-se observação sistemática e assistemática dos fatos. Cabem, no entanto, alguns comentários.

Conforme constatou-se neste estudo, o conceito de anomia carece de definição unívoca, e tal equivocidade poderia servir de justificativa para a rejeição interpretativa que se pretende fazer da nossa realidade. Para exercer algum limite sobre o conceito, sem perder muito da sua amplitude, a conotação que se emprestou à anomia, neste trabalho, pautou-se na percepção individual de uma realidade interna e externa carente de ordem. Secundou esta conotação a idéia de que percepção envolve um diáde: sujeito e objeto, ambos corresponsáveis pelo produto percebido. A ação recíproca entre os dois elementos dá margem para a afirmação de que a anomia não existe apenas no sujeito, mas também se configura no objeto. Concebe-se que esta interação influi sobre a ação comportamental e crie um conjunto de condutas adaptativas igualmente anômicas. Isto implica em retomar todos os significados do termo anomia, os quais passam então a consolidar

as estratégias de ação, específicas a cada situação. A variável anomia pode ser descrita operacionalmente por meio de numerosos indicadores, todos envolvendo como característica comum, o traço violação de regras. Conforme assinala Maluf (1979), sabe-se que generalizações de tal porte levam a deslizes metodológicos e distorções teóricas perigosas. Incluir, por exemplo, na mesma categoria comportamentos tão diversos como: alcoolismo, aborto, corrupção, plágio, desproporção entre oferta e procura de emprego, agressividade urbana, divórcio, super valorização de bens materiais, proliferação de seitas religiosas e etc., pode parecer, do ponto de vista metodológico tradicional, uma pretensão ambiciosa. Todavia, se entendermos uma sociedade como um sistema que reúne um conjunto de objetos em interação, dotados de propriedades qualitativas e quantitativas que se influenciam mutuamente, as relações daí resultantes não de construir uma totalidade coesa e unificada pelas trocas exercidas entre seus elementos. Neste estudo, não importa o conteúdo das relações, mas sim o aspecto relacional em si mesmo. Então, se o sistema se define por um conjunto de regras comportamentais e normas ético-jurídicas, tudo aquilo que, de forma sistemática, violar o estabelecido, afeta o sistema e vice-versa, podendo levar à desorganização. A grande variedade de definições de anomia, envolvendo diversos assuntos, tem em comum, como já foi dito, o caráter de violação de regras. Sob o abrigo deste traço, torna-se possível, independentemente de preocupações etiológicas, estruturar as dissemelhanças sob uma única denominação genérica. Naturalmente, a simplicidade aconselha abordar um problema com conceitos bem definidos e bem específicos em relação ao tema. Neste estudo não houve, na verdade, preocupação em restringir a definição do conceito. Não

se procurou causas de cada uma das variáveis envolvidas no conceito de anomia. Houve, sim, a ambição de desnudar o problema e explicitar a presença do fenômeno no nosso meio. A descrição alcançada evidenciou a possibilidade futura de aprofundar a exploração do conceito, em estudos mais delimitados, de acordo com a variante de anomia que se escolher.

Outro aspecto da definição, que trouxe alguma dificuldade de interpretativa, refere-se ao momento a partir do qual a anomia passa a existir. Todas as definições fazem referência a eventos que, introduzidos no sistema de forma brusca, desencadeiam a anomia. Os autores referem-se à anomia como algo resultante do surgimento de algum evento capaz de provocar desorganização brusca e repentina nos padrões culturalmente aceitos. Assim, em Durkheim, a anomia resulta da divisão do trabalho; em Merton, a anomia sucede a uma quebra repentina de padrões morais e comportamentais, em consequência de fatores da estrutura social; em Mac Iver, Riesman, Glazer, Denney e Srole, a anomia refere-se ao estado de espírito de alguém que foi arrancado de suas raízes morais; em de Grazia, a anomia vincula-se ao destroçamento ideológico.

No nosso caso, não se identificou um evento ocorrido recentemente, tão vital a ponto de assumir força suficiente para alterar valores e padrões de conduta básicos, salvo aqueles provenientes da disseminação da tecnologia. Estes, no entanto, não são específicos da nossa cultura. A anomia, resultante da tecnologia e da evolução do saber, delinea-se de forma universal, embora se some aos problemas já existentes e os acentue.

O que a nosso ver parece importante, para o diagnóstico

co da anomia no nosso meio, remonta aos acontecimentos que marcaram nossa colonização. Desde os primórdios da nossa organização social, tem-se notícias da carência de um conjunto de valores comuns, governando igualmente a conduta de todos. A ausência de padrões, contada pelos historiadores, que caracterizava o Brasil Colônia, parece ter persistido ao longo dos anos. Deduz-se, a partir desta observação, que vivemos num estado de anomia crônico. Acrescente-se que Portugal vivia crise político-econômica, na época em que aqui chegou. Trouxe, portanto, sua própria anomia. Por outro lado, os elementos trazidos para povoar o território, eram em parte, degradados e, posteriormente, somaram-se aos portugueses elementos arrancados de seus meios, judeus convertidos, estrangeiros aventurando vida melhor, todos reunindo um conjunto de fatores identificados nos estudos teóricos e empíricos, como propiciadores da anomia. Tudo isso reforça a interpretação de que a anomia contribuiu essencialmente para o estilo de organização social que aqui se formou, e é vivido ainda hoje.

Todavia, se estes fatores configuram os traços de desorganização encontrados no procedimento das pessoas que usam as leis, regras e normas ao se relacionarem com o sistema, não chegam a ser necessariamente desfuncionais para a estrutura global. Apenas tipificam uma realidade, uma maneira de ser e de ver o mundo, nem melhor, nem pior que outras.

A esse respeito lembramos que Parsons, Dubin e Adler admitem em suas definições de anomia um teor inovador que pode gerar comportamentos construtivos. Ainda no caso destes identificarem-se a condutas desviadas, sua expressão será positiva quando seguida de êxito ou aprovação. Vale assinalar, no entanto, que

a concessão destes decorre do assentimento do próprio grupo, e da natureza da estrutura social, que comporta esta flexibilidade, sem prejuízo vital. Em consequência pode-se, por extensão, endossar o ponto de vista de Merton, que estabelece estreita vinculação entre estrutura social e anomia. Encampa-se, do mesmo modo, a posição inversa firmada por Cohen, referente às noções de organização e desorganização. Toda organização social, na opinião de Cohen, possui elasticidade suficiente para suportar certa tensão até um ponto crítico, a partir do qual se introduz a desorganização. Este limiar depende em grande parte da resistência e características de seus componentes. A este respeito acredita-se que, no nosso caso, a anomia se enfraquece pela presença da alienação. Esta abre um vazadouro, pelo qual a tensão se extravasa, através de derivações no cinismo social e na autocomiseração. Por este processo devolve o poder à autoridade que se vê compelida a exercer o controle para restabelecer o equilíbrio do sistema, dentro do modelo cultural existente, com suas características específicas, configurando um círculo vicioso. Este círculo torna-se mais evidente nas posições de Merton, Parsons e Mayo, cujas opiniões baseiam-se nos pressupostos da estabilidade da estrutura social, na função de cada elemento para a manutenção do sistema e na existência de valores comuns a todas as camadas da sociedade. Já na posição representada por Cohen o conflito é inerente ao processo social como meio de evolução.

Segue-se desse arrazoado que, dentre as acepções do termo anomia, classificadas no brilhante estudo de Davol e Reimans como: enfermidade mental, resposta aos câmbios sociais, discrepâncias entre metas culturais e meios institucionalizados, e

estilo de vida, parece recair sobre esta última a aceção que melhor expressa a nossa realidade social.

Dentro desta linha de raciocínio, percebe-se que a consequência mais grave do tipo de organização que aqui se implantou recaiu sobre o próprio homem. Sua essência foi minada na medida em que se alienou ante si mesmo e tornou-se impotente frente a um mundo que tem a diretriz do seu destino.

O conceito de alienação remete à idéia de passividade, conformismo e acomodação, frente a uma realidade incontornável, incompreensível e inalcançável, sobre a qual o indivíduo não tem qualquer poder e, portanto, dela não participa de modo espontâneo e criativo.

Analisando-se as definições de alienação, percebe-se, contudo, que nelas predomina a idéia da soberania da sociedade, onde a ordem e a organização têm valor preponderante sobre a pessoa. A não-alienação traduz-se na conformidade aos valores sociais institucionalizados, manifestando-se nos comportamentos que cooperam para a manutenção deles. Naquelas definições parece que se perdeu o sentido de que a sociedade existe para o homem e não este para aquela. A observação feita neste estudo leva a ponderar sobre estas considerações. Se naquele sentido atribuído a não-alienação a resultante extrema encontrada nos centros industrializados é o homem-máquina, portanto, alienado em sentido marxista, aqui, nossos sujeitos amostrais nem sequer chegaram a sensibilizar ante a questão de serem ou não considerados peças da máquina da engrenagem social. Deduz-se que a alienação encontrada na nossa amostra se insere num momento anterior à industri-

alização. Sabe-se que a alienação ocupa o centro das preocupações do pensamento de Marx, que tinha como modelo o homem alemão. Era aquele homem que, com tal empenho se desgastava no trabalho e pelo trabalho que, à semelhança do aprendiz de feiticeiro, passou a ser dominado pelas suas criaturas. A esta deformação psicológica Marx denomina alienação. Posteriormente, estendeu o conceito do trabalho alienado para a alienação na religião, quando esta faz recair sobre a vontade dos deuses ou dos demônios as atividades e sentimentos humanos. Excluídas em ambas a espontaneidade do homem, requisito necessário ao trabalho e religião não-alienados, Marx vê nessa deformação a alienação do homem em relação à vida, a si mesmo e aos outros homens. Este sentido de alienação parece aplicar-se com mais propriedade ao caso em foco. Marx acreditava também que, do ponto de vista moral e psicológico, a alienação representava a fonte da corrupção e perversão de todos os valores humanos, ponto de vista também defendido pelos sociólogos americanos, partindo de premissas opostas. O homem deixa de cultivar a riqueza que lhe é verdadeiramente inerente, quando toma os valores econômicos como supremos na vida, ou quando transfere para entidades mágicas a responsabilidade de seu desenvolvimento pessoal.

Analisando o comportamento do brasileiro à luz dessas noções de alienação, percebe-se a predominância do sentido humanista do termo. Alienado em relação a si mesmo, sem identidade, predomina no homem o sentimento de vazio interior, de impotência, que ele tenta, porém, superar, adotando, imitando e reverenciando os valores de outrem. E, enquanto não encontra sua dignidade de pessoa, atenua a consciência deste sentimento, deslocando suas

necessidades de afirmação para a fantasia da esperança do futuro.

Todavia, há nessa alienação, que se atribui ao brasileiro, uma característica particular que a afasta daquelas interpretações sociológicas, econômicas e humanistas propostas nas teorias marxista e americana. Traz uma nuance psicológica semelhante a mecanismos de defesa. Descobre-se, nesta alienação, uma tonalidade de preservação, que se manifesta sob a forma de resistência para adotar o modelo oferecido. A atitude de rejeição de modelo pode representar uma vertente explicativa da renitência antiooperativa. Pensando nesta possibilidade, deve-se rejeitar a sugestão derivada deste estudo de haver predominância, no homem brasileiro, do cinismo filosófico, que fomos levados a cogitar, quando se observa o contínuo burlar de leis, de regras, de normas ou de avisos, de modo sistemático. Ainda que do lado do sistema reunam-se indicadores suficientes para corroborar a idéia de modelo cínico, ao qual, no entanto, o homem responde no mesmo tom, somos levados a pensar que o oportunismo é apenas circunstancial, embora antigo e rotineiro, e não algo profundo, visceral. Acredita-se que na medida em que os problemas cruciais do sistema forem ventilados abertamente, os parâmetros do sistema sofrerão mudanças substanciais.

Desta perspectiva, a desorganização seria fruto da interação do modelo social e da aprendizagem dos elementos do sistema como um processo acidental, que se pode modificar mudando o modelo, enquanto as características comportamentais das pessoas são instrumentos de que se servem para alcançar suas metas, Bandura (1961).

O exemplo da eleição de Jânio Quadros, tomado neste trabalho, explicita esta posição. Desvencilhando-nos do aspecto negativo que envolveu o fato, devemos salientar que a votação maciça representa o sinal de um desejo geral da população brasileira de ver finalmente destruído o emaranhado de mentiras, corrupções, privilégios e desconsiderações. O povo acreditou na proposta do ex-presidente, no sentido de derrubar o modelo cínico. Desta perspectiva pode-se entender porque nossos respondentes manifestaram tão alto sentimento de anomia, quando esperávamos o contrário, na suposição de que eles mesmos traziam consigo o cinismo como característica.

O fracasso daquela esperança, talvez denuncie o fato de que a anomia e a alienação sejam parâmetros do sistema, os quais não se modificam com atitudes românticas, mas exigem medidas mais conscientes, como por exemplo, a elaboração de uma legislação viável e compatível com a realidade, acompanhada de uma política, economia e educação, que favoreçam o desabrochar de cada pessoa individualmente, deixando espaço para a utilização da liberdade para experimentar a organização espontânea, sem a direção de lideranças ideológicas ou políticas interesseiras.

Se, no entanto, acreditarmos que mudando o sistema a linha de comportamentos habituais dos elementos também sofrerá alterações, estaríamos destituindo as pessoas de suas responsabilidades sociais e, em consequência, reincidindo na atitude paternalista que acompanha o modelo social brasileiro. Também ao homem compete esforçar-se para alcançar sua dignidade. Goffman (1957) salienta que, se o homem não procura se envolver no processo social, acabará desinformado. Esta não participação acarreta o não enten

dimento da realidade dos fatos, das leis e das regras, ou seja, não saberá os limites dos seus direitos e dos seus deveres, do justo e do injusto. Em consequência se instala nele o sentimento de falta de normas, totalmente atribuída aos fatores externos, o que resulta em comportamentos desviados.

Pode estar presente nesta atitude do homem a característica de auto-estranhamento apontada por Riesman (1964), como um fenômeno de deslocamento do julgamento das qualidades do homem (talento, caráter, aptidões, obras etc) para o olhar do outro, considerado superior e capaz de indicar-lhe o que melhor convém.

A persecução de uma linha de comportamento do homem brasileiro, capaz de conduzir à maior compreensão sobre sua maneira peculiar de ordenar a realidade, levou à investigação de algumas dimensões psicológicas de influência marcante em suas atitudes frente à sociedade.

O problema colocou-se na observação do nível de anomia sentido pelos membros da comunidade, onde participam, simultaneamente, de modo ativo e passivo, e contribuem, tanto para a organização como para a desorganização social, delas sofrendo os efeitos respectivos.

Como a participação efetiva implica no grau de envolvimento da pessoa no processo social, a investigação paralela do nível de alienação social desse cidadão acompanhou a sondagem da anomia sentida.

Deve-se inicialmente fazer alguns reparos. Embora a

idéia que ocupou nossa preocupação fosse a de compreender o homem brasileiro em interação com o sistema, o estudo limitou-se a uma pequena parcela da dimensão territorial: o Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo sabendo que em termos de estrutura organizacional há uniformidade legal das regras constitutivas do sistema, acredita-se na diversidade atitudinal conforme a região. Assim sendo, quando se fala de brasileiro neste estudo, a rigor só podemos nos referir a pessoas do Rio de Janeiro, as quais por extensão, supomos guardem em sua imagem, os reflexos da comunidade global.

Outra ressalva necessária faz-se ao tipo de relação estabelecida entre as dimensões estudadas. Apesar do delineamento histórico esboçado induzir à idéia de causalidade, sua finalidade propõe-se apenas a desenhar os preâmbulos que caracterizam o tipo de sistema e a situação na qual ele funciona. Isso possibilita alguma generalização, já que configuram as linhas mestras onde emergiram as formas de comportamentos adaptativos, muitas vezes desviados das normas e regras constitutivas do sistema formal, passando por conseguinte a ser considerados os germes da desorganização, ou mais precisamente, os germes geradores da nossa maneira típica de organização social. O nível de associação entre os eventos históricos e nossas variáveis revelou-se elevado, mas nem por isso nos permitimos atribuir-lhes responsabilidade causal. Acredita-se, todavia, que em função destas raízes históricas, os resultados obtidos neste estudo não sejam prerrogativa do grupo estudado. Tampouco se acredita tratar-se de privilégio de brasileiro. A este propósito lembramos que a análise

estatística realizada neste estudo apenas demonstrou que a incidência dos sintomas resultou mais elevada entre brasileiros do que entre estrangeiros. Por outro lado, também não parece correto tratar os problemas decorrentes do funcionamento do sistema como se fossem vazamentos de desorganização. A tendência para assim denominar o desenrolar de um processo, denota antes uma incapacidade para tolerar as linhas tortuosas que precedem à solução de qualquer problema e que, à primeira vista, poderiam assemelhar-se a desorganização. Na verdade, uma tal aparência de desorganização outra coisa não é que a dinâmica da organização.

O termo desorganização envolve uma conotação valorativa negativa nem sempre aplicável, quando a referência se faz a formas de organização. As organizações sociais podem ser vantajosas ou não, simples ou complexas, mas parece inadequado qualificá-las de boas ou ruins, superiores ou inferiores. Além disso, há uma impropriedade técnica na atribuição da característica de desorganização ao nosso sistema. Pelo simples fato de se registrarem numerosos desvios de conduta não é dito que o sistema esteja desorganizado. Pode, sim, estar num "buraco", e nesse caso a anomia, como os desvios de conduta, poderiam representar um meio reacional para a desobstrução de um sistema emperrado pela burocracia, desinformação, ambigüidade e conservadorismo, que resultam na desorganização e na falta de coesão social. A falta de convergência da ação individual para os objetivos da comunidade, fragilizam as regras. Isto, porém, não é suficiente para caracterizar o sistema como desorganizado.

É preciso que se faça uma distinção entre os campos onde a desorganização pode se manifestar. Um, o campo sociológico,

refere-se à estrutura dos sistemas interacionais. O outro, psicológico, tem a ver com personalidade. O aspecto crucial está na determinação da linha de demarcação entre desorganização social e comportamento desviado. Inclino-nos a aceitar o ponto de vista atual que preconiza a interação de ambos, dando como resultado a concepção de que toda organização forma uma cultura própria que não pode ser comparada a outras tomadas como padrão. O erro estaria em imitar outras culturas consagradas como mais adiantadas, apenas porque nelas a observância das regras dá-se de modo mais rigoroso, e há maior coesão grupal, o que torna o princípio de nacionalismo mais pregnante. Essa concepção de ordem reflete uma idealização de retitude. É produto da inteligibilidade racional, e contraria o princípio de vida. Nada nos demonstrou existir na natureza nem a retitude, nem a elipse. As coisas se passam na natureza de forma sinuosa, e esta sinuosidade nada tem a ver com indeterminação ou desorganização, mas sim com a miopia do homem que, em sua vaidade, pretende impor à natureza o produto da sua mente. Dessa perspectiva pode-se supor que existam aspectos positivos na anomia e na alienação encontradas entre nós. Como exemplo disto, saliente-se que, apesar da existência destas características e talvez por causa delas não sofremos as conseqüências beligerantes de um nacionalismo exagerado, nem o sufoco a que leva a obediência cega às leis. Sempre se encontra uma válvula de escape para pressões da organização do sistema, que acabou por criar a instituição do "jeitinho". Tudo isso, no entanto, ainda deixa aceso o problema de explicar como conseguimos manter unidade social apesar da elevada anomia.

Vale lembrar, a este respeito, as colocações de Al -

bert K. Cohen (in: Merton, 1960), citando o exemplo de Garfinkel (1957) que explicita a distinção entre desorganização e desvio.

Garfinkel toma o jogo como modelo de interação social, de onde extrai suas definições de organização e desorganização. Resumindo seu pensamento, diz o autor que as regras especificam uma ordem à qual os eventos da atividade devem conformar-se. Só há desorganização quando a ordem é interrompida. Portanto, desvios das regras nem sempre constituem desorganização, ao contrário, fazem parte da ordem constitutiva, sempre que haja penalidades para eles. Assim, tanto desvios como punições fazem parte da ordem. Isto significa que as regras que especificam a ordem não são nem boas nem más, nem certas nem erradas, elas apenas definem o que pertence e o que não pertence ao jogo. Se a regra é obscura ou se o jogador em violação não a percebe, a situação será definida, no pior das casos, como sem sentido, e no melhor, ambígua. A violação poderá vir a precipitar a desorganização, mas em si mesma não é desorganização.

A importância desta colocação está em absorver, no processo de desenvolvimento da atividade, a noção de desorganização, sem que esta afete a organização em si mesma, desde que se definam o jogo, a atividade e o sistema de interação. Esse desacordo pode no máximo introduzir a ambigüidade, mas desorganização só ocorre se houver quebra da ordem constitutiva mais inclusiva.

A esta ambigüidade Cohen denomina situação de anomia. Se a ambigüidade se alastrar a todo o sistema pode levá-lo à desorganização. Mas o sistema dispõe de mecanismos para bloquear a desorganização incipiente e restaurar a ordem, através da manu

tenção da constância do seu meio interno. Portanto, uma questão relevante para a desorganização implica em conhecer os mecanismos expressos nos diferentes tipos de motivação do homem para interagir com o sistema, a saber: obrigação moral, força e coerção, e como eles variam com o tipo de sistema e a situação na qual o sistema funciona.

Não se trata aqui, propriamente, de conformidade, já que em muitos casos ela pode levar à desorganização, quando representam uma força contrária ao desenvolvimento do sistema. O atendimento às expectativas institucionalizadas tem levado muitos países europeus a guerras. Em outros casos, a violação pode levar à organização e aparece como elemento criativo que permite ao sistema reencontrar seu equilíbrio característico, apesar de toda pressão interna e externa para reprimí-la.

A busca do equilíbrio tem função dupla. Ao mesmo tempo que trata de preservar o padrão ou modelo que define aquele sistema particular, num movimento contínuo e dinâmico do jogo organização x desorganização, dentro dos limites oscilatórios permitidos pela definição do sistema, também prepara para novas modalidades de atividades.

Todo esse arrazoado põe em evidência a idéia fundamental deste trabalho. As críticas feitas à nossa organização social procedem na medida em que se toma a desorganização a nível de relacionamento homem-sistema. Mas apesar de toda ambigüidade encontrada no sistema como resultante da violação ou da desinformação a respeito das regras, das constantes reformulações, da desconfiança marcante dos membros do sistema, a ordem transcen

dente não chega a ser abalada.

Os resultados deste estudo, confrontados com a realidade quotidiana, fazem ressaltar o modelo ambíguo que se afigura sob a forma de variadas contradições, muito características daquilo que desemboca na maneira brasileira de resolver as coisas.

Assim, a alienação, através de seu componente sentimento de impotência, coloca-se como variante explicativa do convívio simultâneo entre falta de normas, insatisfação com a ambigüidade do estilo organizacional e resistência tenaz contra mudanças de hábitos comportamentais.

Alienação e anomia entram num jogo dinâmico de alimentação mútua que oferece, como resultado, um comportamento de moderação ou acomodação, encontrado na atitude comum entre nós de esperar soluções espontâneas do próprio processo social. Ligado a essa moderação, insinua-se um rebaixamento personológico com implicações no que se denominaria individuação.

Se a colonização obrigava o sujeito a viver submisso a um meio austero e injurioso para a pessoa humana, mesmo que a revolta e a insubordinação enchesse os espíritos com indignação, pouco a pouco, nada mais restava que uma docilidade forçada e disfarçada, encobrendo o que parecia uma personalidade esvaziada e amorfa. Levando-se em conta o contexto e a fisionomia dos indivíduos, parece pouco provável existir neles a autonomia de que gozam aqueles cujo processo psicológico de individuação não foi traumático.

Experimentos de laboratório, usando estudantes universitários, conduzidos recentemente por Seligman, Maier e Overmer

(1977), demonstram que, quando um organismo sofre uma experiência traumática incontrollável e por longo período de tempo, sua motivação para responder em situações futuras análogas se enfraquece ou mesmo se anula. Observaram, também, que mesmo no caso de haver resposta, os sujeitos têm dificuldade de perceber-lhe o êxito, e isso dificulta tanto a aprendizagem dos efeitos da ação realizada como fixa ainda mais a idéia da inutilidade de tentar atuar sobre a realidade. Os autores concluem que estes indivíduos aprenderam a ser passivos. Aprenderam que nenhuma resposta é eficiente para reduzir o trauma e o suportam resignadamente, com profundas conseqüências sobre o repertório comportamental em seu todo. Assinale-se que estes mesmos resultados foram encontrados em experimentos realizados tanto com seres humanos como com animais (macacos, cachorros, gatos, ratos e peixes). Seria interessante verificar se estes resultados se confirmam no nosso meio, sabendo-se que o brasileiro sempre encontra um "jeito" de escapar a uma situação fechada.

As mesmas conclusões chegaram os historiadores através de suas observações, quando desacreditam da capacidade revolucionária das camadas mais baixas da sociedade, se estas sofrem opressão continuada. Quando fortalecem suas expectativas de sucesso acerca de suas ações, a viabilidade de mudanças aumenta consideravelmente.

Segundo ainda Seliçman, a aprendizagem da inutilidade de responder a uma situação dolorosa dá lugar ao desenvolvimento da depressão. E, em vez do organismo procurar reduzir a tensão, passa a se comprazer em lamúrias, queixas e lamentos que confluem para a autodepreciação.

Estas considerações são curiosas porquanto sugerem que a alienação, cujos efeitos configuram o quadro de anomia aqui encontrado, converte-se na força que agencia os resultados pacíficos de todos os nossos eventos sociais e determina a dissolução de crises políticas, sociais e econômicas.

Não é de estranhar que todo esforço no sentido de desmanchar os paradoxos brasileiros se dilua no nascedouro, já que implica em mudanças profundas e envolve rompimento com laços primários.

A constatação da existência de dois polos de equilíbrio no nosso sistema encontra ambiência semelhante na atitude dividida frente à motivação para atuar de modo responsável na sociedade.

Os altos escores de responsabilidade social, observados na nossa amostra, exemplificam a dissimulação que encobre a desobrigação ético-social do cidadão com o sistema. Quando 81% dos respondentes afirmam que se sentem mal, quando não cumprem a palavra empenhada e compromissos assumidos, ou quando 80% respondem que gorjetas e subornos não são necessários para o bom andamento dos trâmites burocráticos, ou ainda quando 69% respondem que "pistolão" não é a chave para a obtenção do sucesso na vida, tem-se a confirmação da ambigüidade mencionada. Novamente estamos diante de um paradoxo, porquanto não é possível crer que falte a esse homem o entendimento da obrigação ético-social, se a resposta que escolheu respalda-se no socialmente desejável, deve-se supor que tem consciência do comportamento adequado. Mas se o comportamento real diverge dessa consciência, talvez falte determinação volitiva.

Nessa inconsistência de atitude somos novamente dividos entre pensar que possa haver nesta conduta ou um desejo de resgatar uma imagem já por demais denegrada, ou, ao contrário, deixa entrever a possibilidade de confirmação dos resultados encontrados nas escalas de cinismo social, alienação e anomia.

Neste ponto recordamos a figura do "malandro", descrita por vários autores como a imagem do brasileiro.

Se o homem tem noção da sua desimportância no sistema como pessoa, se ele percebe também que as leis prescritas distam muito das suas necessidades reais, se a desconfiança da seriedade da organização grassa por todos os espíritos não lhe resulta difícil resolver as coisas à sua maneira, como defesa e como vingança, conclusão que também encontramos em R. de Mattas (1978). Privilégios de um lado, malandragem de outro, disseminados em todas as camadas sociais, o homem não tem outro compromisso se não aquele que devota a si próprio, à família e aos amigos. Em consequência da canalização de todos os esforços no sentido da autodefesa, parece restar muito pouco a dedicar à comunidade e à pátria, mas se a falta de coesão social, determinada pelo individualismo, dilui o amor cívico, em contrapartida diminui de maneira considerável a reunião de forças necessárias à instalação de radicalismos apaixonados.

Pareceria, então, que a reunião da alienação, anomia e cinismo social, que aparecem como ingredientes do afrouxamento moral do homem brasileiro, estaria também na raiz da sua invejável moderação cívica, que o conduz a alcançar soluções pacíficas para os mais graves problemas de organização.

Neste quadro de ações, que descreve o relacionamento do indivíduo com a organização social, a lei representa o referencial em torno do qual se apoia o equilíbrio do sistema.

A consciência de importância do papel da lei, ainda que ela não seja adequada à realidade a que se destina, determina a sua preservação. No esforço para manter as aparências do legal, o discurso contracená com as ações, completando a trama de falseamentos.

O discurso configura-se em dois níveis distintos: o social e o psicológico. No primeiro, exprime a idéia que deve ser emitida, segundo as linhas orientadas pelo plano legal. No segundo, observa-se a presença de uma mensagem paralela à social, e transmite a idéia real a exigir penoso trabalho de tradução simultânea. A manifestação desta duplicidade do discurso apresenta-se em todos os planos de convívio do homem com o sistema. Observa-se sua presença tanto no plano administrativo e político, que geram promessas irrealizáveis ou fantasias maníacas de realizarmos sempre o melhor e o maior, como no plano social, traduzidos nas expressões ditadas pelas boas maneiras e hospitalidade.

Contudo, a constatação desta ambigüidade nos deixa com uma interrogação no tocante aos resultados encontrados neste trabalho quanto ao nível de intolerância à ambigüidade encontrado. O mesmo não ocorre com os resultados de autoritarismo, cujos baixos níveis explicam-se dentro dos moldes interpretativos que vimos seguindo. A relação com a autoridade torna-se ambivalente, quando ela se afigura como o repositório de todas as decisões, a provedora do bem e do mal para o indivíduo, aquela a quem todos

desejam possuir como o meio para tornar-se pessoa, mas também é ela a quem todos procuram ludibriar e desrespeitar de modo sistemático. Junto a todos estes paradoxos que misturam convencionalismo e malandragem, o coitadismo completa o quadro de impotência social. O sistema, então, aparece como o único responsável pelo que o homem é levado a fazer.

A discussão dos paradoxos identificados neste trabalho, converge para a conclusão acerca da pertinência das observações críticas relatadas por Rosenn e da Matta, apresentados no primeiro capítulo deste estudo. Estas considerações, entre outras, delineiam a curiosa originalidade do caráter do brasileiro descrita pelos antropólogos, e tão difícil de explicar quando se aplicam teorias como modelos universais. Deve-se, portanto, ter em mente o complexo das interrelações destas contradições originadas da anomia característica do sistema antes de compreender os processos, funções, mecanismos e dinamismos que configuram o modelo de organização social brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, A. El Carácter Neurótico. Buenos Aires, Paidós, 1971.
- ADORNO, T.W. et al. The Authoritarian Personality. New York, Harper, 1950.
- ANGELL, R. Preferences for Moral Norms in Three Problem Areas. American Journal of Sociology, 67: 650-672, 1962.
- ANGYAL, A. Foundations for a Sciences of Personality. In: EMERY, F.E. ed. Systems Thinking. England, Penguin Education, 1969. p.17-29.
- ASCHBY, W.R. Introducción a la Cibernética. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1960.
- BANDURA, A.; HUSTON, C. & ALETHA, C. Identification as a Process of Incidental Learning. Journal of Abnormal and Social Psychology, 63: 311-318, 1961.
- BARRETT, J.E. ed. Stress and Mental Disorder. New York, Raven Press, 1979.
- BASBAUM, L. Alienação e Humanismo. São Paulo, Editora Fulgor, 1967.
- BAY, C. The Structure of Freedom. Stanford, California, Stanford University Press, 1958.

- BECKER, H. Normative Reactions to Normless. American Sociological Review, 25: 803-810, 1960.
- BELL, W. Anomia, Social Isolation and Class Structure. Sociometry, 20: 803-810, 1957.
- BERESLSON, B. & JANOWITZ, M. eds. Public Opinion and Communication. Glencoe, Ill., The Free Press, 1950.
- BERKOWITZ, L. & LUTHERMAN, K. The Traditionally Socially Responsible Personality. Public Opinion Quarterly, 32: 169-185, 1968.
- BERRY, D. Alienação e Comportamento Desviante. In: Idéias Centrais em Sociologia: Uma Introdução. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. cap. 5; p. 108-135.
- BERTALANFFY, L. von. The Theory of Open Systems in Physics and Biology. In: EMERY, F.E. ed. Systems Thinking. England, Penguin Education, 1969. p.70-85.
- BETTLHEIM, B. Individual and Mass Behavior in Extreme Situations. Journal of Abnormal and Social Psychology. 38: 417-452, 1943.
- BREYER, E. Historia de la Filosofia. 4.<sup>a</sup> ed. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1956.
- BORDUA, D.J. Juvenile Delinquency and Anomie: An Attempt at Replication. Social Problems, 6: 230-238, 1958.

- BUDNER, S. Intolerance of Ambiguity as a Personality variable. Journal of Personality, 30: 29-50, 1962.
- BUNGE, M. Causalidad. Buenos Aires, Eudeba, 1972.
- BURNET, J. Early Greek Philosophy. New York, Meridian Books, 1957.
- BURTT, E.A. Los Fundamentos Metafísicos de la Ciencia Moderna. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1960.
- CANTRILL, H. The Psychology of Social Movements. New York, 1941.
- CLARK, J.P. Measuring Alienation Within Social Systems. American Sociological Review, 24: 849-852, 1959.
- CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954.
- CLOWARD, R. & OHLIN, L. Illegitimate Means, Anomie, and Deviant Behavior. American Sociological Review, 24: 164-176, 1959.
- COHEN, A.K. The Study of Social Disorganization and Deviant Behavior. In: MERTON, R.K. et al. eds. Sociology Today. New York, Basic Books, Inc., 1959. p.461-484.
- COSER, R.L. Some Functions of Deviant Behavior and Normative Flexibility. American Journal of Sociology, 68: 172-181, 1962.

\_\_\_\_\_ Authority and Decision Making in a Hospital: A comparative Analysis. American Sociological Review, 23:56-73,1958.

DAVIDS, A. Generality and Consistency of Relations Between the Alienation Syndrome and Cognitive Processes. The Journal of Abnormal and Social Psychology, 51 (1): 61-67, 1955.

\_\_\_\_\_ Alienation, Social Apperception, and Ego Structure. Journal of Consulting Psychology, 51 (1): 21-27, 1955.

DAVOL, S.H. & REIMANIS, G. The Role of Anomie as a Psychological Concept. Journal of Individual Psychology, 15: 215-225,1959.

DEAN, D.G. Alienation: Its Meaning and Measurement. American Sociological Review, 26: 753-758, 1961.

DE GRAZIA, S. The Political Community: A Study of Anomie. Chicago, The University of Chicago Press, 1948.

DOHRENWEND, B.P. Stressful Life Events and Psychopathology: Some Issues of Theory and Method. In: BARRETT, J.E. ed. Stress and Mental Disorder, New York, Raven Press, 1979, p. 1-17.

\_\_\_\_\_ Egoism, Altruism, Anomie and Fatalism: A Conceptual Analyses of Durkeim's Types. American Sociological Review, 24: 147-164, 1959.

DUBIN, R. Deviant Behavior and Social Structure. American Sociological Review, 24: 147-164, 1959.

- DURKHEIM, E. The Division of Labor in Society. New York, The Free Press of Glencoe, 1947.
- EINSTEIN, A. & INFELD, L. A Evolução da Física. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962.
- EMERY, F.E. ed. Systems Thinking. England, Penguin Education, 1969.
- ERIKSON, E. Infancia y Sociedad. Buenos Aires, Ediciones Hormé, 1959.
- FEUER, L. What is Alienation? The Career of a Concept. In: STEIN, M. & VIDICH, A. eds. Sociology on Trial. New Jersey, Prentice Hall, 1963. p.127-147.
- FROMM, E. Conceito Marxista do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, Editores, 1976.
- \_\_\_\_\_. Psicanálise da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.
- \_\_\_\_\_. Análise do Homem. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1960.
- \_\_\_\_\_. The Sane Society. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1955.
- GARFINKEL, H. Trust as a Condition of Stable Concerted Action. American Sociological Review, 23: 441-482, 1957.

- GLASER, D. & RICE, K. Crime, Age, and Employment. American Sociological Review, 24: 679-686, 1959.
- GLAZER, N. The Alienation of Modern Man, Commentary, 3: 380-387, 1947.
- GOLDSTEIN, K. La Structure de l'Organisme. Paris, Laimard, 1951.
- HAJDA, I. Alienation and Integration of Student Intellectuals. American Sociological Review, 26: 758-777, 1961.
- HANSON, R.C. & GRAVES, T.D. Objective Access, and Deviance. In: CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1967, p.273.
- HOFFER, L. The True Believer. New York, Harper, 1950.
- HORNEY, K. Conheça-se a Si Mesmo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A. 1961.
- HYMAN, H.H. The Value Systems of Different Classes. In: REINHARD, B. ed. Class, Status and Power, New York, The Free Press of Glencoe, 1953. p.426-442.
- JESSOR, R. et al. Tri-Ethnic Project. In: CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1967, p.260.
- JOSEPHSON, E. Man Alone: Alienation in Modern Society. New York, Dell, 1962.

- KATZ, D. & KHAN, K. The Social Psychology of Organizations. New York, Willey & Sons, 1966.
- KLUCKHOHN, C. et al. Personality in Nature, Society and Culture. New York, Knopf, 1953.
- KOEHLER, W. Closed and Open Systems. In: EMERY, F.E. ed. Systems Thinking. England, Penguin Education, 1969. p.59-69.
- KONDER, L. Marxismo e Alienação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- KRIS, E. & LEITES, N. Trends in Twentieth Century Propaganda. In: BERESLSON, B. & JANOWITZ, M. eds. Public Opinion and Communication. Glencoe, Ill., The Free Press, 1950.
- LANDER, B. Towards an Understanding of Juvenile Delinquency. New York, Columbia University Press, 1954. Apud, Clinard, M.B. Las Implicaciones Teóricas de la Anomie y la Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954, p.274.
- LEMERT, E.M. Estructura Social, Controle Social y Desviación. In: CLINARD, M.B. ed. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954, p.64-100.
- LENSKI, G. & LEGGETT, J. Caste and Preference in The Research Interview. American Journal of Sociology, 65: 463-467, 1960.
- LEWIN, K. Problemas de Dinâmica de Grupo. São Paulo, Cultrix, 1971.

- MAC IVER, R.M. The Ramparts we Guard. New York, The Macmillan Company, 1950.
- MAILHIOT, G.B. A Dinâmica e Gênese dos Grupos. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.
- MALUF, U.M. Aspectos Algébricos da Entropia: Sua Relevância para o Estudo do Comportamento Humano. Rio de Janeiro, FGV/ISOP - FINEP, 1979.
- MARCUSE, H. Reason and Revolution. New York, Oxford Press, 1941.
- MATTA, R. da. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis, Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- MAYO, E. The Human Problems of an Industrial Civilization. New York, The Macmillan Company, 1933.
- MC CLOSKEY, H. & SHAAR, J.H. Anomy in Psychological Dimensions of Anomy. American Sociological Review, 30: 14-40, 1963.
- MC HUY, R. Order and Disorder in Social Time and Space. North-western University, (tese de doutorado inédita), 1962, Apud, CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954.

- MEIER, D.L. & BELL, W. Anomia and Differential Access to the Achievement of Life Goals. American Sociological Review, 24: 190-198, 1959.
- MERTON, R.K. et al. eds. Sociology Today. New York, Basic Books, 1959.
- \_\_\_\_\_. Social Theory and Social Structure. New York, The Free Press of Glencoe, 1957.
- \_\_\_\_\_. Anomie, Anomia e Interacción Social: Contextos de Conducta Desviada. In: CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954. p.201-226.
- \_\_\_\_\_. Social Structure and Anomie. New York, The Free Press of Glencoe, 1938.
- MIDDLETON, R. Alienation. Race and Education. American Sociological Review, 28: 973-977, 1963.
- MILLER, C. & BUTLER, E. Anomia and Eunomia. American Sociological Review, 30: 768-776, 1965.
- MILLS, C.W. A Elite no Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- MIZRUCHI, E.H. Success and Opportunity: A Study of Anomie. American Sociological Review, 28: 442-452, 1964.
- \_\_\_\_\_. Social Structure and Anomie in a Small City. American Sociological Review, 25: 643-654, 1960.

MONOD, J. O Acaso e a Necessidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

MORIN, E. La Méthode: la Nature de la Nature. Paris, Editions du Serril, 1977, vol. I

\_\_\_\_\_. O Enigma do Homem. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

MURPHY, J. Max Planck: Un Bosquejo Biográfico. Buenos Aires, Editorial Losada, S.A., 1941.

MURRAY, H.A. & KLUCKHOHN, C. Outline of a Conception of Personality. In: KLUCKHOHN, C. MURRAY, H.A. & SCHNEIDER, D.M. eds. Personality in Nature, Society and Culture. New York, Knopf, 1953, p.3-49.

NEAL, A. & RETTING, S. On the Multidimensionality of Alienation. American Sociological Review, 32: 54-63, 1967.

\_\_\_\_\_. & SEEMAN, M. Powerlessness. American Sociological Review, 29:216-225, 1964.

NETTLER, G. A Measure of Alienation. American Sociological Review, 22:670-677, 1957.

NEUMANN, F. Estado Democrático e Estado Autoritário. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969, cap. 11, p.296-322.

PAPPENHEIM, F. Alienação do Homem Moderno. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.

- PARSONS, T. The Social System. New York, The Free Press of Glencoe, 1951.
- \_\_\_\_\_. The Structure of Social Action. New York, The Free Press of Glencoe, 1949.
- PLANCK, M. Adonde vá la Ciencia. Buenos Aires, Editorial Losada, S.A., 1941.
- POWELL, E.H.P. Occupation Status and Suicide. American Sociological Review, 23: 131-139, 1958.
- PRIGOGINE, I. Physics and Metaphysics. In: LAWRENCE, J.W.; COFMAN, J. & HAYES, L.T. eds. Advances in Biological and Medical Physics. California, Berkeley, University of California, 1977.
- \_\_\_\_\_. La Thermodynamique de la Vie. Recherche, 524-556, juin, 1972.
- REIMANIS, G. Increase in Psychological Anomie as a Result of Radical and Undesirable change Expectancy. Journal of Personality and Social Psychology, 6: 454-457, 1967.
- \_\_\_\_\_. Anti-Social Behavior, Migration and Anomie. Congreso Interamericano de Psicologia, 11º México, Dezembro, 1967, p. 761-773.
- \_\_\_\_\_. Correlates and Prediction of Anomie in a V.A. Domiciliary. Journal of Social Psychology, 55: 237-244, 1961.

- RHODES, A.L. Anomie. Aspiration and Status. Journal of Social Psychology, 42: 434-440, 1964.
- RIESMAN, D.; GLAZER, N. & DENNEY, R. La Muchedumbre Solitaria. Buenos Aires, Paidós, 1964.
- ROBINSON, P.P. & SHAVER, P.R. Measures of Social Psychological Attitudes. Michigan, Ann Arbor, The University of Michigan, Institute for Social Research, 1976.
- ROSE, A. Alienation and Participation. American Sociological Review, 27: 834-838, 1962.
- ROSENN, K.S. The Jeito: Brazil's Institutional Bypass of the Formal Legal System and Its Developmental Implication. American Journal of Comparative Law, 19 (3): 514-549, [s.d.]. Resenha. In: Teixeira, Egberto Lacerda. Revista dos Tribunais, 437: 473-475, mar. 1972.
- ROSENTHAL, C.S. Deviation and Social Change in the Jewish Community of a Small Polish Town. American Journal of Sociology, 60: 177-181, 1954.
- ROTTER, J.B. Generalized Expectancies for Internal Versus External Control of Reinforcement. Psychological Monographs, 80: 609, 1966. Apud: ROBINSON, J.P. & SHAVER, P.R. Measures of Social Psychological Attitudes. Michigan, Ann Arbor, The University of Michigan, Institute for Social Research, 1976.

SCHUMAN, H. & HARDING, J. Prejudice and the Norm of Rationality. Sociometry, 27: 353-371, 1962.

SEEMAN, M. & EVENS, J. Alienation and Learning in Hospital Setting. American Sociological Review, 27: 772-782, 1962.

\_\_\_\_\_. On the Meaning of Alienation. American Sociological Review, 24: 783-791, 1959.

SELIGMAN, M.E.P. Desamparo. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1977.

SIGELMANN, E. Estudo Exploratório sobre a Escala de Anomia de Srole. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, FGV/ISOP, 33 (1-2): 64-74, 1981.

SIMPSON, R.L. & MILLER, H.M. Social Status and Anomie. American Sociological Review, 10: 256-264, 1963.

SOROKIN, P.A. Contemporary Sociological Theories. New York, Harper and Brothers, 1928. Apud: CLINARD, M.B. Anomie y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1954.

SROLE L. Macrosocial and Microsocial Crises and Their Impact on the Midtown Manhattan Follow-up Panel. In: BARRETT, J.E. ed. Stress and Mental Disorder. New York, Raven Press, 1979. p.201-213.

\_\_\_\_\_. Mental Health in the Metropolis. New York, McGraw-Hill Book Company, 1962.

- \_\_\_\_\_. Social Interpretation and Certain Corollaries. American Sociological Review, 21: 709-716, 1956.
- STINCHOMBE, A. Social Sources of Rebellion in a High School. Berkeley, California, 1964. Apud CLINARD, M.B. Anomia y Conducta Desviada, Buenos Aires, Paidós, 1964.
- STREUNING, E. & RICHARDSON, A. A Factor Analytic Exploration of the Alienation Anomia and Authoritarianism Domain. American Sociological Review, 30: 768-776, 1965.
- TUMIN, M.M. & COLLINS, R.C. Status Mobility and Anomia: A Study in Readyness and Desagregation. American Journal of Sociology, 10: 253-267, 1959.
- TURNER, R.H. Value-Conflict in Social Disorganization. Sociology and Social Research, 39: 301-308, 1954.
- VENDRYÉS, P. Vers la Théorie de l'Homme. Paris, PUF, 1973.
- WAISANEN, F.B. Stability, Alienation and Change. Sociological Quarterly, 4: 18-31, 1963.
- WEBSTER, H.; SAMFORD, N. & FREEMAN, M. A New Instrument for Studying Authoritarianism in Personality. Journal of Psychology, 40: 73-85, 1955.
- WIENER, N. Cibernética e Sociedade. São Paulo, Cultrix, 1971.

\_\_\_\_\_. Deus, Golem & Cia. São Paulo, Cultrix, 1973.

ZEMANSKY, M.W. Heat and Thermodynamics. New York, McGraw-Hill  
Books, Co. Inc., 1957.

## A N E X O I

### Desenvolvimento das Escalas:

- a) escalas.
- b) médias, variâncias, desvios-padrão e erros-padrão
- c) distribuição das notas obtidas pelos sujeitos amostrais
- d) distribuição das respostas dos sujeitos amostrais por item

AL

INSTRUÇÕES

Abaixo encontram-se algumas opiniões comumente formuladas sobre alguns aspectos da vida quotidiana com as quais algumas pessoas concordam e outras discordam.. Nenhuma é certa ou errada. É MUITO PROVÁVEL QUE ELAS NÃO REPRESENTEM ADEQUADAMENTE A SUA PRÓPRIA OPINIÃO. MESMO ASSIM DECIDA PELA RESPOSTA QUE MAIS SE APROXIME DO MODO COMO VOCÊ SENTE.

Faça um X-adiante das palavras CONCORDO ou DISCORDO para cada opinião.

AI

1. As coisas estão de um jeito que não se sabe qual será o futuro das crianças de hoje.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Às vezes tenho a sensação de estar sendo apenas usado pelas outras pessoas.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Criar e educar uma criança é uma responsabilidade assustadora.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. Tem-se que tomar tantas decisões hoje em dia que às vezes penso que vou estourar.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. São tão poucas as oportunidades de promoção no trabalho que é preciso um pistolão para conseguí-la.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

6. Tudo está tão padronizado que não se tem muita chance para uma decisão mais individualizada.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

7. Somos apenas uma peça na máquina da vida.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

8. As perspectivas do futuro são sombrias.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

### AII

1. Os fins justificam os meios.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Do jeito como as coisas mudam não sei se algum dia teremos algo estável em que confiar.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Tudo é relativo. Não há regras de vida definidas.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. Freqüentemente me pergunto qual é o real significado da vida.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. Hoje em dia não se tem certeza de coisa alguma.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

6. Ultimamente surgiram tantas religiões que não se sabe-em qual acreditar.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

#### AIII

1. Às vezes me sinto como se estivesse completamente sô no mundo.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Não sou convidado pelos meus amigos tão freqüentemente quanto eu gostaria.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Amizades sinceras estão cada vez mais raras.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. A maioria das pessoas hoje em dia tem sentimentos de solidão.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. Sinto que o modo como encaro a família, o trabalho, o modo de conseguir as coisas difere muito da maneira que as outras pessoas encaram estas questões.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

6. Podemos encontrar amigos desde que nos mostremos dispostos a isso.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

7. As pessoas são naturalmente afáveis e amigas.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

8. Gosto sempre de agir da modo como todo mundo age.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

RS

1. Sinto-me mal quando não termino um trabalho no prazo prometido.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Cada um deve fazer o melhor que puder no seu trabalho independentemente do controle de seu chefe ou de promessas de recompensas, promoções e gorjetas.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. O bom andamento das coisas na sociedade depende da qualidade, interesse e honestidade com que faço meu trabalho.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. Conhecer pessoas que ocupem cargos importantes é a condição que determina se uma pessoa vai ou não ter sucesso na vida.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. De nada vale preocupar-se com as questões econômicas, políticas e sociais. São assuntos da competência das autoridades.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

6. Há uma conexão direta entre o meu desempenho no trabalho e o bom funcionamento das coisas na minha Cidade e no País.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

IP

1. Um médico, advogado ou político que não resolva logo um problema é provavelmente um incompetente.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Não há problema que não possa ser solucionado.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Um bom trabalho é aquele que deixa sempre claro o que é para fazer e como fazer.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. O conhecido é sempre melhor que o desconhecido.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. Realizam-se mais coisas resolvendo os problemas pequenos e simples do que os grandes e complicados.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

6. Gosto mais de festas onde conheço a maioria das pessoas do que daquelas onde a maioria é desconhecida.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

7. O mundo será melhor quando todas as pessoas tiverem adquirido os mesmos valores e ideais.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

AN

1. A maioria dos homens públicos não tem interesse real pelos problemas do homem comum.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Hoje em dia uma pessoa tem de viver para o momento presente e deixar o futuro para o que der e vier.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Apesar daquilo que algumas pessoas dizem os homens estão ficando piores e não melhores.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

4. Do jeito em que as coisas estão indo é até uma injustiça trazer filhos ao mundo.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

5. Hoje em dia não se sabe realmente com quem contar.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

AU

1. Se as pessoas falassem menos e trabalhassem mais seria melhor para todos.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

2. Não existe nada mais mesquinho do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

3. Um insulto a nossa honra deve sempre ser punido.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

4. Nenhuma pessoa sadia, decente e normal jamais pensaria em ferir um amigo ou parente.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

5. Às vezes os jovens tem idéias rebeldes mas estas passam com a idade.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

6. Sendo a natureza humana o que é, sempre haverá guerras e conflitos.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

7. O que os jovens mais necessitam é uma disciplina estrita, determinação e vontade de trabalhar e lutar pela família e pelo país.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

8. Uma pessoa mal educada, sem modos e maus hábitos dificilmente poderá relacionar-se com pessoas decentes.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

9. Hoje em dia cada vez mais as pessoas falam de coisas que deveriam permanecer íntimas e particulares.

Concordo \_\_\_\_                      Discordo \_\_\_\_

10. Nenhuma fraqueza ou dificuldade pode deter-nos se tivermos suficiente força de vontade.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

C

1. Não condeno alguém que tente agarrar tudo o que puder neste mundo.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

2. Muitas pessoas usam meios pouco lícitos a fim de obterem lucros ou vantagens ao invés de perdê-los.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

3. Somente um tolo votaria em alguém que lhe aumentasse as taxas.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

4. No seu íntimo as pessoas não gostam de ajudar aos outros.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

5. Na realidade as pessoas fingem preocupar-se com as outras.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

6. É tão culpado quem oferece oportunidade ao ladrão quanto o próprio ladrão.

Concordo \_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_

7. Muitas pessoas fazem amigos porque amigos ~~podem~~ ~~ser~~ ~~lhes~~ úteis.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

8. Uma pessoa não precisa preocupar-se com as outras já que cada um cuida de si mesmo.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

9. Sinto que é melhor calar minha boca quando tenho qualquer problema.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

10. Acho que muitas pessoas exageram seus problemas para obterem a simpatia e os favores de outros.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

11. Sonho freqüentemente com coisas que sejam feitas sob medida para mim.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

12. Não culpo uma pessoa que tire vantagem de alguém que dê chance para isso.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

13. O homem médio não é capaz de apreciar arte e música muito bem.

Concordo \_\_\_\_ Discordo \_\_\_\_

V

1. Os professores esperam demasiado trabalho dos alunos.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

2. O meu quinhão de problemas neste mundo foi exagerado.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

3. Sinto que tenho sido punido sem motivos.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

4. Freqüentemente recebo ordens de pessoas que sabem menos que eu.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

5. Meu modo de fazer as coisas é freqüentemente mal entendido pelos outros.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

6. Meus pais sempre me fizeram obedecer a suas ordens mesmo quando elas me pareciam incompreensíveis.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

7. Freqüentemente as pessoas me desapontam.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

8. Freqüentemente meus pais desaprovavam meus amigos.

Concordo \_\_\_                      Discordo \_\_\_

9. Carros policiais deveriam ser especialmente marcados de modo a serem prontamente reconhecidos.

Concordo \_\_\_\_\_

Discordo \_\_\_\_\_

1. Sexo: M \_\_\_ F \_\_\_

2. Você descende de estrangeiros?

Não \_\_\_ Sim \_\_\_

Qual a sua descendência? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Idade:

17 a 20 anos \_\_\_

21 a 24 anos \_\_\_

25 a 30 anos \_\_\_

31 a 35 anos \_\_\_

36 a 40 anos \_\_\_

41 a 50 anos \_\_\_

acima de 50 anos \_\_\_

4. Nível de escolaridade:

Primário { incompleto \_\_\_

completo \_\_\_

1º Grau { incompleto \_\_\_

completo \_\_\_

2º Grau { incompleto \_\_\_

completo \_\_\_

Universitário { incompleto \_\_\_

completo \_\_\_

Pós-Graduação { incompleto \_\_\_

completo \_\_\_

5. Em termos de salário (seu ou de sua família) em que faixa você se situa?

- 1 salário mínimo (Cr\$ 4.149,60) \_\_\_\_\_
- 2 a 5 salários mínimos \_\_\_\_\_
- 6 a 10 salários mínimos \_\_\_\_\_
- 11 a 20 salários mínimos \_\_\_\_\_
- mais de 20 salários mínimos \_\_\_\_\_

Obs - O valor do salário mínimo corresponde ao da época de realização do estudo de campo.

Tabela 1

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão, obtidos pela Totalidade dos Sujeitos Amostrais

(n = 399)

Escalas	Amplitude	Médias	Variâncias	Desvios-Padrão	Erros-Padrão
Alienação: Sentimento de Impotência	8	5,08	4,37	2,09	0,10
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	3,43	2,54	1,59	0,08
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	4,58	2,33	1,52	0,07
Alienação: Total	22	13,08	16,45	4,05	0,20
Responsabilidade Social	6	4,61	1,36	1,16	0,05
Intolerância à Ambigüidade	7	4,04	2,97	1,72	0,08
Autoritarismo	10	6,02	7,22	2,68	0,13
Anomia	5	2,82	2,37	1,54	0,07
Cinismo Social	13	6,27	7,36	2,71	0,18
Sentimento de Vitimação	9	3,97	2,88	1,70	0,08

Tabela 2

Distribuição das Notas Alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Alienação: Sentimento de Impotência

Nota	Freqüência	%
0	9	0,03
1	13	3,26
2	29	7,27
3	40	10,03
4	59	14,80
5	71	18,00
6	62	16,54
7	56	14,07
8	60	16,04
Total	399	100

Tabela 3

Distribuição das Respostas de Alienação: Sentimento de Impotência Social

Item	Concordo	Discordo
1	316	83
2	201	198
3	218	181
4	262	137
5	300	99
6	228	171
7	245	154
8	256	143

Tabela 4

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Alienação: Sentimento de Falta de Normas

Nota	Frequência	%
0	17	4,36
1	36	9,02
2	50	12,53
3	94	23,70
4	95	24,00
5	65	16,30
6	40	10,03
Total	399	100

Tabela 5

Distribuição das Respostas de Alienação: Sentimento de Falta de Normas, por Item

Item	Concordo	Discordo
1	187	210
2	257	140
3	291	106
4	268	129
5	207	190
6	153	244

Tabela 6

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Alienação: Sentimento de Isolamento Social

Nota	Frequência	%
0	0	-
1	8	2,01
2	23	5,76
3	69	17,30
4	90	22,60
5	99	24,80
6	65	16,30
7	34	8,52
8	11	2,80
Total	399	100

Tabela 7

Distribuição das Respostas de Alienação: Sentimento de Isolamento Social, por Item

Item	Concordo	Discordo
1	154	245
2	106	293
3	307	92
4	323	76
5	281	118
6	316	83
7	162	237
8	58	341

Tabela 8

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Responsabilidade Social

Nota	Freqüência	%
0	2	0,50
1	3	0,75
2	10	2,51
3	44	11,03
4	117	29,32
5	113	28,32
6	110	27,57
Total	399	100

Tabela 9

Distribuição das Respostas de Responsabilidade Social por Item

Item	Concordo	Discordo
1	364	35
2	362	37
3	318	81
4	127	272
5	125	274
6	258	141

Tabela 10

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Intolerância à Ambigüidade

Nota	Frequência	%
0	11	2,80
1	18	4,51
2	51	12,80
3	66	16,54
4	75	19,00
5	83	21,00
6	67	16,80
7	23	5,80
Total	399	100

Tabela 11

Distribuição das Respostas de Intolerância à Ambigüidade por Item

Item	Concordo	Discordo
1	88	306
2	251	143
3	296	98
4	202	192
5	237	157
6	307	87
7	215	179

Tabela 12

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Autoritarismo

Nota	Freqüência	%
0	2	0,50
1	18	4,51
2	26	6,52
3	42	11,00
4	39	10,00
5	29	7,30
6	49	12,30
7	49	12,30
8	47	12,00
9	55	14,00
10	37	9,30
Total	399	100

Tabela 13

Distribuição das Respostas de Autoritarismo por Item

Item	Concordo	Discordo
1	190	203
2	244	149
3	267	126
4	244	149
5	228	165
6	226	167
7	249	144
8	239	154
9	271	122
10	217	176

Tabela 13

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Anomia

Nota	Freqüência	%
0	35	8,80
1	55	14,00
2	72	18,05
3	74	18,55
4	97	24,31
5	61	15,29
Total	399	100

Tabela 14

Distribuição das Respostas de Anomia por Item

Item	Concordo	Discordo
1	303	91
2	204	190
3	260	134
4	112	282
5	235	159

Tabela 16

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Cinismo Social

Nota	Freqüência	%
0	0	0
1	11	3,00
2	22	5,51
3	32	8,02
4	43	11,00
5	57	14,30
6	50	13,00
7	44	11,03
8	44	11,03
9	37	9,30
10	23	6,00
11	18	4,51
12	10	2,51
13	1	0,25
Total	399	100

Tabela 17

Distribuição das Respostas de Cinismo Social por Item

Item	Concordo	Discordo
1	279	113
2	190	202
3	339	53
4	141	251
5	195	197
6	94	298
7	179	213
8	206	186
9	232	160
10	146	246
11	172	220
12	38	354
13	251	141

Tabela 18

Distribuição das Notas alcançadas pelos Sujeitos Amostrais na Escala de Sentimento de Vitimação

Notas	Frequências	%
0	3	0,75
1	20	5,12
2	66	17,00
3	69	17,40
4	82	20,60
5	72	18,04
6	52	13,04
7	21	5,30
8	7	2,00
9	0	0
Total	399	100

Tabela 19

Distribuição das Respostas de Sentimento de Vitimação por Item

Item	Concordo	Discordo
1	152	240
2	204	188
3	76	316
4	95	297
5	210	182
6	265	127
7	106	286
8	82	310
9	372	20

## A N E X O    I I

Análise de Itens: Coeficientes de Correlação Ponto Bisserial ( $r_{pb}$ ) entre os Resultados de cada item e o Escore Total das Escalas Res - pectivas.

Tabela 1

Alienação: Sentimento de Impotência

Item	r
1	0,560721
2	0,488678
3	0,550331
4	0,545587
5	0,499790
6	0,607587
7	0,579826
8	0,589008

Tabela 2

Alienação: Sentimento de Falta de Normas

Item	r
1	0,463890
2	0,640648
3	0,407680
4	0,572520
5	0,653241
6	0,543808

Tabela 3

Alienação: Sentimento de Isolamento

Item	r
1	0,548059
2	0,453490
3	0,472095
4	0,437725
5	0,455012
6	0,391012
7	0,552994
8	0,154755

Tabela 4

Responsabilidade Social

Item	r
1	0,436168
2	0,479491
3	0,478924
4	0,501933
5	0,498199
6	0,501963

Tabela 5  
Intolerância à Ambigüidade

Item	r
1	0,505127
2	0,467375
3	0,556479
4	0,586894
5	0,536599
6	0,428493
7	0,622787

Tabela 6  
Autoritarismo

Item	r
1	0,578905
2	0,677783
3	0,556137
4	0,613222
5	0,529156
6	0,301891
7	0,626906
8	0,675991
9	0,634494
10	0,340935

Tabela 7

## Anomia

Item	r
1	0,591052
2	0,718998
3	0,656417
4	0,581584
5	0,733472

Tabela 8

## Cinismo Social

Item	r
1	0,239875
2	0,576231
3	0,312708
4	0,581972
5	0,532016
6	0,480819
7	0,536830
8	0,414070
9	0,416301
10	0,547786
11	0,504734
12	0,270833
13	0,392437

Tabela 9  
Sentimento de Vitimação

Item	r
1	0,442738
2	0,365367
3	0,514799
4	0,339929
5	0,555082
6	0,383431
7	0,570789
8	0,471319
9	0,262835

### A N E X O III

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão  
das Respostas dos Sujeitos Amostrais quanto à:  
Descendência, Sexo, Idade, Nível Educacional e  
Nível Salarial.

Médias, Variáveis, Desvios-Padrão e Erros-Padrão quanto ao Sexo

Escala	Amplitude	Médias		Variâncias		Desvios-Padrão		Erros-Padrão	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Alienação: Sentimento de Impotência	8	4,72	5,33	4,34	4,27	2,08	2,06	0,16	0,13
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	3,38	3,44	2,30	2,71	1,52	1,65	0,12	0,11
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	4,29	4,79	2,41	2,19	1,55	1,48	0,12	0,09
Alienação (Total)	22	12,39	13,55	14,85	17,08	3,85	4,13	0,30	0,27
Responsabilidade Social	6	4,56	4,65	1,53	1,26	1,24	1,12	0,10	0,07
Intolerância à Ambigüidade	7	4,16	3,97	2,89	3,02	1,70	1,73	0,13	0,11
Autoritarismo	10	6,06	6,01	6,39	7,83	2,53	2,79	0,19	0,18
Anomia	5	2,74	2,88	2,41	2,35	1,55	1,53	0,12	0,10
Cinismo Social	13	6,06	6,42	6,87	7,68	2,62	2,77	0,21	0,18
Sentimento de Vitimação	9	3,79	4,09	3,08	2,73	1,75	1,65	0,13	0,11

Observação: Os grupos quanto ao sexo se distribuem em: Masculino - n = 162  
Feminino - n = 237

Tabela 2

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão quanto à Descendência

Escala	Amplitude	Médias		Variâncias		Desvios Padrão		Erros Padrão	
		Bras.	Estrang.	Bras.	Estrang.	Bras.	Estrang.	Bras.	Estrang.
Alienação: Sentimento de Impotência	8	5,19	4,89	4,56	4,05	2,14	2,01	0,14	0,16
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	3,59	3,14	2,35	2,73	1,53	1,65	0,09	0,13
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	4,64	4,50	2,53	2,03	1,50	1,42	0,10	0,11
Alienação (Total)	22	13,43	12,54	16,75	15,63	4,09	3,95	0,26	0,32
Responsabilidade Social	6	4,56	4,70	1,37	1,35	1,18	1,16	0,07	0,09
Intolerância à Ambigüidade	7	4,22	3,77	2,76	3,20	1,66	1,79	0,11	0,14
Autoritarismo	10	5,82	6,35	7,16	7,21	2,67	2,68	0,17	0,22
Anomia	5	3,11	2,38	2,13	2,46	1,45	1,57	0,09	0,13
Cinismo Social	13	6,81	5,43	8,29	4,78	2,88	2,19	0,18	0,18
Sentimento de Vitimação	9	4,38	3,35	3,20	1,74	1,79	1,32	0,11	0,10

Observação: Os grupos quanto à descendência se distribuem: Brasileiros - n = 244

Estrangeiros - n = 155

Tabela 3

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão quanto à Idade

Escala	Amplitude	Médias			Variâncias			Desvios-Padrão			Erros - Padrão		
		I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Alienação: Sentimento de Impotência	8	5,46	4,59	4,95	3,93	4,29	4,79	1,98	2,07	2,19	0,15	0,19	0,21
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	3,60	3,23	3,29	2,43	2,23	2,99	1,56	1,49	1,73	0,12	0,14	0,17
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	4,87	4,37	4,32	2,19	2,52	2,16	1,48	1,59	1,47	0,11	0,15	0,14
Alienação (Total)	22	13,92	12,19	12,57	14,64	14,28	19,92	3,83	3,78	4,46	0,28	0,35	0,43
Responsabilidade Social	6	4,52	4,67	4,73	1,38	1,57	1,12	1,17	1,25	1,05	0,09	0,19	0,10
Intolerância à Ambigüidade	7	3,98	3,95	4,25	3,05	2,72	3,09	1,75	1,65	1,76	0,13	0,15	0,17
Autoritarismo	10	5,14	6,01	7,50	7,04	6,18	4,95	2,65	2,48	2,22	0,19	0,23	0,21
Anomia	5	3,08	2,73	2,47	2,09	2,36	2,69	1,44	1,54	1,64	0,11	0,14	0,16
Cinismo Social	13	6,59	5,92	6,10	6,45	7,26	8,86	2,54	2,69	2,97	0,19	0,25	0,29
Sentimento de Vitimação	9	4,47	3,63	3,48	2,88	2,59	2,48	1,69	1,61	1,57	0,13	0,52	0,15

Observação: Os grupos quanto à idade se distribuem: I - n = 182, corresponde a sujeitos com idade entre 17 e 24 anos

II - n = 112, corresponde a sujeitos com idade entre 25 e 35 anos

III - n = 105, corresponde a sujeitos com idade acima de 36 anos inclusive

Tabela 4

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão quanto à Escolaridade

Escala	Amplitude	Médias					Variâncias					Desvios - Padrão					Erros - Padrão				
		I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V
Alienação: Sentimento de Impotência	8	6,38	6,09	5,54	4,32	3,84	2,07	2,94	2,93	4,33	5,47	1,43	1,71	1,71	2,08	2,34	0,18	0,21	0,21	0,14	0,14
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	4,13	4,29	3,55	2,92	2,84	1,60	1,98	2,38	2,39	2,80	1,26	1,40	1,54	1,54	1,67	1,64	0,17	0,19	0,11	0,11
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	4,81	5,01	4,47	4,43	4,36	2,22	2,04	2,41	2,43	1,69	1,49	1,43	1,55	1,56	1,30	0,19	0,18	0,19	0,11	0,11
Alienação (Total)	22	15,33	15,40	13,57	11,69	11,05	7,88	13,39	4,18	14,92	21,38	2,80	3,66	3,76	3,86	4,62	0,36	0,46	0,47	0,27	0,27
Responsabilidade Social	6	4,38	4,06	4,68	4,87	4,31	0,78	1,27	1,54	1,34	1,49	0,88	1,12	1,24	1,16	1,20	0,11	0,14	0,15	0,08	0,08
Intolerância à Ambigüidade	7	5,46	4,71	4,14	3,48	2,84	1,60	1,78	2,67	2,63	3,58	1,26	1,33	1,63	1,62	1,89	0,16	0,17	0,20	0,11	0,11
Autoritarismo	10	7,78	7,03	6,74	5,08	4,52	3,80	5,14	6,70	6,61	7,93	1,94	2,26	2,59	2,57	2,81	0,25	0,28	0,32	0,18	0,18
Anomia	5	3,60	3,59	2,92	2,41	1,73	1,45	1,55	2,26	2,28	2,87	1,21	1,24	1,50	1,51	1,69	0,15	0,15	0,19	0,10	0,10
Cinismo Social	13	7,65	7,38	6,28	5,62	5,00	6,33	7,45	8,43	6,17	4,33	2,51	2,73	2,90	2,48	2,08	0,32	0,34	0,36	0,17	0,17
Sentimento de Vitimação	9	4,40	4,83	3,96	3,68	2,78	2,10	2,99	2,77	2,84	1,06	1,45	1,72	1,66	1,68	1,03	0,18	0,22	0,21	0,12	0,12

Observação: Os grupos quanto à escolaridade se distribuem: I (primário) n = 80; II (primeiro grau) n = 72; III (segundo grau) n = 10; IV (universidade) n = 95; e V (pós-graduação) n = 49.

Tabela 5

Médias, Variâncias, Desvios-Padrão e Erros-Padrão quanto à Nível Salarial

Escalas	Amplitude	Médias					Variâncias					Desvios-Padrão					Erros - Padrão				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	
Alienação: Sentimento de Impotência	8	6,07	5,49	4,77	4,31	4,18	3,82	3,47	3,84	4,78	4,69	1,95	1,86	1,96	2,18	2,16	0,23	0,16	0,21	0,26	0
Alienação: Sentimento de Falta de Normas	6	4,23	3,49	3,28	2,90	3,10	2,09	2,48	2,54	2,31	2,35	1,44	1,57	1,59	1,52	1,53	0,17	0,14	0,17	0,18	0
Alienação: Sentimento de Isolamento	8	5,28	4,57	4,70	4,07	4,25	1,78	2,41	2,23	2,12	2,34	1,33	1,56	1,49	1,45	1,53	0,16	0,14	0,16	0,17	0
Alienação (Total)	22	15,59	13,55	12,76	11,28	11,78	13,30	14,13	12,59	15,66	19,21	3,64	3,75	3,54	3,95	4,38	0,44	0,34	0,38	0,47	0
Responsabilidade Social	6	4,38	4,55	4,79	4,78	4,52	0,93	1,60	1,48	1,14	1,40	0,96	1,26	1,22	1,06	1,18	0,11	0,11	0,13	0,12	0
Intolerância à Ambigüidade	7	4,73	4,36	3,61	3,80	3,45	2,41	2,66	2,84	3,01	3,17	1,55	1,63	1,68	1,73	1,78	0,19	0,14	0,18	0,20	0
Autoritarismo	10	6,91	6,07	5,63	5,94	5,56	7,05	6,97	6,35	9,11	5,99	2,65	2,64	2,52	3,01	2,44	0,32	0,23	0,27	0,35	0
Anomia	5	3,47	3,06	2,63	2,32	2,43	1,95	2,21	2,45	2,05	2,54	1,39	1,48	1,56	1,43	1,59	0,17	0,13	0,17	0,17	0
Cinismo Social	13	7,28	6,86	5,94	5,22	5,60	8,41	6,30	7,74	6,06	5,20	2,90	2,51	2,78	2,57	2,28	0,35	0,22	0,30	0,30	0
Sentimento de Vitimação	9	4,52	4,37	3,92	3,39	3,20	2,67	3,03	3,03	1,89	2,36	1,63	1,74	1,76	1,37	1,53	0,20	0,15	0,19	0,16	0

Observação: Os grupos quanto ao nível salarial se distribuem: 1 (um salário mínimo) n = 67; 2 (entre 2 e 5 salários) n = 122; 3 (entre 6 e 10 salários) n = 84; 4 (entre 11 e 20 salários) n = 71 e 5 (mais de 20 salários) n = 55.

- A N E X O    I V

Valores t para Diferenças entre Médias alcançadas  
pelos Sujeitos Amostrais dos Diferentes Subgrupos  
nas Escalas em Estudo

Tabela 1

Diferença entre Médias dos Escores nas Escalas =  
Valores t quanto à Descendência

Escalas	Médias		t
	Brasileiros	Estrangeiros	
1. Alienação			
- Sentimento de Impotência	5,197	4,897	1,435
- Sentimento de Falta de Normas	3,590	3,142	2,835**
- Sentimento de Isolamento	4,639	4,503	0,889
- Total	13,426	12,542	2,183*
2. Responsabilidade Social	4,561	4,703	-1,214
3. Intolerância à Ambigüidade	4,221	3,768	2,634**
4. Autoritarismo	5,824	6,348	-1,948*
5. Anomia	3,107	2,381	4,808**
6. Cinismo Social	6,811	5,432	5,223**
7. Sentimento de Vitimação	4,381	3,335	6,417**

$$n_B = 244$$

$$n_E = 155$$

\* Significância ao nível de 0,05

\*\* Significância ao nível de 0,01

Tabela 2

Diferença entre Médias dos Escores nas Escalas =  
Valores t quanto ao Sexo

Escalas	Sexo	Médias		t
		M	F	
1. Alienação				
- Sentimento de Impotência		4,722	5,325	-2,899**
- Sentimento de Falta de Normas		3,383	3,439	-0,350
- Sentimento de Isolamento		4,290	4,789	-3,305**
- Total		12,395	13,553	-3,080**
2. Responsabilidade Social		4,562	4,654	-0,786
3. Intolerância à Ambigüidade		4,160	3,966	1,121
4. Autoritarismo		6,056	6,008	0,178
5. Anomia		2,735	2,886	-0,980
6. Cinismo Social		6,062	6,422	-1,323
7. Sentimento de Vitimação		3,796	4,097	-1,781

$$n_M = 162$$

$$n_F = 237$$

\*\* Significância ao nível de 0,01

As tabelas de nºs. 3 a 12 referem-se aos valores  $t$  relativos às diferenças entre médias dos escores alcançados pelos sujeitos nas escalas em estudo, quando agrupados em três níveis de idade. O Grupo I envolve sujeitos de idade entre 17 e 24, o Grupo II entre 25 e 35 e o Grupo III, indivíduos com idades acima de 35 anos, tendo-se amplitude igual a 17-65, e idade média 33.

Tabela 3

## Alienação - Sentimento de Impotência

Idade	I	II	III
I	-	3,753**	1,990*
II	-	-	1,25
III	-	-	-
Médias	5,456	4,589	4,952
n	182	112	105

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 4

Alienação: Sentimento de Falta de Normas

Idade	I	II	III
I	-	1,980*	1,590
II	-	-	1,304
III	-	-	-
Médias	3,599	3,232	3,295
n	182	112	105

Obs.: \* significativa ao nível de 0,05

Tabela 5

Alienação: Sentimento de Isolamento

Idade	I	II	III
I	-	2,680*	0,182
II	-	-	0,244
III	-	-	-
Médias	4,868	4,375	4,324
n	182	112	105

Obs.: \* significativa ao nível de 0,05

Tabela 6  
Escala Total de Alienação

Idade	I	II	III
I	-	3,770**	2,704**
II	-	-	0,674
III	-	-	-
Médias	13,923	12,196	12,571
n	182	112	105

-Obs.:\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 7  
Responsabilidade Social

Idade	I	II	III
I	-	-3,430**	-1,560
II	-	-	-0,396
III	-	-	-
Médias	4,561	4,670	4,733
n	182	112	105

Obs.: \*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 8

## Intolerância à Ambigüidade

Idade	I	II	III
I	-	0,142	-1,228
II	-	-	-1,263
III	-	-	-
Médias	3,984	3,955	4,248
n	182	112	105

Obs.: não foram encontradas diferenças significantes

Tabela 9  
Autoritarismo

Idade	I	II	III
I	-	-2,80**	-7,029**
II	-	-	-4,910**
III	-	-	-
Médias	5,137	6,009	7,590
n	182	112	105

Obs.: \*\* significativa ao nível de 0,01

Tabela 10

## Anomia

Idade	I	II	III
I	-	1,970**	3,241**
II	-	-	1,185
III	-	-	-
Médias	3,082	2,732	2,476
n	182	112	105

Obs.: \*significante ao nível de 0,05

\*\*significante ao nível de 0,01

Tabela 11.

## Cinismo Social

Idade	I	II	III
I	-	2,160*	1,456
II	-	-	-0,480
III	-	-	-
Médias	6,593	5,920	6,105
n	182	112	105

\*significante ao nível de 0,05

Tabela 12

## Sentimento de Vitimação

Idade	I	II	III
I	-	4,186**	4,809**
II	-	-	0,682
III	-	-	-
Médias	4,467	3,634	3,486
n	182	112	105

Obs.: \*\* significante ao nível de 0,01 .

As tabelas de número 13 a 22 referem-se aos valores  $t$  relativos às diferenças entre médias dos escores alcançados pelos sujeitos nas escalas em estudo, quando agrupados em níveis de escolaridade assim discriminados:

- Grupo I - primário
- Grupo II - 1º grau
- Grupo III - 2º grau
- Grupo IV - 3º grau
- Grupo V - Pós-graduação

Tabela 13  
Alienação: Sentimento de Impotência

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	0,989	0,925	2,529*	3,149**
II	-	-	0,771	4,568**	4,519**
III	-	-	-	1,491	1,948*
IV	-	-	-	-	0,957
V	-	-	-	-	-
Médias	6,383	6,097	5,540	4,329	3,842
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significativa ao nível de 0,05

\*\* significativa ao nível de 0,01

Tabela 14  
Alienação: Sentimento de Falta de Normas

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	0,563	2,228*	5,452**	3,489**
II	-	-	2,514*	5,871**	3,155**
III	-	-	-	2,867**	1,716
IV	-	-	-	-	0,228
V	-	-	-	-	-
Médias	4,133	4,290	3,556	2,928	2,842
n	60	62	63	195	19

Obs.: \*significante ao nível de 0,05

\*\*significante ao nível de 0,01

Tabela 15

Alienação: Sentimento de Isolamento

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	-0,745	1,223	1,656	1,160
II	-	-	2,038*	2,601**	1,737
III	-	-	-	0,183	0,273
IV	-	-	-	-	0,183
V	-	-	-	-	-
Médias	4,817	5,016	4,476	4,436	4,368
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 16

Escala Total de Alienação

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	-0,117	2,888**	6,718**	4,787**
II	-	-	2,779**	6,686**	4,187**
III	-	-	-	3,448**	2,396*
IV	-	-	-	-	0,671
V	-	-	-	-	-
Médias	15,333	15,403	13,571	11,692	11,053
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 17  
Responsabilidade Social

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	1,719	-1,523	-2,982**	0,259
II	-	-	2,929**	-4,803**	0,820
III	-	-	-	-1,125	1,126
IV	-	-	-	-	1,610
V	-	-	-	-	-
Médias	4,383	4,065	4,683	4,872	4,316
n	60	62	63	195	19

Obs.: \*\*significante ao nível de 0,01

Tabela 18  
Intolerância à Ambigüidade

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	3,181**	4,940**	8,587**	6,800**
II	-	-	2,140*	5,434**	4,741**
III	-	-	-	2,861**	2,904**
IV	-	-	-	-	1,604
V	-	-	-	-	-
Médias	5,467	4,710	4,143	3,482	2,842
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 19  
Autoritarismo

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	- -	1,936	2,463*	7,491**	5,549**
II	-	-	0,646	5,329**	4,296**
III	-	-	-	6,232**	3,507**
IV	-	-	-	-	1,393
V	-	-	-	-	-
Médias	7,783	7,032	6,746	5,082	4,526
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 20  
Anomia

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	0,036	2,716**	5,512**	5,189**
II	-	-	2,739**	5,578**	5,110**
III	-	-	-	2,353*	2,888**
IV	-	-	-	-	1,832
V	-	-	-	-	-
Médias	3,600	3,592	2,921	2,415	1,737
n	60	62	63	195	19

Obs.: \*significante ao nível de 0,05

\*\*significante ao nível de 0,01

Tabela 21  
Cinismo Social

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	0,547	2,739**	5,469**	4,089**
II	-	-	2,202*	4,773**	3,464**
III	-	-	-	1,807	1,781
IV	-	-	-	-	1,047
V	-	-	-	-	-
Médias	7,650	7,387	6,286	5,621	5,000
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 22  
Sentimento de Vitimação

Nível Educ.	I	II	III	IV	V
I	-	-1,503	1,510	2,934**	4,414**
II	-	-	2,894**	4,664**	4,846**
III	-	-	-	1,181	2,897**
IV	-	-	-	-	2,262*
V	-	-	-	-	-
Médias	4,400	4,839	3,968	8,687	2,789
n	60	62	63	195	19

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

As tabelas de número 23 a 32 referem-se aos valores t relativos às diferenças entre médias dos escores alcançados pelos sujeitos nas escalas em estudo quando agrupados segundo níveis salariais.

As faixas salariais, tomando por base o salário mínimo vigente (Cr\$ 4.149,60), foram assim distribuídas:

Grupo	I	- 1 salário
Grupo	II	- 2 a 5 salários
Grupo	III	- 6 a 10 salários
Grupo	IV	- 11 a 20 salários
Grupo	V	- mais de 20 salários

Tabela 23

Alienação: Sentimento de Impotência

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	2,017*	4,015**	4,958**	4,407**
II	-	-	2,649**	3,979**	3,377**
III	-	-	-	1,381	0,997
IV	-	-	-	-	-0,275
V	-	-	-	-	-
Médias	6,075	5,492	4,774	4,310	4,418
n	67	122	84	71	55

Obs.: \*significante ao nível de 0,05

\*\*significante ao nível de 0,01

Tabela 24

Alienação: Sentimento de Falta de Normas

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	3,206**	3,767**	5,247**	3,466**
II	-	-	0,916	2,547*	1,508
III	-	-	-	1,516	0,646
IV	-	-	-	-	-0,754
V	-	-	-	-	-
Médias	4,239	3,492	3,286	2,901	3,109
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 25

Alienação: Sentimento de Isolamento Social

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	3,156**	2,466*	5,058**	3,942**
II	-	-	-0,590	2,230*	1,271
III	-	-	-	2,634**	1,693
IV	-	-	-	-	-0,688
V	-	-	-	-	-
Médias	5,284	4,574	4,702	4,070	4,255
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 26

## Alienação: Escala Total

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	3,598**	4,773**	6,608**	7,091**
II	-	-	1,523	3,984**	2,760**
III	-	-	-	2,438*	1,439
IV	-	-	-	-	-0,668
V	-	-	-	-	-
Médias	15,597	13,557	12,762	11,282	11,782
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significativa ao nível de 0,05

\*\* significativa ao nível de 0,01

Tabela 27

## Responsabilidade Social

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	-0,949	-2,216*	-2,291*	-0,965
II	-	-	-1,362	-1,296	0,149
III	-	-	-	0,048	1,290
IV	-	-	-	-	1,297
V	-	-	-	-	-
Médias	4,388	4,557	4,798	4,789	4,527
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significativa ao nível de 0,05

Tabela 28  
Intolerância à Ambigüidade

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	1,478	4,134**	3,279**	5,696**
II	-	-	3,191**	2,273*	3,348**
III	-	-	-	-0,665	0,545
IV	-	-	-	-	1,098
V	-	-	-	-	-
Médias	4,731	4,369	3,619	3,803	3,455
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 29  
Autoritarismo

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	2,075*	2,995**	1,979*	3,901**
II	-	-	1,204	0,313	1,217
III	-	-	-	-0,699	0,154
IV	-	-	-	-	0,757
V	-	-	-	-	-
Médias	6,910	6,074	5,631	5,944	5,564
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 30

## Anomia

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	1,916	3,559**	4,974**	5,455**
II	-	-	2,014*	3,388**	2,551*
III	-	-	-	1,253	0,709
IV	-	-	-	-	-0,412
V	-	-	-	-	-
Médias	3,478	3,066	2,631	2,324	2,436
n	55	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 31

## Cinismo Social

Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	1,025	2,866**	4,834**	4,744**
II	-	-	2,491*	4,711**	3,204**
III	-	-	-	1,792	0,751
IV	-	-	-	-	-0,976
V	-	-	-	-	-
Médias	7,284	6,869	5,940	5,225	5,600
n	55	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

\*\* significante ao nível de 0,01

Tabela 32  
Sentimento de Vitimação

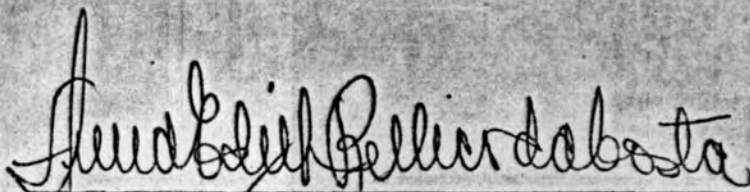
Nível Salarial	I	II	III	IV	V
I	-	0,558	2,118*	4,355**	-3,336**
II	-	-	1,814	4,079**	4,179**
III	-	-	-	2,082*	2,389*
IV	-	-	-	-	0,603
V	-	-	-	-	-
Médias	4,522	4,377	3,929	3,394	3,236
n	67	122	84	71	55

Obs.: \* significante ao nível de 0,05

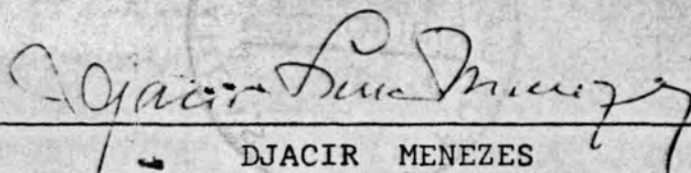
\*\* significante ao nível de 0,01

A Tese "Anomia e Desorganização: Estudo Psicológico em Contexto Brasileiro" foi considerada aprovada com distinção

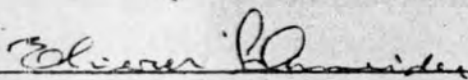
Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1981



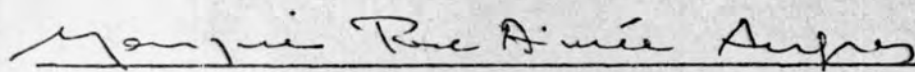
ANA EDITH BELLICO DA COSTA  
Membro da Comissão Examinadora



DJACIR MENEZES  
Membro da Comissão Examinadora



ELIEZER SCHNEIDER  
Membro da Comissão Examinadora



MONIQUE ROSE AIMÉE AUGRAS  
Professora Orientadora



MUNIZ SODRÉ DE ARAUJO CABRAL  
Membro da Comissão Examinadora